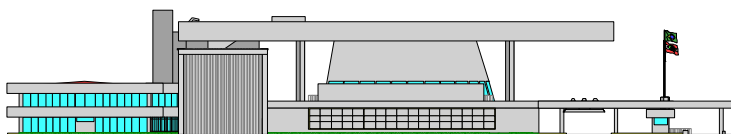


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 23 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.920

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
~~Sargento Amauri Soares - Vice Presidente~~
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1220
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Atos da Mesa DL.....2
Atos da Mesa2

Publicações Diversas

Audiência Pública.....3
Ata da Procuradoria.....22
Ata de Comissão Permanente.....22
Aviso de Resultado.....23
Parecer Conclusivo - LDO23
Portarias25
Projetos de Lei.....26

ATOS DA MESA**ATOS DA MESA DL****ATO DA MESA Nº 048-DL, de 2008**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONVOCA o cidadão Marco Antônio Gonçalves Mendes Wanrowsky, 5º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 4º Suplente.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de julho de 2008
Deputada Ana Paula Lima - Presidente, e.e.
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 049-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONVOCA o cidadão Giancarlo Tomelin, 6º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 5º Suplente.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de julho de 2008
Deputada Ana Paula Lima - Presidente, e.e.
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário
*** X X X ***

ATOS DA MESA**ATO DA MESA Nº 149, de 23/07/2008**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no caput do artigo 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

Art. 1º Para efeito de implantação da retribuição financeira dos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, prevista no artigo 32, da

Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, os índices de vencimentos nos níveis 01 a 70, do Anexo VI, e os índices de vencimentos atribuídos aos servidores beneficiados por intermédio da correlação inserta no Anexo XIII, da referida Resolução, passam a vigorar conforme os Anexos I e II deste Ato.

Parágrafo Único. A retribuição financeira prevista no caput deste artigo não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Anexo I

Nível	Índice
1	1,6863
2	1,7441
3	1,8039
4	1,8658
5	1,9298
6	1,9959
7	2,0644
8	2,1352
9	2,2084
10	2,2841
11	2,3624
12	2,4434
13	2,5272
14	2,6139
15	2,7035
16	2,7962
17	2,8992
18	2,9912
19	3,0938
20	3,1999
21	3,3096
22	3,4231

Nível	Índice
36	5,4879
37	5,6761
38	5,8708
39	6,0721
40	6,2803
41	6,4956
42	6,7184
43	6,9487
44	7,1870
45	7,4334
46	7,6890
47	7,954
48	7,8104
49	7,8289
50	7,8494
51	7,9840
52	8,2145
53	8,4530
54	8,6997
55	8,9548
56	9,2186
57	9,4916

23	3,5405
24	3,6619
25	3,7875
26	3,9173
27	4,0517
28	4,1906
29	4,3343
30	4,4829
31	4,6366
32	4,7956
33	4,9600
34	5,1301
35	5,3060

58	9,7739
59	10,0658
60	10,3678
61	10,6801
62	11,0031
63	11,3372
64	11,6828
65	12,0402
66	12,1642
67	12,2894
68	12,4160
69	12,5440
70	12,6732
71	-

Anexo II**Correlação Anexo XIII**

Código	Código	Índice
PL/DCA-1	PL/DAS-1	7,7854
PL/DCA-2	PL/DAS-2	9,2356
PL/DCA-3/DASU-1	PL/DAS-3	10,6858
PL/DASU-2	PL/DAS-4	12,1359
PL-DASU-3	PL/DAS-5	13,5862
PL/DASU-4/DCA-4/3-CC	PL/DAS-6	15,0363
PL/DAT-1	PL/DAS-7	16,4867

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 150, de 23/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

PRORROGAR os efeitos do Ato da Mesa nº 104, de 14/05/2007, por mais 12 (doze) meses, conforme o Art. 4º do referido Ato.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 151, de 23/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 85, VII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c a Resolução nº 1.673, de 20 de novembro de 1989, deste Poder,*

FAZER CESSAR a vigência do Ato de Mesa n.º 1055, de 09 de junho de 2005, que concedeu ADICIONAL DE INSALUBRIDADE à servidora **RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-43, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 03 de julho de 2008, data de sua nova lotação, formalizada pela Portaria nº 1300/08.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 152, de 23/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Iwana Lucia Lentz	1437	1012/2008	Especialização	25/06/2008
Maria de Fátima da Rocha	0578	1051/2008	Especialização	27/06/2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, PARA DEBATER SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, CRISE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E PREÇOS DOS INSUMOS AGRÍCOLAS, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2008, ÀS 8H, NO PLENARINHO DESTA CASA

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Bom-dia a todos.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos o senhor deputado Dirceu Dresch; o senhor deputado Sargento Amauri Soares; o senhor Jurandi Gugel, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina (MDA); o senhor Daniel Kothe, coordenador estadual, representando o senhor Altemir Tortelli, coordenador-geral da Fetraf-Sul; o senhor Sione Lauro de Souza, superintendente da Conab/SC; e o senhor Ari Nelmann, representando a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Esta presidência passa a ler o requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch solicitando esta audiência pública.

(Passar a Ler.)

"O deputado que abaixo subscreve, com amparo no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, requer a V.Exa. a realização de audiência pública, a ser promovida por esta douta Comissão de Agricultura e Política Rural, no dia 13 de maio, terça-feira, às 8h30min, para discutir a questão da segurança alimentar, a crise na produção de alimentos e o preço dos insumos agrícolas.

O evento que estamos propondo, a ser realizado pela Comissão de Agricultura e Política Rural em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), tem por objetivo debater a questão da segurança alimentar, a crise na produção e distribuição de alimentos, os custos dos insumos na produção e a política de preço mínimo na comercialização.

Para alcançar êxito, o deputado Dirceu, pede que sejam convidadas as seguintes entidades: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de SC (Consea/SC),

entidades representativas da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina, entidades representativas de defesa do consumidor, Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC), Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), associações regionais e Cresol (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária."

Gostaria de registrar a presença do senhor Jaime Perin, vereador de Grão Pará; do senhor Nairo Adão Peixoto Ribeiro, representando o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú; da senhora Adriana Maria Antunes de Souza, secretária de Formação da CUT/SC, representando o senhor Neudi Antônio Gianchine, presidente da CUT/SC; da senhora Nelci Hoffmann, representando a senhora Joyce Viana, presidente do Consea/SC; da senhora Elizabete Baesso, presidente da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores (Adocon/SC); do senhor Selênio Sartori, diretor executivo da ONG Centro Vianei de Educação Popular; da senhora Cristina Ramos, diretora administrativa, representando a Associação Catarinense de Nutrição; do senhor Arlindo Bloemer, representando o Cresol de Rio Fortuna; do senhor José Feldhaus, agricultor; e da senhora Josiane Perin Alberton, agricultora.

Senhoras e senhores, como terei de me ausentar em torno das 9h30min para representar o presidente desta Casa na abertura da AveSui, o deputado Dirceu, proponente desta audiência pública, passará a coordenar os trabalhos.

Com a permissão de vocês, quero dizer que os dados não são novidade, são conhecidos de todos, senão da grande maioria, quando se fala em produção de alimentos. Eu procurei buscar algumas previsões em Santa Catarina de produtos da avicultura, da suinocultura, do leite, da carne bovina.

Em 2007, no sistema de produção integrada, nós produzimos 8 milhões 670 mil cabeças e 746 mil toneladas de carne suína. No sistema não integrado, produzimos 381 mil cabeças e 28 mil toneladas, dando um total de 777 mil toneladas; em 2008, produzimos 9 milhões 186 mil cabeças e 784 mil toneladas; e em 2009 produzimos 9 milhões e 396 mil cabeças e 811 mil toneladas.

Na avicultura, em 2006, produzimos 642 milhões 900 mil cabeças; em 2007 diminuiu, passou para 590 milhões 210 mil cabeças. Não tenho ainda a previsão para 2008 e 2009.

No leite, o Brasil é o sétimo produtor e Santa Catarina é o sexto, estamos atrás de São Paulo com apenas trinta e poucos milhões de litros de leite. Produzimos 1 bilhão 709 mil litros de leite contra 1 bilhão 744 milhões de São Paulo, o que dá uma demonstração crescente de leite. Este ano, acho que vamos ultrapassar o Estado de São Paulo.

Eu peguei também alguns dados da produção de cereais. Falando há pouco com a dona Elizabete, e estão presentes aqui alguns produtores, sabemos por que houve esse aumento, vamos dizer assim, fora da realidade na produção de feijão, não é deputado?

O que aconteceu nos últimos anos? Como o produtor não conseguia cobrir o custo de produção, deixou de plantar. Então, não ganhou dinheiro, porque não produziu, e aí quem paga é o consumidor, porque o preço foi lá para cima, assim como aconteceu com o arroz.

Eu procuro dar esses dados porque, na minha maneira de ver, não devemos ter em Santa Catarina nem no Brasil falta de alimentos se tivermos a possibilidade de administrar a produção, e acho que isso existe.

Temos que dizer também que houve um crescimento na alimentação, porque houve melhoria no poder aquisitivo. Temos que reconhecer isso. Estamos consumindo alguma coisa a mais do que aquilo que vínhamos consumindo. Com uma melhor distribuição de renda, as pessoas que tinham dificuldades passaram a consumir mais.

Vamos ouvir todos aqui, mas acredito que não precisamos passar nenhum temor para os consumidores de que pode haver falta de alimento. Acho que vamos ter alimento suficiente. Vamos ter que fazer alguns ajustes, isso também por parte do Poder Público, os tributos que estão em cima dos alimentos precisam ser repensados.

A produção agrícola, o deputado Dirceu coloca aqui para debater, e é importante que se debata, porque os consumidores podem pensar que como o produto aumentou o agricultor é quem está ganhando. Para se ter uma idéia, os insumos mais que dobraram de preço; na produção de leite, os sais minerais, que estava R\$ 40,00 o saco de 20 quilos, hoje está R\$ 160,00. Então, isso está refletindo no custo de produção. Portanto, alguns ajustes precisam ser feitos. Essas empresas dos insumos de minerais, que são uma ou duas dentro do País, às vezes fazem com que sejam elevados alguns custos de produção.

Estamos debatendo na hora certa, não tenho nenhuma dúvida em dizer isso. Cada um tem o seu partido político, essa é uma questão de cada um, mas temos que reconhecer que está acontecendo em nível de Santa Catarina e em nível de Brasil melhorias para a produção e para aqueles que vão consumir. A gente sabe que não é de uma hora para a outra que se resolvem questões antigas, de 100, 150 ou 200 anos, mas precisamos criar oportunidades, tirar alguns gargalos que existem na produção, e existem mesmo, como as questões ambientais, que precisamos rever, a questão dos insumos, que acabamos de falar, o preço de segurança para o produtor, a questão do clima.

Esperamos que debate seja o mais proveitoso possível. Tudo que for discutido aqui será registrado em ata. As entidades vão poder se pronunciar, os órgãos públicos vão poder deixar as suas posições e previsões. Que possamos fazer um trabalho de segurança para todos os setores.

Inicialmente concedo a palavra ao deputado Dirceu Dresch, para as suas considerações iniciais. Em seguida, fará uso da palavra o deputado Sargento Soares e, na continuidade, as entidades governamentais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH (SC) - Deputado Moacir Sopelsa; meu colega deputado Sargento Soares, que tem se empenhado bastante nos debates da Comissão de Agricultura; Ari, que representa a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Sione, que representa a Conab; Jurandi, do MDA; Daniel, da Fetraf; demais presentes.

Quero agradecer à Fetraf pela proposta desta audiência pública neste Parlamento, que é o interlocutor da sociedade para trazer esse debate à tona. Inclusive, esse debate já foi realizado na Assembleia Legislativa de Porto Alegre e do Paraná, em audiência pública articulada pela Fetraf e pelo conjunto das entidades.

Toda manhã, quando a gente toma café, precisa lembrar que alguém está produzindo com muita dificuldade o alimento que comemos. Especialmente aqui em Santa Catarina, esse alimento é produzido pelas pequenas propriedades. Mesmo que tenha a marca Aurora, Sadia ou Perdigão, ele é produzido pelas propriedades dos agricultores familiares.

Quero dizer a todos que é importante a presença da Conab, que para mim uma grande marca. Não há como discutir crises, problemas de preço, altas e baixas sem falar de uma coisa cruel que se fez no Brasil: o desmonte da política pública de controle de preço e controle de abastecimento.

Infelizmente, a privatização do setor de armazenagem no Brasil foi uma facada no agricultor e no consumidor. Não tem participação do Estado nesse controle, e aí é livre mercado e quem sai prejudicado normalmente são os agricultores e os consumidores, porque vira especulação, vira uma coisa sem controle.

Na outra ponta, que na minha avaliação talvez tenha sido a pior, o desmonte da política pública de controle de produção de insumos nos anos 1990, a privatização das duas grandes empresas que produziam insumos agrícolas.

Cada vez que acompanho a discussão dos combustíveis, da gasolina em especial, lembro por que a gente não tem mais empresas como a Petrobrás na área de produção de insumos. Justamente neste momento em que as multinacionais fazem toda essa especulação, toda essa pressão, poderia entrar uma empresa pública e dizer o seguinte: "Vamos produzir adubo com preço menor e vamos garantir um custo de produção mais barato".

Esse foi o crime que se cometeu com a destruição da política pública, não que eu entenda que tudo tenha que ser público, mas no setor de alimentos, que é uma questão primordial para a segurança alimentar do povo e para a soberania alimentar, nós precisamos, sim, da intervenção do Estado.

Então, essa foi uma política criminosa cometida no Brasil que custa muitas vidas hoje. Por quê? Porque a vida do povo virou especulação.

Esta audiência pública é importante, deputados e demais participantes, justamente para a gente fazer o seguinte debate: o que é especulação neste momento e o que é real. A população mais pobre é que vai sofrer mais com esse processo, porque o Estado não tem mais controle, e aí acho importante a participação do Sione, da Conab. O Estado não tem esse controle. Então, a sociedade toda virou refém dos insumos e dos alimentos.

Parabéns à Fetraf por trazer esse tema para a pauta da Jornada Nacional de Lutas, uma negociação com os governos estaduais e o governo federal para fazer uma profunda discussão nesse sentido.

Acho que há sensibilidade do governo federal há a sensibilidade também do governo do Estado. Agora, nós precisamos fazer alguma coisa. A sociedade não pode ficar refém dessa forma, que é uma forma primordial. Eu sempre digo o seguinte: ainda não inventaram um jeito de o ser humano viver sem alimento. No futuro, podem até produzir alimento em laboratório, mas ainda não inventaram outra forma de o ser humano viver sem se alimentar. Por isso, é uma questão central a segurança alimentar - está aqui o companheiro Rui, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que vem fazendo um grande debate sobre esse tema; temos aqui a Frente Parlamentar.

O Brasil avançou muito nesse último período. O aumento do consumo por parte de mais de onze milhões de famílias, a melhora do poder aquisitivo do assalariado, que hoje pode comprar, sim, carne para sua cesta básica, pode comprar leite, o que antes não podia. Isso mexe muito na demanda pela produção. Então, no Brasil, esse é o grande fator dessa mudança.

Por outro lado, eu sempre digo que nós podemos ter uma mudança significativa nesse aumento de consumo, mas que esse aumento de consumo seja também um momento de reflexão muito grande. Estamos debatendo, por exemplo, a questão do leite, cuja produção disparou aqui no Estado - este ano, estamos com a previsão de produzir 1,8 bilhão de litros. Agora, isso não pode servir para as empresas, a seu bel-prazer, sem controle, sem intervenção do Estado, novamente construir a sua estratégia, excluindo, no futuro, daqui a cinco ou dez anos, mais algumas cinquenta mil famílias de produtores de leite, como aconteceu na suinocultura nos anos 1990, quando foram excluídos mais de cinquenta mil produtores, que hoje estão, muitos deles, na produção de leite.

Então, não podemos investir dinheiro público, como o do Pronaf, com o Estado auxiliando com incentivos, com renúncia fiscal para as empresas se instalarem e logo comecem a excluir os agricultores familiares. É preciso haver um compromisso público, a intervenção do Estado; precisamos construir uma política justa, a médio e longo prazo, não de exclusão, mas de inclusão dos nossos agricultores.

Esse é o grande desafio da nossa Comissão de Agricultura: fazer esse debate, contribuindo assim com a sociedade, com as organizações, seja de consumidores, seja de agricultores.

Nós temos aqui três pessoas representando o Estado: a Conab, que é uma empresa pública do governo federal; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que lida com toda essa política para a agricultura familiar; e a Secretaria de Estado da Agricultura, que tem um papel fundamental também nessa perspectiva de futuro, de fortalecimento das nossas empresas de pesquisa, por exemplo, de acompanhamento técnico, como a Epagri.

Qual é a direção? O que a Epagri pensa e para onde vai, no futuro, nessa expectativa do nosso Estado? Vai, de fato, no sentido da estratégia de fortalecimento das pequenas propriedades, com mais pequenos agricultores, com mais agricultores familiares? Ou seguirá a estratégia de algumas empresas, que têm a visão de que 5% ou 6% dos agricultores no meio rural está bom, pois produzem pelo restante? Essa não é a nossa compreensão.

Então, deputado-presidente, isso é um pouco da minha avaliação inicial neste grande debate que está colocado para que a gente possa, a partir daqui, reproduzir essa discussão. Eu já recebi várias moções de Câmaras de Vereadores, a exemplo da de Serra Alta, no oeste do Estado, trazendo essa preocupação aqui para a Assembléia, justamente neste debate que a gente está realizando. Então, todos os municípios, os pequenos principalmente, estão muito preocupados com esse aumento dos insumos, com o que isso significa em termos dos custos dos agricultores. Melhora o preço, mas logo todo mundo quer tirar a sua parte dessa melhora de preço, barganhar e melhorar os altos lucros que já tem.

Eu acho que a Assembléia Legislativa e a Comissão de Agricultura vêm um pouco nesse papel de fazer esse debate, de reproduzir essa discussão com o conjunto da sociedade catarinense e brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Gostaria de registrar a presença de Rui Ricard da Luz, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Eu queria cumprimentar o deputado Sopelsa, o deputado Dirceu Dresch, os demais componentes da mesa e todas as pessoas aqui presentes, que, por certo, vêm para contribuir com esse debate que é de importância fundamental para a sociedade brasileira hoje - sempre foi, mas hoje está bastante aguçada a necessidade desse debate, em virtude da elevação dos preços dos alimentos nos últimos meses.

Gostaria ainda de cumprimentar os comunicadores, a imprensa em geral, que está aqui para noticiar esses fatos.

Vou começar partindo de uma constatação que parece absurda, que é a possibilidade da existência da fome também no meio rural. Muitas vezes, os órgãos de imprensa tratam a fome como uma coisa que acontece na periferia das grandes cidades porque está longe da roça, está longe do campo. Isso é verdade, mas existe fome também no meio rural, e talvez a fome no meio rural seja ainda mais intensa e mais perversa. A razão disso é, principalmente, a monocultura.

Imaginem como vive a população rural, quem vive e trabalha na área de produção de cana-de-açúcar. Eles trabalham o dia inteiro na terra, dezesseis horas por dia, quatorze horas por dia e não conseguem encontrar um produto para a sua alimentação.

Vindo mais para perto, para não ficarmos só na produção em larga escala da cana-de-açúcar, mais comum no centro-oeste, também temos em nosso Estado regiões onde prepondera a monocultura. Eu, que sou filho de agricultor, já vi fome nas regiões do minifúndio catarinense, onde predomina ou predominava a produção de fumo. Em determinadas épocas, a empresa dizia: "Plantem toda a sua roça, todo o seu terreno, toda a área cultivável. Em tudo que puderem, plantem fumo, porque o fumo compensa, e aí vocês podem comprar no supermercado o arroz, o feijão, a batata, o trigo, o açúcar e o café".

Naturalmente que não foi bem assim. Teve tempos em que as empresas orientavam uma coisa e em outros tempos orientavam outra. É possível a existência da fome na agricultura, no meio rural, inclusive onde existe minifúndio.

Vou falar das angústias e das preocupações que a gente tem. Em Santa Catarina, as regiões produtoras de papel e celulose são as mais pobres, as de mais baixo IDH. Estão deixando de plantar feijão para plantar pinheiro, pinheirinho, *pinus*. Existe fome nessas regiões, pois nesse ramo da produção o trabalhador é muito mal remunerado. Tirando a área industrial, que produz a celulose, o papel, o trabalho na plantação, no corte, na colheita, no desbaste do pinheiro é muito mal remunerado. É emprego de salário mínimo em uma área que poderia ser utilizada por um contingente muito maior de agricultores se fosse organizada a produção de outra forma.

Por que aconteceu isso? Porque, historicamente, os produtores de alimentos não tiveram incentivos suficientes para se bancar, para se garantir, para competir e acabaram alugando ou vendendo a sua terra para plantar pinheirinho. Isso aconteceu na minha região, no Alto Vale do Itajaí. Eles pensavam que ganhariam muito mais vendendo ou alugando a terra e indo morar na cidade, em Palhoça, em São José, em Blumenau, em Rio do Sul, em Itajaí, e aí a monocultura do pinheiro tomou conta de vastas regiões do Estado de Santa Catarina.

Não tem estudo estatístico, mas basta ver, dá para ver a olho nu, que na região, na cidade onde tem muito *pinus* e muito eucalipto a pobreza é maior, o Índice de Desenvolvimento Humano é mais baixo e, com certeza, a qualidade de educação é pior, a qualidade das moradias, das residências é muito pior, e o transporte é na carroceria do caminhão ou em ônibus caindo aos pedaços, ao contrário de outras regiões, onde a gente vê que o agricultor tem a sua casa bem organizada, o seu veículo para ir à missa aos domingos, para passear ou para ir à cidade buscar insumos.

Nessas regiões não tem, não existe isso, principalmente a monocultura.

Imaginem como vivem os trabalhadores rurais, as populações rurais que vivem e trabalham na área de produção de cana-de-açúcar? Constatamos que trabalham o dia inteiro na terra, dezesseis horas por dia, quatorze horas por dia, e não conseguem encontrar o produto para a sua alimentação.

Vindo mais para perto, para não ficarmos somente na produção em larga escala de cana-de-açúcar, mais comum no centro-oeste, também temos no nosso Estado regiões onde prepondera a monocultura. E eu, que sou filho de agricultor, já vi fome nas regiões do minifúndio catarinense, onde predomina ou predominava a produção de fumo. Em determinadas épocas, a empresa dizia: "Plante, em toda a sua roça, em todo o seu terreno, em toda a área cultivável, em tudo que puder, plante fumo, porque o fumo compensa." Aí, você vai lá e compra no supermercado o arroz, o feijão, a batata, o trigo, o açúcar e o café. Naturalmente que não é tão assim, não foi tão assim: houve tempos em que as empresas orientavam a coisa e outros tempos em que orientavam outras. Mas é possível a existência da fome na agricultura, no meio rural, inclusive onde existe minifúndio.

Em Santa Catarina (vou falar de algumas angústias e de preocupações que a gente tem), as regiões produtoras de papel e celulose são as regiões mais pobres, de mais baixo IDH do nosso Estado. Está se deixando de plantar feijão para plantar pinheiro, pinheirinho, *pinus*, e existe a fome nessas regiões. O trabalho, nesse ramo da produção, é muito mal remunerado. Tirando a área industrial que produz a celulose, produz o papel, aquele município onde se instala isso, o trabalho lá na plantação, na corte, na colheita, na limpeza, no desbaste do pinheiro é muito mal remunerado. Então, é emprego de salário mínimo! Pouco emprego de salário mínimo numa área que poderia ser utilizada por um contingente muito maior de agricultores, se fosse organizada a produção de outra forma.

Por que aconteceu isso também? Porque, historicamente, os produtores de alimento não tiveram incentivo suficiente para se bancar, para se garantir, para competir e muitas vezes acabaram alugando ou vendendo a terra para plantar pinheirinho. Isso aconteceu na minha região do Alto Vale do Itajaí. Inclusive no Alto Vale do Itajaí! "Olha, ganham mais vendendo a terra e indo morar na cidade - olha a complicação da coisa -, alugando ou vendendo a terra para plantar *pinus* ou eucalipto." E vão morar lá na Palhoça, em São José, em Blumenau, em Rio do Sul, em Itajaí. Aí, a monocultura do pinheiro tomou conta de vastas regiões do Estado de Santa Catarina.

Podemos pegar (eu não tem estudo estatístico, mas basta ver, dá para ver a olho nu) uma região, uma cidade onde tem muito *pinus* e muito eucalipto: a pobreza é maior, o Índice de Desenvolvimento Humano é mais baixo; com certeza, a qualidade de educação é pior, a qualidade das moradias, das residências, é muito pior, o transporte é na carroceria do caminhão ou em ônibus caindo aos pedaços.

Quando a gente vai lá outras regiões vê o agricultor com a casa bem organizada; tem o seu veículo para ir à missa no domingo, ou passear, ou ir à cidade buscar os insumos. Está organizado. Nessas regiões não tem, não existe isso! Dá de ver, visualmente, olhando para as residências onde moram as pessoas. Sem falar na desocupação, no esvaziamento do espaço geográfico que acontece nessas regiões.

É claro que isso foi produzido por uma lógica maior de obtenção do lucro: grandes empresas investindo para obtenção do lucro! Aí entram algumas questões do que o Dirceu já falou: os monopólios dos insumos, dos venenos, que estão avançando! Não pararam de avançar no Brasil, não pararam de obter vantagens, não deixaram de ter facilidades de continuar nos explorando e até nos envenenando.

No entanto, para terminar a minha parte, por mais que se diga ao contrário não tem como dissociar - pode ter uma coincidência histórica, mas eu não vejo desta forma - esta onda de elevação do preço dos alimentos da onda de inversão de recursos para a produção de combustível. Não tem como dissociar, porque aconteceu exatamente ao mesmo tempo, porque aumentou o preço da soja e do milho, passou-se a produzir mais milho no Brasil, inclusive em Santa Catarina, deixando de produzir outros alimentos.

É óbvio, tem que se pensar um equilíbrio de produção, um planejamento de produção na sociedade para que todos possam conseguir sobreviver. É preciso que os governos invistam mais, incentivem mais na produção de alimento para garantir a possibilidade do produtor rural, do agricultor, para garantir que o alimento possa chegar a preços razoáveis na mesa de todos. De todos, a gente fala assim e parece tão óbvio, todo mundo fala: de todos, de todos e de todos. É utópico. Na sociedade que nós vivemos, é o utópico! Por que nós temos e sempre tivemos uma parcela de, no mínimo, 30% da população que se alimentou abaixo da sua necessidade humana ou da sua necessidade animal! E sempre se alimentou abaixo da sua necessidade enquanto ser-vivo. Não enquanto ser humano, porque ele teria que ir para escola, estudar cultura, conhecer, passear, ver o mundo, para se construir enquanto ser humano. Não, ele não conseguiu o suficiente para sobreviver enquanto ser físico, ser biológico, ser animal, quanto mais constituir-se num ser humano. E a barbárie social que está colocada é resultado desta história.

No momento, a audiência é muito oportuna, e temos que continuar fazendo este debate, ir trabalhando muito neste sentido - nós, parlamentares. De repente, eu vim aqui falar e vão dizer: mas o senhor é deputado, faz o quê? Nós parlamentares temos de jogar mais duro nesta questão em relação aos governos, e nem entra aqui a questão de partidos, se é a, b, c ou d. Todos os governos têm que investir mais, incentivar mais e isentar mais o produtor de alimento, o pequeno produtor de alimento, e isentar menos as Monsanto da vida, criar menos facilidade para as Monsanto, só para ficar no mesmo ramo da agricultura. E todos os governos têm que agir neste sentido.

Já falei demais para o meu tamanho. Quero também ouvir bastante para aprender mais, mas a nossa avaliação é esta: a lógica capitalista empurra o mundo a produzir coisas que dêem lucro para alguém. A qualidade de vida, as condições de sobrevivência e o futuro da humanidade não se refletem muito na hora de fazer inversões que tenham interesse - e todas elas têm, ou praticamente todas elas, ou a maioria delas, ou predominantemente, têm intenção de obtenção do lucro e são cada vez mais denominadas pelos grandes monopólios, pelos grandes empresários.

Não dá para a gente vir falar em nome dos pequenos agricultores e agir em interesse dos grandes monopólios. Essa é outra questão que precisamos prestar atenção. Nós fizemos o nosso discurso em nome dos pequenos agricultores, mas a intenção, a lógica e o objetivo é ajudar mesmo os grandes monopólios. Esses são elementos que temos que colocar na ordem do dia e debater cotidianamente.

Obrigado pela atenção. Prosseguimos ouvindo as demais pessoas, as autoridades, para que possamos formar um conceito mais geral a fim de contribuir para reverter essas situações de barbáries e de fome.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Soares.

Também quero cumprimentar o Olsenir, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Campo; o Paulo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pouso Redondo; e o Faustino, do Sintraf de Vitor Meireles, que tem o mesmo nome do meu: Faustino.

Conversando com o deputado Dirceu, nós poderíamos ouvir agora o senhor Sione Lauro de Souza, superintendente da Conab/SC, responsável pelos nossos estoques, se é que eles possam existir.

Também, neste momento passo a direção dos trabalhos ao deputado Dirceu Dresch, pois permanecerei enquanto puder: vou na abertura da AveSui, e possivelmente deverei estar aqui ainda antes do encerramento dos trabalhos. Por favor, deputado Dirceu, conduza a audiência.

O SR. SIONE LAURO DE SOUZA - Bom-dia a todas e a todos. Inicialmente, em nome da Conab, eu quero agradecer à Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa e à Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional (sic) por mais este convite à Conab.

A nossa intenção aqui é procurar contribuir (ainda que minimamente, de acordo com as nossas possibilidades) com este debate, e talvez mais ouvir do que falando, e aprender com todos os presentes.

Cumprimento os deputados Sopelsa, Dirceu e Sargento Soares; o companheiro Jurandir Gugel, do MDA; o secretário Ari Nelmann; o Daniel, da Fetraf-Sul; os companheiros do Consea, o Rui da Luz e os demais; o pessoal do Vianei; os sindicatos; os vereadores presentes, como de Grão Pará; todas as entidades; o pessoal da imprensa - é muito bom termos esse acompanhamento por parte da mídia. E, se a minha saudação pudesse ecoar, eu faria em direção à Via Expressa, onde parece que tem um ônibus com companheiros tentando chegar aqui.

Às vezes, até penso na questão urbano-rural, que esta Capital teria maior funcionalidade se ela existisse de fato no continente - respeitando os que moram aqui (ri) na ilha. Mas esta questão muito bem estabelecida pelo sargento Soares, deputado Sargento Soares, com todo o respeito...

(O deputado estadual Sargento Amauri Soares manifesta-se: "Sargento também é respeito.")

...de que quando se inviabiliza a atividade da agricultura a opção das pessoas, naturalmente, é procurar residência nas periferias de cidades maiores e capitais (até citou a minha cidade, Palhoça), eu acho que sou um dos precursores da idéia da agricultura urbana. Porque quem trabalha a agricultura fica tão fortemente identificado com ela que não esquece de cultivar e, eventualmente, pode repensar a sua vida e retornar à agricultura. Por isso, vejo muito mais como oportunidades do que como crise a elevação pontual dos preços agrícolas. Isso não assusta a Conab, não.

Eu iniciei lá em Palhoça, num lote urbano, o que chamo de meu sítio urbano. Eu sou um agrônomo, em parte, frustrado, deputado Sopelsa, porque em momento algum pude entrar na extensão rural. A minha primeira opção de emprego foi o serviço público, a Conab, a época Cibrazem; depois, em 1988, vim para a CFP; e já estamos aí, chegando aos trinta anos de serviço na Conab. E gente vê que o agricultor, o desejo dele, onde ele se encontra, a sua identidade é de fato empunhando um instrumento de trabalho, a sua enxada, que é o mais enigmático, mas emblemático, ou em cima de um trator.

Nós saímos, em 2002, do ponto de vista de segurança alimentar... nós temos alguns pressupostos que devem estar perfeitamente atendidos. Um é a quantidade de alimentos, que tem que ser de acordo, ao encontro das demandas de consumo da sociedade. Mas esses alimentos também precisam ter uma qualidade e, além disso, a atividade agrícola também tem que atender questões de sustentabilidade, pensando na qualidade do meio ambiente, porque você não vende só agricultura, você vende o meio ambiente.

O deputado Sargento Soares mencionou os *Pinus elliotis* ao longo das nossas estradas, quer dizer, essa pobreza que empresas multinacionais estão impondo ao nosso mobiliário mental e visual; que você deixa de vender uma paisagem rodoviária mais agradável aos turistas que agora vão entrar cada vez mais facilmente no Estado, porque a 282 já consegue sair da Capital e entrar na Argentina.

Então, precisamos, sim, ter muito bem atendida e respeitada a questão da sustentabilidade, a qualidade de vida no meio ambiente com o potencial turístico, porque tem aí mecanismo do MDA que dá financiamento a juros muito baixos para que se desenvolva também a agricultura familiar voltada ao ecoturismo.

Em 2002, quando o atual presidente Lula assumiu o governo deste país, tínhamos como estoques de segurança, estoque estratégico, nesse governo - de segurança, nenhum -, mas estoques reguladores, nós tínhamos 220 mil toneladas, em 2002. Aí nós começamos a formar estoques lançando mão dos mecanismos que existem: da política de garantia de preço mínimo, as aquisições do governo federal, os contratos de opção, enfim, depois vieram outros mecanismos da agricultura familiar, a compra direta e a formação de estoque e outros; um conjunto de mecanismos que propiciou que hoje nós tenhamos em mãos como estoque oficial do governo federal em torno de 5 milhões e 500 mil de toneladas de grãos.

No caso específico do arroz, porque hoje a população está 80%, em média, nas cidades, é natural que haja preocupação muito grande de que a mídia trabalhe intensamente também esses conteúdos; há preocupação sobre se vai faltar arroz. Pessoas até de outros órgãos públicos têm nos consultado sobre isso, e temos 1 milhão e 400 mil toneladas de arroz como estoques oficiais. Um pouco menos, porque já na semana passada, em pregão, lançamos vendas de 55 mil toneladas; 86% de 50 mil toneladas foram comprometidas lá no Rio Grande do Sul, foram vendidas às indústrias, e em Santa Catarina ofertamos 5 mil toneladas, e todas foram vendidas. Na verdade, 98% foram vendidas, e, hoje, parece que está tendo pregão. Sei que se ampliou 30% a mais da oferta de arroz, tanto Rio Grande do Sul quanto Santa Catarina. Esse foi o acordo da Conab, em Brasília, com as indústrias. Então, hoje, estão ofertando no Rio Grande do Sul 65 mil toneladas de arroz e em Santa Catarina 6 mil e 500 toneladas de arroz.

Esse movimento de oferta é (*ininteligível*) objetivo a que se referiu o deputado Moacir Sopelsa, a missão precípua da Conab, que é esse exercício de manter a regularidade do mercado, ora com excedentes na oferta, ora com escassez, para consumo da população mais urbana. Além do que, a Conab também tem a missão de propor, de contribuir na formulação de políticas públicas e de abastecimento.

Não vemos dificuldade no mercado de arroz, porque o governo, se necessário for, tem como, eventualmente, até chegar ao extremo e sobretaxar eventuais exportações de grãos, que não vai ser o caso brasileiro! Historicamente, as nossas exportações não passam de 300 mil toneladas. Mesmo admitindo que isso, neste ano, possa ir além, ainda assim nós temos as importações de arroz que ocorrem todo ano, também, o que dá tranquilidade em relação ao quadro de suprimento de arroz.

Motivo de maior preocupação, sim, talvez em relação ao trigo. Como vocês todos sabem, nós produzimos, quando muito, metade do consumo nacional. E é natural que nós tenhamos que, em primeiro lugar, procurar esse trigo em países produtores, que não o Brasil, e fomentar, sim, até via pesquisa, variedades de trigo que possam melhor se adaptar às condições climáticas das regiões mais frias aqui do Sul e mais suscetíveis a doenças fúngicas.

Portanto, eu acho que está na hora de a Embrapa fazer este dever de casa, que seja estimulada a procurar essas variedades, e de a gente poder avançar com a triticultura nacional. Só lembrando, Santa Catarina já foi um celeiro de trigo. A nossa única unidade armazenadora no interior do Estado, Herval do Oeste, ainda tem muito presente a importância da triticultura no Estado. Em 1957, aqueles silos, Rui, foram construídos exatamente para atender o programa de expansão da triticultura. No hino de Joaçaba, cidade em que eu tive a honra de viver durante a minha juventude, ainda está muito presente, o trigo é citado em diversos versos do hino de Joaçaba. Então, nós precisamos que não só esteja presente no hino do município de Joaçaba, e quicá de outros municípios da região, mas que também voltemos a pensar na viabilidade de produção de trigo no Estado. Para isso, tem que, claro, convergir a decisão das empresas de pesquisa agrícola de maneira para que possam dar esse suporte aos agricultores.

Em relação ao mercado de feijão, é um mercado muito dinâmico, oscila muito o preço. Aí sim nós temos estoque de segurança alimentar para atender comunidades muito carentes, com aquele perfil de carência, de pobreza, de exclusão social, que faz parte do Programa Fome Zero, uma vez que esses estoques de feijão foram adquiridos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, que é o Ministério âncora do Programa Fome Zero, e em condições muito especiais de mercado.

Não se pagava quase nada pelo feijão, não é Jurandir? Era R\$ 30,00 o saco! No momento em que a Conab foi demandada a entrar com mecanismo de compra direta, e com isso pagando R\$ 60 o saco de feijão, conseguimos num curto espaço de tempo, deputado Dirceu, levantar o preço do feijão para R\$ 80 no mercado. Por que, quando a Conab começa a entrar comprando, o que acontece? Menos produto fica disponível e [há] menos pressão de oferta. Portanto, não tem como, é a lei da oferta e demanda que regula tudo. Numa economia de livre mercado é assim que se comporta. E o poder que a Conab exerce de regular esse mercado é comprando excedentes e desovando com muito bom critério, de preferência na entressafra.

Naturalmente, nós estamos vendendo o arroz em plena safra de arroz, mas é uma situação atípica, decorrência de uma crise que começou no setor imobiliário dos Estados Unidos que impactou a inflação de países grandes produtores de arroz, como é o caso da Tailândia, Malásia, Índia, tal. Então, como eles sobretaxaram a exportação do arroz para os países consumidores, importadores, é claro que houve esta preocupação geral da sociedade mundial, que é mais urbana que rural. Mas, para isso, o Brasil está muito tranqüilo. Ele sai dessa situação cavalheiramente, com todos os cuidados, para que a gente não precipite o movimento contrário, ou seja, voltar a ter o arroz vendido muito próximo ou abaixo do preço mínimo. Nós passamos por essa situação quatro safras passadas.

Então, isso também não é bom, porque entendemos que o agricultor tem o momento de ganhar. Tem o momento em que o consumidor paga a conta, mas são aquelas variações, oscilações, normais no mercado. É o jogo que existe, uma economia de livre mercado, e que aí corrobora a importância de uma empresa pública como a Conab e que faça esse poder moderador de mercado. Às vezes, até, numa ação muito pontual da Conab comprando ou vendendo para determinados mercados, você consegue uma reação de mercado que venha ao equilíbrio, que é a situação na qual, em tese, fica bom para todo mundo, tanto para consumidor quanto para produtor.

Em relação ao milho, vocês sabem que houve um impacto muito grande no quadro de suprimento mundial em função de que os Estados Unidos começaram, inicialmente, usando 50 milhões de toneladas de milho para produzir o etanol a partir dessa base. No momento seguinte, já seriam 70 milhões de toneladas de milho, e a partir daí já estão falando em 120 milhões de toneladas de milho norte-americano para produzir o etanol, coisa que não acontece no Brasil, porque nós temos outra base: é a cana-de-açúcar.

E não só por aí: os senhores imaginem se puder viabilizar também a extração do álcool a partir da mandioca. Porque o setor mandioqueiro, como bem vocês sabem, é aquele que envolve as comunidades produtoras mais carentes, a agricultura mais pobre, em terrenos mais arenosos, com menor fertilidade natural do solo. Seria muito interessante a gente poder "linkar" também esse segmento de produção da mandioca para a produção de etanol. Haveria, de fato, uma implicação no preço final da farinha de mandioca, mas com certeza um estímulo real, concreto, para que mais agricultores ampliassem as áreas de plantio e que os agricultores pudessem se voltar com melhor prioridade às suas atividades.

Não vou me alongar porque acredito que no decorrer dos trabalhos, até o período que está programado, a gente possa intervir pontualmente, assim contribuindo para a elucidação do debate.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Sione.

Quero anunciar a presença do senhor Leandro Fernandez, representando a Cooperativa de Agricultores Familiares de Treze de Maio (Coopertreze); e do senhor Lorisvaldo Felisbino Constante, representando o Sistema Cresol central - Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com a palavra o senhor Jurandi Teodoro Gugel, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Santa Catarina.

O SR. JURANDI TEODORO GUGEL - Muito bom-dia. Quero agradecer à Comissão de Agricultura pelo convite e cumprimentar o deputado Dirceu; o deputado Sargento Soares; o Daniel, da Fetraf; o Ari Nelmann, da Secretaria da Agricultura; o companheiro Sione, da Conab; as lideranças; os sindicatos; as cooperativas; os consumidores; todos os presentes.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de estar aqui compartilhando esse tema com vocês e aprendendo com um debate tão apropriado para esse momento. Constatamos, também pelo que a mídia veicula, algumas preocupações importantes em relação à alimentação, aos insumos, que fazem parte da cadeia de produção de alimentos, porque sabemos, como o deputado Dirceu já colocou, que praticamente é monopolizada essa parte da questão.

O ministro do MDA escreveu um artigo, no dia 8 deste mês, ressaltando alguns pontos que acho importantes e que vêm reforçar o que já foi dito nas falas iniciais, especialmente na questão da política americana para a produção de etanol, que é impactante do ponto de vista do consumo do milho, que deixa de entrar na cadeia produtiva ou de servir para as exportações e acaba demandando de diversos países a substituição desse produto, para suprir as necessidades mundiais. Dez por cento da produção mundial de milho destinada à produção de etanol é um percentual significativo e impactante, sem dúvida.

Outra questão, sobre a qual não tenho uma leitura muito aprofundada, é que como o capital especulativo internacional na questão imobiliária dos Estados Unidos gerou essa crise, vão agora especular em outras áreas possíveis de se ganhar dinheiro, e uma delas é a alimentação.

Essa é uma questão importante, portanto, e a gente tem que compreender isso com a profundidade necessária para se poder fazer uma leitura apropriada. E a ONU, além de dizer que tem que produzir alimento, deve dizer qual é o papel desse capital.

A especulação desse capital financeiro internacional, do capital volátil, fez vítimas alguns anos atrás; portanto, ele deve ter outro papel na economia mundial que não esse de especulação, simplesmente para se ganhar dinheiro. E o petróleo parece que vai nessa mesma linha.

O barril do petróleo a mais de 120 dólares tem impacto nos insumos básicos da agricultura ou dentro do modelo convencional de produção, uma vez que superfosfato triplo, uréia e tal são derivados do petróleo. Isso impacta realmente, e vai refletir no preço dos adubos, dos insumos que são usados largamente na produção dos alimentos ainda, ou seja, vai onerá-los. Isso não quer dizer que o agricultor vai ganhar mais dinheiro, porque se o custo de produção também subir, talvez até diminua a fatia para ele.

Também acho importante lembrar - e o Brasil se insere nisso - o aumento do consumo. A distribuição de renda, os programas sociais que o governo federal, especialmente, tem feito contribuem para que haja consumo nas faixas que antes estavam alijadas desse processo, e elas passam a consumir alimentos básicos, como leite, feijão, arroz, carne. Isso aumenta o consumo *per capita* no Brasil.

Não podemos deixar de mencionar também o aquecimento global, que está gerando problemas climáticos em algumas regiões, trazendo como consequência um impacto na disponibilidade de alimentos em várias regiões do Planeta.

Eu concordo com o Sione, acho que para nós não é uma situação de alarme, porque temos um conjunto de políticas públicas e algumas estão sendo recuperadas, além de inovações importantes que estão sendo colocadas em nível de Brasil. Ainda são coisas iniciais, mas já cumpriram um papel importante do ponto de vista de resgatar. Por exemplo, os dados que o Sione coloca aqui de a Conab sair de 220 mil toneladas para 5 milhões de toneladas... Isso em estoques oficiais é uma revolução para quem é insuficiente ainda. Se compararmos com 2002, veremos que em pouco tempo nós estamos numa situação crescente de pensar sério neste país no sentido do papel estruturante das ações das políticas públicas.

Se a gente pegar o preço de alguns produtos de algumas *commodities* nos últimos três anos (e isso está no próprio artigo do nosso ministro), em nível internacional veremos que eles subiram até 83%. No Brasil, a média do aumento dos produtos alimentícios foi de 25%. Então, acho que está claro que as políticas públicas são importantes e têm dado uma resposta importante para os consumidores brasileiros e, do ponto de vista da produção, para quem está na lavoura produzindo.

Podemos concluir, então, que vivemos hoje numa situação mais confortável do ponto de vista da situação econômico-financeira do Brasil. O conjunto de entes públicos pode fazer ações que venham em defesa dos interesses do País, e hoje existe uma situação financeira mais favorável devido ao crescimento econômico do Brasil e à aplicação correta dos recursos pela gestão pública. Hoje você pode disponibilizar recursos para o crédito rural de forma subsidiada, a juros adequados à situação da agricultura familiar, fazendo com que os estoques oficiais possam crescer.

Em Santa Catarina temos um desafio para o governo federal, para o governo do Estado, para os agricultores em relação aos armazéns. Lembro que sempre no começo do ano, na colheita do arroz, os companheiros da Conab levantam que às vezes até tem recursos para intervir na compra da produção e garantir o preço para o agricultor-produtor, o que não existem são armazéns em condições de serem credenciados, ou armazéns públicos. É aí o gargalo.

Portanto, nós que precisamos pensar o Estado de Santa Catarina, precisamos pensar a estrutura necessária para dar tranquilidade a quem vai produzir. Toda vez que houver necessidade de intervenção no sentido de apoiar questões estratégicas para o País, que a estrutura pública possa fazer isso. Como disse, um dos nossos gargalos aqui no Estado é a infra-estrutura de armazenagem, que é privada e tem a sua demanda já tomada, e nós temos alguns produtos que precisam ser executados em nível de política pública.

Acho que estamos dando passos importantes e na direção certa, porque estamos dando condição para que o agricultor familiar produza com mais tranquilidade. Também acho que precisamos fazer um debate mais amplo e trazer para o centro da discussão um projeto político para o meio rural - porque isso tem importância para o Estado e para o País -, abrangendo segmentos historicamente marginalizados, como os quilombolas, os indígenas, os assentados da reforma agrária, indo até os setores médios do campo, como o grupo E do Pronaf, composto por famílias que têm uma renda média anual bruta de até R\$ 110 mil, R\$120 mil.

Eu acho que esse é o passo importante para se construir uma plataforma no sentido de essa parte do campo brasileiro, do rural brasileiro, ter nas estruturas públicas do Estado um aparato forte de apoio. E não para favorecer a ineficiência, e sim a produção eficiente, adequada ao nosso momento histórico, do ponto de vista da questão ambiental, da possibilidade de geração de renda, de agregação de valor e de inclusão da juventude rural num processo de produção de forma digna, com renda e com perspectiva de vida naquele espaço.

Eu queria colocar aqui alguns números que demonstram esse caminho que a gente tem feito do ponto de vista de governo e através de um conjunto de políticas construídas pelos movimentos sociais, pelo esforço de milhares e milhares de pessoas por este Brasil afora (eu diria milhões), que é a implantação e consolidação do Pronaf. Estamos próximos de um bilhão por ano aplicado aqui no Estado, entre custeio e investimento, e acho que há poucos agricultores que não tenham tido condição de acessar crédito. Agora, nós podemos crescer mais; poderíamos universalizar aqui o custeio das lavouras, tranquilamente.

Outra questão importante que eu queria colocar aqui (e talvez muitos ainda não saibam) é o seguro da agricultura familiar, o Proagro Mais. Na grande seca de 2004/2005, foram pagos R\$ 101 milhões 428 mil em indenizações aqui no Estado. O governo federal liberou mais de R\$ 100 milhões para pagar o prejuízo, e mais de 77 mil famílias receberam esse recurso. Em 2005/2006, foram quase 12 mil famílias, e foi liberado R\$ 1,1 milhão.

Também temos o programa de garantia de preço da agricultura familiar. O Sione colocou aqui a questão do preço do feijão, e quando o agricultor acessa o recurso de financiamento do Pronaf, ele já tem um instrumento de garantia: a equivalência. Chegamos a ter em alguns momentos o subsídio no financiamento de até 38%, no feijão especialmente, porque o preço estava abaixo do mercado. Esse foi outro instrumento que ajudou o agricultor a perder menos, e a intervenção da Conab fez com que o preço fosse puxasse para cima.

Outro programa que acho importante, embora ainda esteja no início, é a busca de alternativas para a diversificação econômica nas áreas de produção de tabaco. São ainda poucos recursos investidos, mas temos muitas experiências aqui no Estado, especialmente no litoral sul, no Vale do Itajaí e no Planalto Norte, em que a fruticultura, a produção de leite e várias outras alternativas de produção de alimentos entram diretamente competindo com o fumo e sem decréscimo de renda. Elas possibilitam condição melhor de trabalho e não perdem em renda para a cultura do fumo - porque existe aquela questão da densidade econômica por hectare etc. Portanto, elas têm competitividade, e há várias coisas que são feitas no meio rural como alternativa à produção de fumo.

Na semana passada, de 28 a 30 de abril, concluímos no Estado a etapa estadual da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, e vamos, em junho, para Olinda, onde será realizada a conferência nacional. Acho que aí tem um conjunto muito importante de diretrizes macroorientadoras para o governo federal, para o governo dos Estados, para os municípios e para a sociedade civil mostrando por onde devem caminhar, onde deve ser investido, quais os passos que devem ser dados no sentido de consolidar o espaço rural como um espaço atrativo que gere condição de as pessoas quererem morar, viver e produzir ali do ponto de vista da ocupação do território brasileiro e das questões estratégicas, como a produção de alimentos.

Há uma diversidade de alimentos muito grande no Brasil, inclusive em Santa Catarina, só que aqui são produzidas coisas que a pesquisa não conhece, que nós conhecemos pouco. E em todas as regiões do Estado existem coisas que precisariam de apoio público em relação à pesquisa, de um apoio mais institucional, de forma a manter uma rede grande de possibilidades de geração de renda em cima da produção de alimentos, porque, no geral, no atacado, vamos dizer assim, o que se impõe é a redução cada vez maior do número de alternativas de produção. Temos o milho, a soja, a carne suína, as aves e o leite, quer dizer, é muito pouco, é insuficiente você apostar na alimentação de uma sociedade do tamanho da nossa em cima dessas poucas alternativas.

Nós temos também a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (vamos ter um seminário agora nos dias 20 e 21), que aponta pelo menos cinco eixos importantes do ponto de vista do papel da estrutura pública, do controle social das políticas públicas de assistência técnica para produzir alimentos, para pensar o espaço rural, para agregar valor, para que o espaço rural possa ser revalorizado. Que a gente sepulte definitivamente aquela visão da Zélia Cardoso de Mello nos anos 1990: "Produzir trigo aqui é muito caro, vou trazer da Argentina, que é melhor".

Então, a gente teve um trabalho enorme, uma dificuldade muito grande, mas acho que a sociedade brasileira conseguiu provar que essas coisas não são assim, que não é em cima do monetarismo, e sim em cima de questões estruturais, de produção, de visão de país que se consegue viabilizar essas questões importantes, elementares, como a alimentação, para começar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Jurandi.

Nós queremos chamar para a mesa duas mulheres, que representam aqui os consumidores: a senhora Elizabete Baesso, presidente da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores (Adocon/SC), e a senhora Nelci Hoffmann, representando a senhora Joyce Viana, presidente do Consea/SC.

Passamos a palavra para o senhor Ari Nelmann, neste ato representando a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e o governo do Estado.

O SR. ARI NELMANN - Cumprimento o deputado Dirceu Dresch, que está presidindo a sessão na ausência do deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa; o deputado estadual Sargento Soares; o Jurandi, delegado do MDA; o Sione, da Conab; o Daniel, da Fetrat-Sul; as senhoras que representam os consumidores e o Consea; os senhores e as senhoras que estão aqui participando desta audiência pública que trata da segurança alimentar no Estado de Santa Catarina.

Não pretendemos nos alongar muito, porque é importante ouvirmos também os representantes do setor produtivo de Santa Catarina e o consumidor sobre a avaliação, o rumo das políticas públicas dos governos federal e estaduais, com o objetivo sempre de corrigir alguma coisa que tenha tomado o rumo errado.

Quanto à produção, já foram apresentados todos os números pelo deputado Sopelsa. Não temos grande preocupação quanto à quantidade de alimentos produzida em Santa Catarina, porque nosso Estado é um grande produtor de alimentos; agora, o que devemos analisar, e em vários aspectos, é a qualidade, que também envolve a permanência do pequeno agricultor no meio rural. Ouve-se por todo o Estado que os jovens estão abandonando o meio rural, por isso precisamos levar mais opções de renda e qualidade de vida ao campo para que os jovens lá permaneçam.

Aqui no Estado, um exemplo que sempre citamos é a suinocultura, que tem grande importância econômica e teve grande importância social no meio rural, mas a grande concentração que houve nesse setor excluiu da atividade muitas famílias rurais. Então, é claro, esses são aspectos que precisamos acompanhar e analisar para que aqueles que produzem alimentos tenham qualidade de vida e renda para permanecerem no meio rural, na atividade que gostam de fazer.

Em relação à água e energia, há grande preocupação mundial, vamos dizer assim, e já estamos sentindo aqui o reflexo de coisas que acontecem em outros países. Agora, com exceção da produção de madeira, do reflorestamento, que o deputado Sargento Soares levantou, aqui no Estado a questão água e energia não deverá afetar significativamente a produção de alimentos, porque o nosso modelo é de pequena propriedade. Essa atividade normalmente é em grande escala, por isso não deverá acontecer aqui, por não ser viável economicamente. Atividade de pequena escala é que vai competir com a produção de alimentos aqui no Estado. Mas já estamos sentindo o reflexo dos Estados Unidos, que estão usando milho para produzir etanol. Aqui a matriz é outra, é a cana-de-açúcar, e isso não deverá ser viável em Santa Catarina a ponto de afetar a produção de alimentos.

Toda a política pública da Secretaria da Agricultura é para apoiar, com pequenas exceções, o agricultor familiar. Não temos apoio de políticas públicas para o grande produtor rural. Só que em Santa Catarina também sentimos o reflexo das políticas federais, então, as grandes políticas construídas são do governo federal, tanto na área agrícola como na área econômica, e é esse o modelo que se segue.

Santa Catarina não é uma ilha, o Estado atua de forma complementar, procurando incentivar mais uma questão ou outra, isso na maioria das vezes em parceria - e são muitas as parcerias com o governo federal. É o caso aqui, em que nós executamos a Política Nacional de Crédito Fundiário em parceria com o governo federal. Estamos lançando agora em todo o Estado um programa novo que se chama Revitalizar, também em parceria com o governo federal, e esse programa se apóia na Política Nacional de Crédito Rural à Agricultura Familiar, isto é, a política de crédito do Pronaf, pela qual o Estado irá apoiar o projeto Água da Chuva, para dar uma solução ao abastecimento de água nas propriedades rurais, ou seja, armazenar mais água nessas propriedades para apoiar também a produção de alimentos, porque não se produz alimentos sem água.

Além de equacionar a questão da água, principalmente nas regiões que sofrem seguidas estiagens, o Estado também irá apoiar outros projetos que são de origem regional, e não essas atividades já consolidadas, mas novas alternativas para a pequena propriedade rural. O apoio que o Estado vai dar nesse sentido é o pagamento de juros para os agricultores que pegam financiamentos no Pronaf para realizar investimentos em suas propriedades. No caso, agricultores que se enquadram no Pronaf C ou D vão ter cem por cento dos juros subvencionados pelo Estado, e aqueles que se enquadram no Pronaf E, somente cinquenta por cento dos juros, que é essa linha que o Pronaf (*ininteligível*) 5,5%. Então, o Estado vai pagar 2,75% dos juros.

Em rápidas palavras, gostaríamos de afirmar que atuamos mais uma vez complementariamente às grandes políticas que são estabelecidas pelo governo federal. Não tem como ser diferente. E o nosso foco é o agricultor familiar e a produção de alimentos, a exemplo do projeto Revitalizar. Outro grande exemplo que se pode dar é o projeto Microbacias, que procura trabalhar exatamente as famílias mais pobres do meio rural, trazendo-as para uma agricultura consolidada, já que hoje não é o que acontece. Esse pequeno agricultor familiar a ser trabalhado pelo Microbacias está muito inseguro na sua atividade no meio rural, então, procura-se trazê-lo para um patamar melhor, buscando a consolidação dessas propriedades.

Portanto, em rápidas palavras, procuramos trazer aqui o posicionamento da Secretaria da Agricultura nessa questão da produção de alimentos, e gostaríamos de ouvir os produtores e o setor do consumidor para levar para a estrutura do governo outras sugestões sobre onde o Estado pode atuar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Ari Nelmann, aqui representando a Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado.

Registramos a presença do Alexandre Bergamin, da Fetraf-Sul de Chapecó, e também do Jair Pinheiro, que é da executiva da Fetraf-Sul.

Neste momento passamos a palavra ao senhor Daniel Kothe, representando o coordenador-geral da Fetraf-Sul.

O SR. DANIEL KOTHE - A minha saudação ao deputado Dirceu Dresch e o meu agradecimento a essa Comissão de Agricultura pelo pronto atendimento à nossa solicitação de debater esse tema; a minha saudação também ao deputado Sargento Soares; à Elizabete Baesso, da Adocon/SC; à Nelci Hoffmann, do Consea/SC; ao Jurandi Gugel, do MDA de Santa Catarina; ao companheiro Sione de Souza, da Conab/SC; ao Ari Nelmann, que representa a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina; e uma saudação toda especial a todos os companheiros e a todas as companheiras que prontamente atenderam o convite para estar aqui, alguns viajaram a noite toda, em função da relevância que tem o debate em torno da segurança alimentar, e muito mais do que isso, já pautando o tema soberania alimentar e todas as consequências dessa política que estamos tendo hoje no Brasil, assim como também seus impactos mundiais.

Para poder falar tudo em dez minutos, vou dividir o assunto em três questões. Na primeira vou tentar conceituar algumas coisas que, para mim, são geradoras de todo esse processo; na segunda parte, montar rapidamente uma crítica que, para mim, é causa desse processo todo; e depois mostrar as questões que nós estamos propondo, como organização da agricultura familiar, de possíveis soluções para esse debate que está aí colocado.

Primeiramente, é importante dizer que essa situação do aumento do preço dos alimentos não é ocasionada por um único fator. Obviamente que existe o aumento do preço dos alimentos, mas está colocado em cima da alta do petróleo, que foi uma das questões já exploradas aqui, que tem uma situação importante quando se fala principalmente dos insumos agrícolas, que é a base dos químicos usados para produzir os alimentos e também produzir bioenergia.

Existe o tema dos biocombustíveis, e acho que o principal impacto na questão do preço dos alimentos está colocado quando falamos na utilização do milho por parte dos Estados Unidos para produzir etanol, que tem gerado uma consequência, porque como atua na cadeia alimentar aumenta o preço da carne e de outros produtos, mas existe um outro fator importante que precisa ser analisado - está mais fortemente colocado e, por isso, este debate vem com mais força -, que é a especulação financeira.

Então, aqueles investidores que compravam dólares ou que investiam no mercado imobiliário norte-americano, em função da crise que está colocada hoje estão investindo pesado em *commodities* agrícolas, estão investindo e comprando safras futuras. E essa especulação tem, com certeza, um impacto violento, inclusive criando um movimento em nível mundial para jogar os preços dos produtos agrícolas para cima, consequentemente aumentando o custo de vida das populações urbanas que compram esse alimento. Então, não dá para analisarmos somente sob um foco. E obviamente que o processo de concentração da matriz energética do mundo tem também gerado essa consequência.

Então, quando temos informações, como recentemente foi publicado pela Folha de S.Paulo, que uma empresa domina 80%, 90%, 98% da base que é produzido o adubo, por exemplo, é óbvio que nós vamos ter um monopólio e um controle do processo produtivo. Então, esse fato tem gerado muita preocupação.

Na segunda questão, em que entra um pouco da crítica, o pessimista diria: eu avisei! Mas essa situação nós já vimos criticando há um bom tempo. Quando o modelo agroexportador adota o modelo da produção de *commodities*, faz todo um discurso que tem que liberar transgênico porque nós vamos ter crise de abastecimento... Quer dizer, cria um movimento fortíssimo, representado em todos os espaços, e o destaque é para a discussão que faz a bancada ruralista no Congresso Nacional e o consequente movimento que faz o Ministério da Agricultura no Brasil nesse sentido, que tem gerado um conjunto de desequilíbrios. Então, a produção de alimentos em escala, o desmantelamento de tarifas, o descontrole de uma política de importação e exportação, o desmonte das estruturas públicas de armazenagem de estoques reguladores causam essa situação que estamos vivendo hoje: ficamos à mercê daquilo que o mercado quer fazer!

E gostaria de destacar que a crise, por exemplo, da especulação financeira, do mercado financeiro investindo na compra de safras futuras, pode causar um movimento como esse que nós estamos vivendo no mundo. Então, nós vivemos à mercê dessa política. Por isso tem que se fazer uma crítica profunda a esse modelo, que se diz capaz de alimentar o mundo mas que está se mostrando altamente ineficaz quando falamos do tema dos alimentos. Aí, dentro dessa crítica, nós fazemos a seguinte pergunta: quem vai comer, quanto vai comer e quanto vai pagar para comer. De repente essa teria que ser a grande pergunta.

Esse modelo agroexportador no qual nós vivemos e que está enraizado em todas as partes do mundo tem, de fato, uma capacidade muito grande de alimentar, mas não a todos e não de forma equilibrada, porque destrói a soberania alimentar dos países e pensa a produção agrícola no mercado mundial, assim como os outros produtos que estão aí colocados.

Então, esse é, de fato, o momento de olhar para a realidade em que vivemos e tecer uma crítica. Não dá para pensar só em medidas paliativas, como a que o ministro Reinhold Stefanos falou essa semana: está para ser liberada a importação de milho transgênico de outros países. Vai resolver? Essa é a grande pergunta! E quando se falava de liberar a produção de soja transgênica no País, a discussão que se fazia era a mesma. Resolve o quê? Abre totalmente as porteiras para o mercado mundial, nesse modelo que exclui gente do campo, que gera encarecimento da alimentação na cidade e que destrutura toda uma cadeia produtiva. Isso cria quais consequências para o futuro? Daqui a pouco vamos discutir que para garantir a alimentação no mundo, temos que desmatar o resto das nossas matas, temos que destruir a Amazônia para produzir gado e soja.

Está na hora de fazer, de fato, a crítica ao modelo e voltar a discutir a temática do que podemos propor de alternativa diante dessa conjuntura colocada.

A terceira questão que vou levantar rapidamente diz respeito ao que estamos propondo, que é um pouco o motivador de todo esse debate. Acharmos que é preciso propor um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), assim como o governo Lula lançou ainda ontem a política industrial, também para a agricultura familiar. É preciso que a agricultura familiar tenha a garantia de recursos, um planejamento a médio e longo prazo para garantir a segurança alimentar, e mais do que isso, para garantir a soberania alimentar. Essa é a avaliação que a gente tem hoje e que podemos fazer, Jurandi, com muita tranquilidade, diante do que está colocado aí dessa crise mundial.

O que teria esse programa, destacando-se aí seis questões? Primeiro teria que se pensar numa política de subsídio para a agricultura familiar. Temos que enfrentar esse debate. Inclusive nos fóruns internacionais dos quais participamos, uma das grandes discussões é essa, ficamos forçando para tirar o subsídio dos países da Europa, que têm no subsídio a base da sua soberania alimentar. Vamos pegar, por exemplo, o caso dos produtores de beterraba da Holanda, que fazem açúcar da beterraba. Quando os usineiros do Brasil conseguiram ganhar na Organização Mundial do Comércio a possibilidade de exportar açúcar, o que aconteceu com os produtores de beterraba? Então, ao invés de quebrar a lógica e a estrutura que outros países do mundo usam, temos que discutir a nossa estrutura, e para isso a agricultura familiar precisa ser fortalecida.

O segundo debate a ser feito: temos que reformular a política de preços mínimos no País. Temos que rediscutir isso e fazer com que a política de preço mínimo seja uma política reguladora e não somente uma referência.

Como terceiro, temos o termo de seguro agrícola. Se não tivéssemos tido, Jurandi, esses R\$ 100 milhões no pior momento da crise das safras frustradas que vivemos, teríamos dificuldades. Agora, temos que pensar o quanto dessa reserva vamos ter para, de fato, garantir que os agricultores familiares permaneçam no campo e que possamos reconstruir as bases desse modelo produtivo, a fim de não acontecer o avanço do *pinus*, o avanço do eucalipto e de outras coisas mais. Isso se nós quisermos alimentar as pessoas, porque se quisermos alimentar os cupins, é outra discussão; mas se quisermos alimentar as pessoas, temos que avançar nesse sentido.

Estamos propondo um investimento pesado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um programa importante de garantia de compra - está na nossa pauta deste ano o investimento nos próximos três anos de R\$ 6 bilhões nesse programa. Esse é um programa importante de garantia de compra, e aí, sim, Sargento Soares, vamos fazer a discussão de quem vai produzir e quem vai comer. Então queremos que o governo assuma essa política. É necessário também reconstruir a política da formação de estoques reguladores, se vai fazer isso em parceria com a iniciativa privada ou não, mas tem que construir isso. Hoje acontecem absurdos, e citamos um exemplo: ao mesmo tempo em que importamos milho transgênico, o Brasil exporta milho.

(Um dos participantes manifesta-se fora do microfone: "São 11 milhões de toneladas.")

São 11 milhões de toneladas de milho anunciadas esta semana. De um lado importamos milho transgênico e de outro exportamos milho. Então, tem que discutir estoque regulador! Se o Brasil tem um consumo *x* e tem produção para isso, tem que discutir como vai estocar essa produção e como vai garantir o abastecimento no mercado interno. Isso é discutir a nossa soberania! Não podemos deixar a bel-prazer do mercado. Então, esse é um debate que tem que ser reconstruído, queira a bancada ruralista ou não, queiram as grandes empresas exportadoras ou não; o Estado tem esse compromisso! Então, esse é um outro debate que está colocado aí.

Por último, há todo um debate em torno da infra-estrutura. Não tem jeito, para manter a agricultura familiar no campo produzindo comida é preciso investir em infra-estrutura. Tem que debater habitação, tem que debater programas de impacto nos mais diferentes temas, como é o Luz para Todos e como são tantos outros, porque investimento industrial é importante, agora, e o investimento nas pessoas? Essa é a grande discussão: e o investimento nas pessoas? Ainda mais num setor tão importante para garantir os direitos básicos das pessoas, que é o acesso à alimentação, e uma alimentação de qualidade que dê condições ao nosso povo de ter segurança alimentar e nutricional. Acho que essa é também uma das grandes questões colocadas.

Para encerrar, quero agradecer mais uma vez o pronto atendimento da Comissão de Agricultura em realizar esta discussão e já propor, como encaminhamento desta audiência, deputado Dirceu, a formulação de um documento mínimo contendo as principais questões levantadas aqui para ser enviado ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao próprio Ministério da Fazenda e ao presidente Lula, no sentido de referendar a importância de termos uma pauta como esta sendo construída no Brasil.

Era essa a discussão que queríamos trazer para o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Daniel, que representa a Fetraf-Sul.

Agora passamos a palavra à senhora Elizabete Baesso, presidente da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores (Adocon/SC).

A SRA. ELIZABETE BAESSO - Inicialmente quero cumprimentar e parabenizar o deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, por viabilizar esta audiência pública, e o deputado Dirceu por ter proposto a realização deste debate sobre a questão da segurança alimentar, da crise da produção de alimentos e do preço dos insumos agrícolas. Também quero cumprimentar todos os presentes, em especial o Rui, que representa o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, do qual também faço parte e onde temos feito um debate constante desde que apareceu a questão da crise dos alimentos.

Eu represento uma entidade civil que representa os consumidores e as donas de casa, que por sua vez participa do Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, que congrega no País vinte organizações, e desde o início das discussões, quando começou a aparecer a crise alimentar, esse Fórum tem se reunido para se posicionar a respeito, como consumidor, sobre o que entende e o que pode fazer. E dessas reuniões nós extraímos um documento, que foi encaminhado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual foi colocado o nosso posicionamento de consumidor e de dona de casa.

Eu vou ler parte desse documento, que consideramos extremamente importante, pois traz sugestões da área do consumidor sobre essa crise mundial de alimentos em relação ao País.

(Passa a ler.)

"Apesar de políticas públicas compensatórias, como o Fome Zero, em 2006, 34,8% dos domicílios brasileiros (72 milhões de pessoas) viviam em situação de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave)", segundo dados do IBGE. "Das 14 milhões de pessoas que viviam em domicílios com insegurança alimentar grave, perto de 6 milhões moravam naqueles com rendimento mensal domiciliar *per capita* que não ultrapassava R\$ 65,00 por pessoa. Portanto, há uma grande contingente de brasileiros que necessita uma sólida proteção do Poder Público para que não passe fome.

Igualmente, aqueles brasileiros com um rendimento um pouco melhor têm no acesso aos alimentos um desafio, gastando alto percentual da sua renda com alimentação, sacrificando a aquisição de outros bens básicos para a sua sobrevivência e qualidade de vida. Nos últimos doze meses essa situação se agravou com uma alta absurda de preços do arroz, do feijão, do leite, do pão e de outros alimentos básicos.

Instituições e especialistas apontam causas conjunturais e estruturais. Conjunturais como fenômenos naturais (enchentes, secas, etc.) no Brasil e no mundo, econômico-sociais (chineses e indianos estão comendo mais), tecnológicos/biocombustíveis (aumento da produção de etanol de milho nos Estados Unidos), especulação de investidores com *commodities* alimentares, entre outras causas. Mas no Brasil temos fatores estruturais, como a péssima distribuição de renda, alta tributação dos alimentos básicos, falta de estoques reguladores, a visão (do governo e de alguns agentes econômicos) de que o mercado interno é secundário e que devemos exportar, exportar, exportar produtos primários, entre outros."

Temos aí, diária ou mensalmente, pesquisas do Dieese informando a alta das cestas básicas nas diversas capitais deste país, de todos esses produtos citados.

"Constata-se que a mudança da sistemática de controle de preços de alimentos, antes baseada no sistema de estoques e hoje baseada no livre comércio, ou seja, na disponibilidade dos estoques no mercado a cargo de empresas, está levando a graves consequências. Os estoques de arroz e feijão, por exemplo, são ínfimos e todo o preço acaba sendo ditado pelo objetivo de lucro pela especulação de agentes empresariais.

Além do aumento abrupto desses produtos, questionamos a médio e longo prazo o impacto sobre a segurança alimentar - e também sobre o meio ambiente - da política de biocombustíveis baseada especialmente na cana, que avança a exploração agrícola e pecuária para ecossistemas vulneráveis, como os do centro-oeste e da Amazônia.

Embora fontes governamentais afirmem que, no momento, a expansão de culturas para biocombustíveis não esteja substituindo significativamente as culturas alimentares, alguns especialistas informam que se compararmos os dados do IBGE da produção agropecuária de 1990 a 2006, considerando-se somente os municípios que tiveram aumento na área plantada de cana e tomando como referência os municípios que cresceram em mais de 500 hectares essa área, constata-se uma redução de 261 mil hectares de área de feijão e uma redução de 340 mil hectares de área plantada de arroz.

Dessa forma, a expansão da cana afeta a produção de arroz e feijão, mas também a agropecuária, pois nesses municípios houve uma redução de 460 milhões de litros na produção de leite por ano." Foi colocado aqui que Santa Catarina é o sexto lugar em produção de leite, mas o leite mais caro, constatado pelo Dieese, é o de Florianópolis. "E também uma redução de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. O desmatamento é a consequência inevitável nesse processo, pois com a cana a pecuária é deslocada - como a soja no Mato Grosso também a desloca - para a Amazônia, especialmente o Pará, onde existe hoje o terceiro maior rebanho do País.

Apontamos ainda a diretriz política dada à agricultura brasileira de buscar, cada vez mais, a exportação de *commodities* agrícolas sem levar em conta a sustentabilidade do abastecimento do mercado interno, ou seja, a nossa segurança alimentar. Essa visão mercadológica míope nos torna mais vulneráveis a crises internacionais geradas por fenômenos climáticos de outros países e pela voracidade da especulação do capital estrangeiro com as *commodities* alimentares.

Se há fatores de difícil abordagem, como os climáticos, há outros que se pode interferir substancialmente para garantir a segurança alimentar no Brasil, a saber" (é aqui que apresentamos as nossas sugestões): "estoques reguladores de alimentos básicos e controle de preços devem ser instituídos para enfrentar a especulação empresarial do agronegócio em todos os seus níveis; os setores empresariais do agronegócio devem ser chamados a assumir a

responsabilidade que lhes cabe na segurança alimentar e o governo deve exercer firmemente a defesa da sociedade no controle de preços e na regularidade do abastecimento; o Programa Brasileiro de Biocombustível deve ser objeto de adequada análise de risco-benefício sócio-ambiental e de segurança alimentar; a produção de alimentos deve buscar um maior equilíbrio entre exportação de *commodities* e abastecimento interno por alimentos básicos; a alta tributação de alimentos básicos deve ser alvo de uma força-tarefa entre o Executivo e o Legislativo, destinada a desonerar tais produtos e a oferecer o benefício da medida para os consumidores finais.

Para que não fiquem dúvidas do nosso posicionamento de consumidores e donas de casa, nós, entidades, temos buscado informar os consumidores, pesquisando novas formas de o consumidor minimizar o impacto dessas grandes altas, e estamos sempre dispostos a contribuir ainda mais nesse processo."

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Como o deputado Dirceu Dresch se ausentou para atender a imprensa, foi raptado (*risos*), pela liberdade de imprensa, claro, a tarefa neste momento é minha.

Portanto, concedemos a palavra pelos próximos dez minutos ao senhor Rui Ricard da Luz, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (Consea).

O SR. RUI RICARD DA LUZ - Em primeiro lugar um bom-dia a todos, à Comissão, aos membros da mesa, bons e velhos companheiros da Segurança Alimentar, e aos movimentos sociais presentes.

O tema da crise mundial dos alimentos, sobre o qual eu fui convocado para falar aqui, a gente já vem discutindo no Conselho Estadual de Segurança Alimentar. Eu vou correr o risco de repetir algumas coisas, mas elas são importantes.

Na visão de todos os analistas internacionais sobre a questão da crise, esta é uma crise que veio para ficar. Esse é o primeiro aspecto. Não é uma crise passageira, ela veio para ficar. Então, enquanto em alguns países as pessoas vão pagar mais caro o preço dos alimentos, em outros as pessoas não vão ter o alimento. Coisa que já estamos vendo acontecer, por exemplo, no continente africano, onde vários países estão com crises fortíssimas de abastecimento de alimentos. Inclusive na semana passada, por exemplo, num dos países africanos, o presidente defendeu o fim da FAO, por conta de não ter estoques para atender a demanda de alimentos no continente africano.

Agora me parece determinante e fundamental fazermos uma reflexão, porque alimento - já foi falado aqui hoje, mas vou repetir - virou *commodity* e sobre isso a gente tem que fazer uma grande reflexão. A concepção tem que ser a de que alimento é direito, é direito à vida, como a água também é um direito à vida, e não uma *commodity*, senão o mercado fica brincando com a vida das pessoas. Por exemplo, o início dessa crise, quando... (*Falha do microfone. Inaudível.*) Pelo Jurandi, primeiro da questão da crise do petróleo (insumos, a logística para transportar), porque tudo isso acaba tendo uma retração do mercado para produção; muda-se a concepção de produção em função da crise do petróleo. Depois, você olha para a crise imobiliária americana e fala: olha, vamos lá investir em outras áreas, como do alimento... Ou seja, você sinaliza para o mercado que as pessoas vão consumir mais alimentos e que vai haver mais necessidade. O que o mercado faz? O mercado segura isso para poder especular.

Então, muito da história da crise do milho e da soja é em função do mercado segurar os seus estoques. Por isso que é determinante (e aí eu defendo o que foi falado aqui hoje) a necessidade de estoques reguladores. É fundamental, sob pena de a gente ficar refém do mercado, o mesmo mercado que está, de fato, controlando todo o processo de produção, ao ponto de a gente ter, hoje, por exemplo, sementes que são estéreis, como as *terminators*. O único país que se manifestou, na COP-6, contra as sementes *terminators*, foi o Brasil. Ou seja, alguém é dono da tecnologia da produção, é dono de uma semente que vai determinar se pode plantar ou não.

Então, na nossa visão, o problema aqui é o modelo de desenvolvimento agrícola. Nós precisamos discutir o modelo de desenvolvimento. É fundamental que a gente pare de pensar um pouco nessas velhas cantilenas, nos quais se repetem de vez em quando, de que o mercado tem que estabelecer as condições. Só que, a partir daí, o mercado também estabelece quem vai estar vivo e quem vai estar morto. Que se faça essa reflexão, porque a gente está falando aqui da garantia da vida das pessoas. E quando se fala isso é preciso que a gente pense no alimento (volto a repetir) como um direito humano. E todas as políticas públicas, necessariamente, têm que estar amalgamadas, têm que estar alicerçadas na visão do direito humano, sobretudo as políticas da produção de alimentos.

Eu estava vendo aqui o balanço da oferta e da demanda no Brasil, e a demanda mundial também, sobretudo na produção de algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo. A gente percebe que, de fato, houve um aumento significativo do consumo, mas, em muitas delas, ainda tem um estoque final interessante. E onde está esse estoque? Ele está concentrado, ainda está controlado pelo mercado hoje.

Então, é preciso que se faça essa reflexão, porque senão a gente acha que não tem como resolver, por exemplo, a demanda num país como o Brasil. E você tem! Tanto é que o Brasil é o que menos sentiu o reflexo da crise mundial. E sentiu menos por quê? Porque houve um investimento, nos últimos anos, massivo na agricultura familiar. Isso é um dado importantíssimo, porque no Brasil, hoje, são 4 milhões e 139 mil propriedades rurais familiares, que representam 107,8 milhões de hectares aproximadamente que garantem uma possibilidade de abastecimento interno. Portanto, é um sinalizador de que é preciso ter (como já falou o Daniel há pouco) continuidade no investimento para garantir que tenhamos abastecimento, que tenhamos os preços acessíveis também. Acho que isso é fundamental.

Por último, quero dizer a vocês que agora não adianta a gente pensar na produção de alimentos, nos abastecimentos, sem pensar na qualidade dos alimentos. Porque hoje, de uma maneira geral, a população tem se alimentado muito mal, tem se alimentado de veneno. Para quem viu, há uns 15 dias a Folha de S.Paulo trouxe a quantidade de agrotóxicos nos principais legumes. Eu fiquei assustadíssimo em saber, por exemplo, que só num tomate 55% são agrotóxicos, e tantos outros. É preciso pensar também na questão da qualidade. O investimento na agricultura familiar tem que ser cada vez mais em alimentos sem veneno, sem agrotóxicos, alimentos agroecológicos. Esse tem que ser o investimento.

Daqui a pouco a população brasileira estará (e já está) na fila dos postos de saúde, porque se alimenta mal. Antes você tinha as pessoas no hospital fruto da não-alimentação, agora tem pessoas na fila do hospital porque estão comendo mal. Também é preciso que, nessa discussão, esse ponto seja colocado, sob pena de fazermos alusão à necessidade da produção e à necessidade de ter alimentos. Mas é preciso termos esse item como central, que é a qualidade dos alimentos.

Hoje já há um número cada vez mais crescente de crianças com doenças cardiovasculares, com diabetes, anemias, fruto da má alimentação. A anemia ferropriva tem aumentado bastante pela ausência de ferro. Então, é preciso que a gente atente para isso também nesse debate. Quando discutirmos o processo de produção, vamos discutir o processo de produção agroecológico, sem veneno. Essa é a necessidade.

Já foi falado aqui, mas quero dizer que há necessidade de pensarmos na produção e na sua biodiversidade. Não adianta, em nome da produção de alimentos, sairmos por aí desmatando para poder dar conta da produção de alimentos. Isso é um tiro no pé. Talvez se resolva num curto espaço de tempo, mas vai afetar do ponto de vista futuro.

Um outro dado fundamental para ser discutido nesse alimento da produção, por exemplo, é a questão da água. Hoje temos no mundo uma crise cada vez mais acelerada em função da escassez da água. Nós, aqui no Brasil, precisamos nos preocupar com isso. Vamos pegar Santa Catarina, que tem produção de alimentos. O rio Canoas e o rio Uruguai são rios que estão começando a ficar comprometidos, em função da produção da suinocultura, de resíduos industriais, de agrotóxicos. Então, também é preciso pensar nisso, sob pena de termos uma crise de produção, a médio e longo prazo, em função da não-preocupação com a questão da água, não só em Santa Catarina, mas no Brasil e no mundo.

Ao mesmo passo que a gente pensa a questão da produção, hoje precisamos pensar no processo da revitalização dos nossos principais afluentes, dos nossos principais rios, para poder garantir que as pessoas possam comer de forma permanente, com qualidade e tudo mais. Acho que esses são desafios que estão colocados pra gente.

Hoje estamos olhando a crise dos alimentos, olhando a árvore. É preciso enxergar toda floresta para podermos pensar essa crise, mas buscando soluções que passem pela visão humanística. Vamos pensar na visão humana da defesa da vida. Esse é o grande desafio que essa crise nos sugere, a defesa da vida. E a defesa da vida significa combinar produção, consumo e abastecimento dentro de uma visão e uma perspectiva humanística.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado Rui, que falou em nome do Consea.

Olhando para o plenário, constatamos que estão presentes várias lideranças, vereadores, vereadoras, sindicalistas. Não podemos citar o nome de todos, mas estamos verificando com a Sônia a possibilidade de passarmos uma lista, para que fique registrado todo esse potencial que se encontra no plenário. Inclusive o Daniel propôs que se faça um documento desta rica audiência pública, anexando essa lista de presença, para encaminhar ao governo. Também está conosco o Vilmar, que trabalha junto com o Sione na Conab - a dupla imbatível da Conab/SC.

Ainda temos mais entidades que farão uso da palavra, como o Cresol; a CUT estadual; o Selênio, que representa as ONGs; e a Associação Catarinense de Nutrição. Então, solicitamos a todos que farão uso da palavra para serem breves, eis que já são quase onze horas, para até meio-dia terminarmos esse debate.

Passamos a palavra à Adriana Maria Antunes de Souza, secretária de Formação da CUT/SC, neste ato representando o senhor Neudi Antônio Gianchini, presidente da CUT/SC.

A SRA. ADRIANA MARIA ANTUNES DE SOUZA - Bom-dia, Dirceu, companheiras e companheiros que fazem parte da mesa, agricultoras e agricultores familiares, dirigentes sindicais e coordenadores de sindicatos.

Na base da CUT nós temos sindicatos de produtores e agricultores familiares, representados pelos sindicatos de agricultores familiares; também uma nova organização que estamos trabalhando, que são os assalariados rurais que também trabalham na produção de alimentos; nós temos consumidores, organizados em diversas categorias, como metalúrgicos, comerciantes, construção civil, trabalhadores da indústria da alimentação, urbanitários, e público municipal e estadual.

A nossa grande preocupação é com os produtores, os agricultores familiares e assalariados e também consumidores que estão na nossa base. Mas temos também uma preocupação com os consumidores trabalhadores que não estão na nossa base, aqueles que antigamente a gente ouvia falar que comiam uma vez por dia ou não comiam nem uma vez por dia, e nos últimos tempos já estão comendo três vezes por dia. Aí ouvimos falar que devido a esse aumento no consumo do alimento começa a motivar a falta de alimento; como se ouve falar também que é por conta da produção de biocombustíveis, da produção de cana, etc. Inclusive o Daniel colocou aqui a questão do monopólio dos insumos. Esses são os temas que estão sendo debatidos nesta audiência pública.

Quanto ao monopólio dos insumos, quando há um aumento muito grande no preço do insumo, diminui a renda dos agricultores e aumenta o preço dos alimentos. Então, atinge tanto os produtores como os consumidores. As duas categorias saem perdendo, pagam o preço por esse monopólio que acontece na questão dos insumos.

Os agricultores, quando começa a ter essa diminuição da renda, começam a procurar alternativas de melhoria de renda - e aparece a discussão dos biocombustíveis, da produção de milho para os biocombustíveis. E aí, não podemos culpar os agricultores familiares quando resolvem optar por essa produção, porque eles estão buscando melhorar a sua renda, melhorar a qualidade de vida das suas famílias.

Nós, da Central Única dos Trabalhadores, não temos dúvida de que para garantir a produção e a qualidade dos alimentos, precisamos certificar que essa produção seja de responsabilidade da agricultura familiar. Para isso, necessitamos de políticas que garantam a permanência dos agricultores familiares no campo - e isso é urgente!

A gente pensar em políticas que mantenham os agricultores no campo, inclusive os jovens que, hoje, são os que mais estão saindo, isso é urgente. E quando discutir que precisam permanecer no campo, tem que ver que eles precisam ter qualidade de vida para quererem ficar no campo. Não podemos dizer que eles têm que ficar, porque são obrigados a produzir alimentos para os demais consumidores. A gente tem de pensar na garantia da qualidade de vida desses agricultores e dessas agricultoras familiares, desses jovens, para que tenham vontade, tenham prazer de continuar trabalhando na agricultura.

No ano passado acompanhei a Fetraf-Sul em algumas audiências com secretarias do Estado de Santa Catarina, e na semana passada também, junto com lideranças da Fetraf, acompanhamos algumas audiências, novamente entregando a pauta da Federação, com propostas concretas de melhoria da vida dos agricultores e das agricultoras familiares. A Fetraf-Sul não é uma entidade que apenas estuda a realidade da agricultura familiar, mas uma organização de agricultores que discute e pensa em alternativas para a sua realidade - e tem o poder de elaborar e de apresentar propostas, tanto para o governo federal quanto para o governo do Estado.

Nos últimos anos a gente vem observando algumas mudanças, mais em nível federal, de alguns programas que vêm melhorando, mas por enquanto não estão resolvendo a situação dos agricultores.

Aqui, no Estado, a nossa preocupação é ainda maior. Porque a gente não está conseguindo ter a visibilidade dos programas, o resultado do investimento do Estado para a agricultura familiar, para a permanência dos agricultores e das agricultoras no campo, produzindo alimentos com qualidade, para melhorar a qualidade de vida e a qualidade da alimentação dos nossos consumidores.

O Daniel, coordenador da Fetraf aqui no Estado de Santa Catarina, na sua fala hoje pela manhã, apresentou uma proposta da Fetraf, que sinaliza uma possível solução desses problemas, e a CUT assina essa proposta, porque sabe a maneira como a Federação faz a discussão com os agricultores. A CUT sabe a grande potencialidade que a Fetraf tem de elaboração, em pensar realmente nos agricultores e nas agricultoras familiares, em resolver de fato o problema, não pensar somente no momento, mas analisar o todo e também a realidade dos trabalhadores da cidade que precisam se alimentar bem, com qualidade. Então, a CUT não tem dúvida de assinar essa proposta da Fetraf.

Deputado Dirceu, eu gostaria de saber se o representante da Secretaria da Agricultura volta, porque, como vocês já puderam observar, tenho muitas dúvidas em relação à forma como o Estado está investindo para melhorar a qualidade de vida dos agricultores, para fazer com que permaneçam no campo. Não vale dizer que é o Microbacias apenas, eu gostaria de ouvir concretamente qual a porcentagem de investimento do Estado para a agricultura, qual a contrapartida do Estado para essa categoria. Acho que isso é interessante para a gente iniciar o debate aqui no Estado.

Em nível federal, também, temos muitas lutas na nossa pauta para conquistar - e a habitação é uma dessas nossas grandes lutas. Por diversas vezes ouviu-se falar do avanço que se teve com os programas de habitação do governo federal, mas agora a gente precisa garantir habitação enquanto política pública.

Na semana passada a gente ouvia os coordenadores da Fetraf dizendo que havia uma sinalização de possível acato a essa proposta. Então, a gente tem que torcer para que isso de fato aconteça, e continuar lutando. Da mesma forma, nas questões do seguro-agrícola, do crédito fundiário, do crédito do Pronaf e assim por diante.

Então, essa seria a minha contribuição para o debate - e agradeço a oportunidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigada, Adriana.

Concedo a palavra ao senhor Lorisvaldo Felisbino Constante, representando o Cresol/SC e RS (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária), para a sua intervenção - depois a gente passa para os encaminhamentos e a participação da plenária.

O SR. LORISVALDO FELISBINO CONSTATE - Bom-dia Dirceu, bom-dia companheiros e companheiras, cresonianos, presidente do Cresol, Paulo César aqui de Alfredo Wagner, outros companheiros do sistema Cresol.

A gente endossa tudo o que já foi dito aqui.

A nossa região sul do Estado tem uma grande produção de fumo, como em várias regiões do Estado de Santa Catarina. Ultimamente, a nossa grande preocupação é com a transição do fumo para outras alternativas. O que nos chama mais atenção não é a questão da transição, mas, sim, da saúde dos fumicultores. Na nossa região há um grande índice de pessoas que estão com câncer, e isso está levando a óbito os agricultores que produzem fumo. Estamos aqui pedindo ao Estado e aos Poderes Públicos municipais que tomem providência, porque o problema é grande. A gente tem pedido para os nossos governantes do município que façam alguma pesquisa nas pessoas contaminadas, que é muito grande o número de doentes - e no Estado não é diferente. Então, a gente tem muita preocupação com a questão da saúde e da contaminação via insumos, que é usado na produção de fumo - e em outras produções em que é usado o agrotóxico.

Uma outra proposta que a gente também tem para discutir é a questão da merenda escolar. No nosso município, foram comprados vários produtos para a merenda escolar com valores superfaturados. Por isso, queremos ver a possibilidade de os agricultores familiares, que estão sem uma boa condição de vida, venderem o seu produto ao Estado e aos municípios para a merenda escolar.

Outra coisa é a questão dos insumos. Nós, que defendemos mais a agroecologia... Até torço para que os insumos subam um pouco mais, porque pelo menos os agricultores vão procurar alternativa, eles vão produzir sem os adubos e sem os agrotóxicos. Porque, através da dificuldade, vão criar condição de produção livre de agrotóxico, como sempre criaram - e aí, quem sabe, melhorar a condição dos alimentos para diminuir um pouco a questão da saúde que temos no nosso Brasil e no mundo inteiro, que é a produção em grande escala, com ajuda dos produtos químicos e tóxicos.

Era essa a nossa intervenção. Endossamos tudo o que foi dito e queremos fazer esse lembrete para tomarmos alguma posição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigada, Lorisvaldo.

Passo a palavra ao senhor Selênio Sartori, da ONG Centro Vianei de Educação Popular.

O SR. SELÊNIO SARTORI - Bom-dia a todos e a todas.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Comissão de Agricultura por ter acatado o requerimento do deputado Dirceu Dresch, que é um representante da agricultura familiar, uma pessoa legítima para fazer o requerimento nesta Casa, que tem a função de promover o debate, ouvir as organizações sociais, os movimentos ligados ao tema da agricultura familiar na questão de uma possível orientação para as políticas públicas.

Bom, todo mundo está acompanhando a questão da segurança alimentar no mundo. Os dados mostram que os estoques mundiais de alimentos representam menos da metade do que tínhamos na ocasião da Segunda Guerra Mundial. Hoje, os estoques de alimentos no mundo são 49% dos estoques que a gente tinha na década de 1940.

Então, é uma questão problemática, como foi destacado aqui pelo Rui, do Consea. Num momento de crise como este, em que se orientam as políticas para responder essa mesma crise... Foi com essa problemática, com essa crise no estoque de alimentos na época que se desenvolveu o discurso de que alguma coisa precisava ser feita para acabar com a fome no mundo - isso muito sustentado pela teoria de Thomas Malthus, a teoria malthusiana, que dizia que o crescimento da população era maior do que a nossa capacidade de produzir alimentos, ou seja, a gente não tem condições de acompanhar com a produção de alimentos o crescimento da população. Justificado por essa teoria, orientou-se toda a política agrícola do início da década de 1950 e 1960, chamada de modernização conservadora da agricultura; orientou-se a política do crédito, a política do melhoramento genético das variedades das sementes e a política da introdução dos insumos na produção agrícola como forma de aumentar a produtividade e com isso responder à crise dos alimentos.

Eu acho que a gente tem condições de fazer uma análise cinquenta anos depois de quais setores se beneficiaram com as políticas desenvolvidas para a agricultura na época, com o projeto, com o pacote chamado Revolução Verde; acho que a gente tem condições de fazer essa análise hoje, no momento em que a população mundial está na casa dos seis bilhões e um terço, dois bilhões de pessoas, em condições de insegurança alimentar.

Então, o modelo de desenvolvimento agrícola não respondeu à questão da insegurança alimentar. Não respondeu e não vai responder a essa questão.

Em detrimento da questão da segurança alimentar e em benefício da lei de mercado, a proposta do neoliberalismo desmontou a política pública, a política agrícola, como a Conab. O Vilmar sabe o que o governo Fernando Henrique deixou em termos de estrutura de armazenagem. Dos mais de trezentos armazéns que a Companhia tinha no Estado, ele entregou, no final do governo, trinta e poucos apenas, numa lógica intervenção de que o Estado não tinha que cuidar da questão da segurança alimentar. Isso está expresso nos dados dos estoques de alimentos que foram entregues para o governo: o de arroz, suficiente para um dia e meio de consumo; o de milho, suficiente para uma dia de consumo (ele está melhor destacado nos dados do Sione); em 2002, um estoque de 220 mil toneladas e hoje 5 milhões e 500 mil toneladas.

Então, por dois anos seguidos, quem mais ganhou dinheiro no mundo, no balanço mundial das empresas, foi uma rede de distribuição chamada Wal-Mart. É isso que está posto para a questão da segurança alimentar; está posto aqui na fala da representante da Associação dos Consumidores que o grande vilão no preço dos alimentos, de ter transformado o alimento, que é um direito, em *commodity*, é o setor de distribuição, as redes supermercadistas, e um exemplo claro é a Wal-Mart, que por dois anos seguidos foi a empresa que mais ganhou dinheiro no mundo, numa demonstração de que a política está voltada para a economia de mercado.

Também foram destacados outros dados aqui - do Daniel. Eu diria que no mundo apenas duas empresas dominam o mercado de sementes e de insumos. E essas mesmas empresas retomam o discurso de 1940, dizem que têm a tecnologia para acabar com a fome no mundo: a tecnologia dos transgênicos, que vêm com o mesmo discurso ao responder sobre o problema da falta de alimentos, impondo uma tecnologia simplista, mas, ao mesmo tempo, tornando a agricultura altamente dependente da indústria.

Eu queria, ainda, destacar que esse modelo agrícola que é dependente de insumos e que está cada vez mais caro - foi dito aqui que o saco de adubo dobrou de valor de uma safra para outra - está produzindo um círculo vicioso, no qual o aumento do custo de produção tem levado à maior necessidade de crédito para os agricultores.

É ledor engano pensar que o dinheiro do Pronaf é para vocês. O dinheiro do Pronaf é para a indústria de insumos! Vocês deixam o dinheiro na loja agropecuária! E o aumento no custo de produção, conseqüentemente, é repassado para o custo do alimento. Se o alimento custa mais caro, diminui o acesso ao consumo, são mais pessoas em condições de insegurança alimentar; se menos pessoas consomem alimentos, menor a renda para a agricultura, que vende menos; se menor for a renda para a agricultura, maior a necessidade de subsídios, de crédito, e a gente volta à questão da necessidade do crédito para manter esse sistema insustentável.

Então, nesse modelo, a gente vive um círculo vicioso. Então, como construir um círculo virtuoso para a agricultura familiar e para a questão da segurança alimentar? Através das políticas agrícolas, e aí quero dar o exemplo, se o Sione me permite, do PAA, que foi a reformulação de uma política muito antiga, tem mais de trinta anos a política geral de preços mínimos, em que o governo criou um gatilho inteligente: em vez de comprar e estocar os alimentos, comprar e doar para o programa Fome Zero, através das entidades assistenciais. E comprando esses alimentos através do PAA, o governo aumenta a oferta de alimentos, aumenta o consumo e melhora a questão da segurança alimentar; se aumenta o consumo, se os agricultores têm para quem comercializar, aumenta a renda da agricultura familiar; se está aumentando a renda, está diminuindo a necessidade de subsídio e de orientação do recurso para essa questão da produção de *commodities*, e, sim, para a produção de alimentos.

Então a gente pode, através de uma política ou de dezenas de políticas que esta plenária aqui vai discutir hoje, construir um círculo virtuoso para a agricultura, em que as políticas públicas voltadas para a segurança alimentar também têm que ser voltadas para a agricultura familiar, que tem esse papel de produtora de alimentos. E é nesse espaço aqui que a gente está discutindo o papel da Assembleia Legislativa, das organizações sociais - a Fetraf, que também está promovendo esta audiência nos três Estados do Sul -, das ONGs, como a gente, dos ministérios e entidades governamentais aqui presentes.

Então, em termos de proposta, a gente precisa do aumento dos recursos do Pronaf, fortalecendo o cooperativismo de crédito, como o Sistema Cresol, e também não é só aumentando de um bilhão que Santa Catarina tem acesso. Santa Catarina, particularmente, é um dos Estados que praticamente universalizou o acesso a essa política, mas precisamos começar a discutir que o dinheiro... Porque pegar no Pronaf para botar no saco de adubo... Então, se a gente não tem outras formas de produzir alimentos, como é o papel da agricultura familiar.

Eu acho que o aumento dos recursos do PAA é uma bandeira que a gente tem que levantar aqui neste espaço, pela importância do programa, da ordem de um bilhão para o próximo ano, chegando a seis bilhões, como na pauta aqui defendida pela Fetraf na questão do aumento do programa, fortalecendo assim a Conab como órgão estatal estratégico na questão da segurança alimentar e também ampliando o volume de compras dos agricultores, pelo menos passando os R\$ 3.500 atuais para R\$ 7.000, significando então uma possibilidade de planejamento e de vida da propriedade com a comercialização garantida através dos programas de aquisição de alimentos.

Gostaria, ainda, de destacar o projeto de lei que altera a Lei 10.880, da alimentação escolar. Existe a proposta de que a solicitação seja feita pela própria escola diretamente à agricultura familiar, com a supervisão da Conab; que esse processo dispense licitação. Imaginou-se uma Secretaria de Educação fazendo um pregão eletrônico para comprar alimento, que vem, via de regra, da Bunge, de uma grande empresa que está lá em São Paulo, que acessou o pregão eletrônico pela Internet e ganhou o abastecimento de milhares de escolas do nosso Estado.

Então, a gente tem que regulamentar essa lei em favor da agricultura familiar, e a lei prevê o acesso de alimentação escolar ao ensino médio, que são milhões de novos consumidores, para a questão da produção da agricultura familiar.

Finalmente, políticas que apoiem a transição do modelo. Para nós, as ONGs, está claro: a maior mazelá é o modelo agroquímico. Há 25 anos a gente denuncia, bate nessa tecla. A gente acredita que devem existir políticas agrícolas para apoiar os agricultores que querem fazer a transição do modelo agroquímico para o modelo agroecológico; políticas que apoiem a economia solidária, para que a gente possa aproximar a produção da agricultura familiar do consumo consciente.

Tem também a questão da política da reforma agrária. Não tem como a gente pensar em segurança alimentar sem uma política séria de distribuição de terra para o nosso País.

Desejosos de que esta audiência promova a orientação de questões importantes para o momento, nós agradecemos a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, Selênio.

Vamos fazer o seguinte: como são 11h20min, poderíamos ouvir uns oito ou dez inscritos e depois avaliarmos se há condições de continuar o debate. No final, passaríamos a palavra aos membros da mesa para responder os questionamentos e, na seqüência, para as considerações finais.

O primeiro inscrito é o Valdir, a quem concedemos a palavra.

O SR. VALDIR ZEMBRUSKI - Bom-dia, Dirceu; bom-dia, mesa; bom-dia, companheiros, companheiras e lideranças.

É motivo de alegria para nós, da agricultura familiar, este evento que dialoga um tema tão importante.

De antemão, quero lamentar que entidades tão importantes do Estado de Santa Catarina não estejam participando deste evento de forma oficial para dialogar conosco, porque têm uma intervenção muito importante na produção de alimentos do Estado.

Quero fazer uma fala aqui em nome dos Consads de Lages, de São Miguel e de Xanxerê. Com certeza, grupos de lideranças enormes discutindo, dialogando e, também, operando com muito amor à camisa a execução de um convênio do Estado com o governo federal nessa questão do programa Fome Zero, através do MDS. Temos que registrar que nós, da agricultura familiar, preparamos-nos para produzir e produzimos, temos um convênio desde 2004.

O meu recado é o seguinte: os agricultores, sem nenhuma demagogia, entregaram os produtos em fevereiro e ainda não receberam. No ano passado, quando o pessoal do MDS veio nos visitar e fazer a fiscalização, disseram que no Nordeste o pessoal recebe a cada quinze dias, porque os agricultores daquela região não têm como esperar trinta dias para receber.

Então, quero deixar aqui o nosso repúdio, o nosso protesto, porque é preciso que o Estado leve mais a sério essa questão do combate à fome e à miséria e envolva mais gente para, de fato, operar esse programa tão importante para erradicar a pobreza.

Na semana passada eu participei de um encontro com as pastorais, e uma coordenadora da Pastoral do Menor me disse o seguinte: "O único alimento que nós temos para dar aos nossos educandos é o lanche dos produtos que recebemos do PAA. Se estiverem com fome, eles não aprendem. Primeiro temos que dar o lanche e, depois, ensiná-los".

Esse é um exemplo que a gente apresenta. Com certeza, muitos deixaram de pedir esmolas na rua por conta de programas como esse.

Quero também dialogar com os companheiros e com as lideranças presentes o seguinte: qual é a realidade que nós estamos vivendo? O Rui falou: "Para quem nós vamos produzir alimentos?" Com a demanda de alimentos do mercado asiático, com o êxodo rural na China... Trinta por cento dos chineses vão sair do campo, vão para a cidade, vão deixar de ser produtores e passar a ser consumidores. Com o olho nesse mercado, as grandes empresas de Santa Catarina, como Sadia, Perdigão e outras, já estão pensando em colocar quatrocentas mil vacas em comodato no oeste. O que os agricultores do oeste vão fazer? Vão produzir alimentos para Santa Catarina? Não, não vão! Vão produzir alimentos para outros mercados! E aí os nossos agricultores vão sobreviver? Aí, se o representante do Cresol me permite, não adianta ter ideologia! O Cresol vai financiar R\$ 2.500,00 para plantar um hectare de milho porque é esse o custo para a próxima safra. Aí não adianta ter mercado lá fora, mas a exploração, o (*ininteligível*), enfim, isso não quebra. Por isso a minha intervenção.

As nossas agroindústrias familiares pagam cinco mil reais só de burocracia, coisa que o Estado deveria bancar. Se o Estado não bancar isso, não adianta forçar a barra, porque hoje os equipamentos são caros, o custo de produção na agricultura familiar é muito mais caro do que em grande escala. Nós, da agricultura familiar, estamos peitando esse desafio há mais de vinte anos neste Estado e até agora não temos uma política séria para transformar os nossos produtos, e queremos entregar produtos com qualidade e confiança ao consumidor.

Com certeza, esses produtos transformados, Ari, por isso que puxei esse gancho, ainda têm cobrança de ICMS. Santa Catarina é um dos únicos Estados do Brasil que ainda cobram ICMS para (*ininteligível*) com dinheiro do governo federal, para transformar esse dinheiro em alimento. Temos que derrubar essa cobrança; temos que isentar esses agricultores. Com certeza, esse é um espaço de mercado em que o agricultor vai poder operar o Programa de Segurança Alimentar neste País, e ele vai dominar toda a cadeia.

A grande preocupação e o grande recado: alguém está pensando, neste Estado, quem vai produzir alimento daqui a dez anos? Os companheiros das comunidades do interior devem dar uma olhada para trás para ver a média de idade dos nossos agricultores familiares. Se hoje a situação está assim, companheirada, daqui a dez anos o povo urbano vai produzir alimento na roça ou todos nós vamos passar fome. Não tem outra saída.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Leandro Fernandez, da Cooperativa de Agricultores Familiares de Treze de Maio. (*Coopertreze*).

O SR. LEANDRO FERNANDEZ - A Coopertreze também trabalha com projetos importantes da Conab, com o PAA.

Já fui quase que totalmente contemplado com a fala do Valdir. É isso mesmo, temos essa preocupação. A agricultura familiar está também comprometida com o processamento; a agroindústria familiar está passando dificuldades, e aí entra a parte do ICMS. A gente tem aquela reivindicação com o governo do Estado que ainda não foi acatada, construímos isso no ano passado e gostaríamos que o secretário levasse mais essa nova reivindicação, bem como a questão do leite. A cadeia produtiva do leite no Estado todo está sendo uma das principais alternativas da conversão do fumo e foi cortada dos projetos do PAA. Para a região sul, já encaminhamos um abaixo-assinado ao MDS, através da nossa senadora Ideli, do deputado Dirceu Dresch e de todas as entidades - a Fetraf também assinou. Eles já responderam dizendo que vai ter uma reunião no mês de maio para definir essa questão. Não está fechado ainda, pelo que deu a entender.

Nós queremos que este plenário também encaminhe uma mobilização em relação a essa questão. Na região sul, o fator leite não pode ser um produto cortado do PAA.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Alexandre Bergamin.

O SR. ALEXANDRE BERGAMIN - Bom-dia a todos.

Quando solicitamos na semana passada esta audiência, fomos prontamente atendidos. É muito importante para nós promover esse debate sobre um tema que podemos dizer agora: estamos percebendo o que se falava já há muito tempo. Primeiro, a importância de produzir alimentos; segundo, a situação que o Brasil e o mundo poderão chegar com a concentração na produção de transgênicos, com toda essa situação que já foi comentada aqui.

Cabe a nós agora, com a Assembléia Legislativa, com as entidades, com o governo do Estado e o governo federal, direcionar toda a nossa atenção e esforço para isto: produzir alimentos e valorizar o nosso trabalho.

Quando falamos em valorizar o nosso trabalho, trata-se, primeiro, do preço do trabalho da agricultura familiar, depois de outras questões, como crédito, seguro. Porque hoje nós podemos dizer que a agricultura familiar, nos seus patamares, está bem estruturada. Tem financiamento, seguro de preço e compras, coisas que nem foram comentadas aqui. Agora, nós sabemos que a nossa situação não é tão fácil assim.

Eu quero reforçar a fala do Selênio e do Valdir, porque a situação que vivemos hoje e vamos viver amanhã é isso. Quem vai ser a agricultura familiar daqui a cinco anos, dez anos? Vamos nos assustar! As próprias empresas, como a Sadia, estão preocupadas em saber quem vai gerenciar os aviários. Essa é uma preocupação.

E uma das questões que acho que o Estado tem que pensar é como fazer com que as empresas, principalmente as privadas, passem a remunerar melhor o trabalho dos agricultores. Ou seja, como a Sadia vai passar a valorizar mais o trabalho do agricultor, como a empresa que compra o suíno vai valorizar mais, sem esquecer essa história do leite, essa situação que está colocada, o sistema de integração, porque essa novela nós já assistimos, ela é como o Vídeo Show, da Globo: passa à noite e depois passa à tarde.

Então, nós precisamos que o Estado, que, inclusive, está aqui representado, pense em políticas...

Outra questão é quanto às cotas. Nós precisamos começar a discutir a história das cotas, pois tem que ter cota de produção e melhor preço para que o agricultor continue a produzir, caso contrário, não iremos a lugar nenhum.

Eu também queria reforçar uma questão colocada aqui: a isenção do ICMS nos produtos da agricultura familiar. Entendemos que essa é uma das formas que o Estado pode contribuir. Outra questão é a injeção de recursos - inclusive o pessoal da Conab está aqui. Eu não tenho certeza, mas acho que o Programa de Aquisição de Alimentos é excelente. Agora, tem limite de recursos, tem burocracia, existe demora no repasse dos produtos.

Portanto, nós precisamos que essa política melhore, precisamos que o Estado dê a sua contrapartida alocando recursos para isso, porque estamos vendo os limites tanto da assistência técnica aqui no Estado quanto das próprias políticas de recursos direcionadas para a agricultura familiar. Sem contar que nós já vivemos essa situação em Chapecó, que é a terceirização da merenda escolar, e estamos passando por esse mesmo processo aqui no Estado, ou seja, deixa-se de comprar produtos da agricultura familiar para comprar de uma outra empresa que não é do Estado que leva milhões e milhões.

Então, eu acho que essa questão precisa ser melhor analisada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra a senhora Adeli da Cunha, de Balneário Camboriú.

A SRA. ADELI DA CUNHA - Bom-dia a todos.

Eu não sou *expert* no assunto, o que vou dizer foi o que pude extrair da fala dos membros da mesa.

Se o governo do Estado não pode correr riscos, então por que o agricultor tem... Não sei se me fiz entender, mas é o seguinte: por que PPA na agricultura, se o governo federal já passa esse dinheiro para o Estado? Enfim, por que o pequeno agricultor ainda tem que pagar juros, se é uma política do governo federal que já existe? Por que o governo não pode correr riscos no caso de haver uma eventualidade qualquer com o pequeno agricultor? Caso a coisa se efetive dessa maneira, qual será o critério para a seleção das pessoas que serão privilegiadas com o empréstimo?

Com relação à questão dos transgênicos, só se destruir todas as plantações do Continente. Mesmo que a transgenia aconteça através da semente, ela se dá na florzinha da planta. Então, não tem plantação que não tenha transgênico, por causa da fecundação através do pólen. Hoje, não há mais como falar dessa maneira, ou seja, que aquela grande empresa detém o poder.

Outra coisa que queria falar também, que a questão realmente, com relação às *commodities*, é estrutural mesmo. Porque o agricultor, com tantas dificuldades, é lógico que vai plantar aquilo que vai render alguma coisa! Já existem tantos problemas! Então, até para comungar um pouco com a moça que falou, mais ou menos, dessa questão, que ele vai plantar aquilo que realmente vai render alguma coisa.

Outro detalhe: ocorrendo - se vier a acontecer - a questão do empréstimo (não sei o percentual que o pequeno agricultor passaria para o Estado), eu também entendo, todo jurista, toda pessoa que entende um pouquinho de alguma coisa, que em todo contrato a primeira coisa que se olha é a parte contratante. Porque há uma discrepância muito grande, uma desproporcionalidade muito grande entre o Estado, sendo parte de um contrato, e o pequeno agricultor! E isso já invalida e já anula.

Eu não sei se consegui...

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Muito bom!

Obrigado.

Com a palavra o senhor Gibair Madella, presidente da Cooperativa de Produção e Comercialização Pedra Branca, de Coronel Martins.

O SR. GIBAIR MADELLA - Bom-dia a todos e a todas. Cumprimento os deputados, as entidades que estão na mesa.

Eu queria só reforçar o que o Valdir, o pessoal já disse aí (eu acho que tá dentro do que a gente queria colocar) e concordar com a representante dos consumidores, que fez a fala dela lá, que a questão dos impostos, principalmente do ICM, sobre os produtos, ali na questão do PAA, que é o governo recolhendo imposto sobre dinheiro do governo, né, e deixando os agricultores, de repente, de vender mais uma boa porção dos produtos que poderiam, com o mesmo recurso, serem adquiridos. (Sic)

Por exemplo, o governo federal isenta a construção civil, mas o governo do Estado não isenta o ICM da alimentação. Então, é mais importante construir do que comer! São constatações que a gente tem que começar a fazer, né? Por exemplo, a matéria-prima: carnes, 7% de ICM. Daí, os seus derivados sobem para 19%! Então, a pequena agroindústria familiar fica com dificuldade de funcionar dessa forma. Por exemplo, você transforma em salame, em lingüiça ou em qualquer outro produto, sobe de 7% para 19% o ICM. Portanto, fica inviável.

Também, eu queria falar da necessidade de isentar os produtos do PAA, nesta questão, e direcionar já algumas perguntas e alguns questionamentos a quem se pronunciou.

Por exemplo, o Proagromais foi citado. Nós ainda temos, na região, problemas do Proagromais de 2005! Então, o Jurandi, que se reportou ao Proagromais... que a gente busque uma solução, né? É 2005, e já estamos em 2008! Tá difícil, né? Ainda tem agricultor esperando o resultado, se vai ser positivo, se vai ser negativo, se vai... Então teria que...

(O deputado Pedro Uczai passa a compor a mesa.)

O Suasa - sistema de inspeção. As pequenas agroindústrias têm uma dificuldade imensa de conseguir um SIE, porque precisa sala disso, precisa pé-direito daquela forma, daquela outra! O Suasa tem que ser com a mesma legislação e tal, mas aí a gente consegue estar levando o produto a todo o País, né? Então, eu acho que o Suasa seria uma alternativa para as pequenas agroindústrias, uma vez que se dificulta tanto para se conseguir um SIE a nível estadual em Santa Catarina.

(O deputado Moacir Sopelsa voltou para a audiência pública para a mesa.)

Eu queria colocar também, ao pessoal da Conab, ao Jurandi e a outros aí, a questão do financiamento do feijão na nossa região. Nos anos de 1980, a sacanagem que fizeram dentro do Proagro: a nossa região ficou condenada na questão do financiamento do feijão. São 15 municípios, 20 municípios, que produzem feijão! Mas tudo é risco do agricultor, porque não tem financiamento! Porque o cara que fazia a fiscalização lá ganhava um cabrito, ganhava um leitão, e dava o Proagro para o fazendeiro, na época. E, hoje, os agricultores familiares não podem financiar feijão lá na região. Talvez isso sirva, também, para nós estarmos repondo os estoques de feijão.

Crédito fundiário. Eu acho que temos que desburocratizar o crédito fundiário. São questões que... no caso, o companheiro do governo falou no crédito fundiário! Sai do município, passa pelo sindicato, passa pelo conselho municipal, vai para a SDR, fica seis meses na SDR, sai da SDR, vai para o Estado, do Estado vai para o Banco do Brasil (Curitiba, eu acho que é a nossa regional, que agora está analisando), vai lá para o Paraná para depois retornar à agência. Aí, se tiver neste período de um ano, dois anos, que leva (o manual de instrução diz que em noventa dias tem que liberar o crédito fundiário, mas leva um ano, dois anos), dá tempo do vendedor ou do comprador desistir, porque... Ou é essa a vontade que está se aplicando no crédito fundiário.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Concedo a palavra ao senhor Clair Giehl, presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Guaraciaba.

O SR. CLAIR GIEHL - Primeiramente, quero cumprimentar os componentes da mesa, os demais presentes nesta plenária. Desejo dizer o seguinte: somos beneficiários - o município de Guaraciaba -, pela Conab, dos programas PAA, que lá beneficia oito agroindústrias e, ainda, dessas oito agroindústrias, são mais de sessenta famílias que estão envolvidas na produção e no beneficiamento do produto que é entregue para as cestas básicas.

Também quero colocar que o município de Guaraciaba está com o trabalho das hortas comunitárias (é idealizador dentro do Estado de Santa Catarina), que busca trabalhar a segurança alimentar para quem tem necessidade. Então, lá nós trabalhamos com 27 famílias em três hortas. Elas são divididas nas localidades da Linha Ouro Verde e no centro da cidade, ali próximo à localidade do bairro Santa Terezinha. Essas três hortas já estão gerando alimento agroecológico para as famílias que ali estão trabalhando, que estão buscando subsídio alimentar. Essas famílias são beneficiárias do Bolsa Família, trabalham em prol da comunidade guaraciabense. Elas estão envolvidas com o trabalho desenvolvido pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social -, programa desenvolvido pelo governo federal, que buscou analisar e criar subsídio para transformar o crescimento dessas famílias.

Então, essa era só uma pequena colocação do município de Guaraciaba em relação ao trabalho desenvolvido pelo CRAS e pelo Consea local.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, o senhor Valmor Umbelino, assessor da CUT/SC.

O SR. VALMOR UMBELINO - Bom-dia a todos e a todas. Meus cumprimentos aos integrantes da mesa, em especial à diretora da CUT, a única mulher presente na mesa neste momento. Através dela, a minha saudação a todas as mães presentes e àquelas não-presentes, sobretudo às donas de casa, que são as que mais sofrem, certamente, com a alta dos alimentos por conta de que cabe a elas a invenção, no dia-a-dia, do que dar para comer. Não é fácil!

Eu lamento, realmente é lamentável, pelo que a gente escutou, a pouca participação, seja de representantes de governo, seja de entidade civil, numa audiência de uma temática tão relevante quanto esta e tão qualificada quanto foi. Todas as intervenções muito boas.

Só quero chamar a atenção para um fator que foi ponderado, foi mencionado, sobretudo pela representante que já saiu, das donas de casa, que é a questão do programa de biocombustíveis do governo federal, de impacto na questão de produção de alimentos. Ela citou os dados do professor Ariovaldo, que fazem a gente se preocupar muito, mencionando estudos do IBGE sobre a produção de alimento, a produção entre 1990 e 2006, em que a área destinada à produção de cana-de-açúcar aumentou, foi expandida em 2 milhões e 700 mil hectares, enquanto que nós tivemos redução na produção de arroz, feijão e milho. Hoje, o País é um dos maiores importadores de trigo do mundo.

Então, companheiro da Conab, se hoje a crise de alimentos não preocupa a Conab, deveria preocupar, sim! Porque, hoje, a crítica que temos em relação ao programa de etanol dos Estados Unidos como um dos grandes causadores da crise de alimento pode ser o fator causador da crise, em poucos anos, do programa de cana-de-açúcar no Brasil! Portanto, temos que nos alertar para esses dados.

Assim, eu acho que o documento que o Daniel mencionou, com as boas propostas, as excelentes propostas, a gente deve encaminhar para o alto clero do Estado tupiniquim e também para o alto clero do governo do Estado.

Também temos que chamar atenção para os programas que gostaríamos de escutar aqui (eu não escutei!): os programas do governo do Estado para a questão da agricultura familiar, de um Estado que é um dos maiores produtores. Hoje, o nosso Estado de Santa Catarina está entre os seis maiores produtores de alimento do País, com apenas 1.13 do território nacional. São 189.862 estabelecimentos agropecuários - 90% com menos de 50 hectares de terra. Então, isso é

uma relevância muito grande para nós escutarmos muito pouco sobre o programa do governo do Estado em relação à agricultura familiar. Sabemos que o governo do Estado tem programas voltados mais para incentivo à indústria, e por aí afora. E programa para a agricultura familiar? Este é o seu espaço! Gostaríamos de estar escutando com mais ênfase, por parte do governo do Estado.

Portanto, essas são algumas ponderações só para a gente registrar no documento, porque eu acho que a gente tem que realmente estar saindo daqui, seja para o governo federal, seja para o governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Valmor.

Agora, concederemos a palavra a mais um inscrito, o senhor Reunildo; em seguida, a outro inscrito, o Jorge; e, por fim, ao deputado Pedro Uczaí, que chegou agora. Depois, passaremos aos encaminhamentos, porque há várias propostas de encaminhamento, a fim de construirmos isso, de darmos um tempo para a discussão.

Não sei se há mais algum inscrito. (Pausa.)

Então, com a palavra o senhor Reunildo De Santi, do Sintraf do Alto Uruguai.

O SR. REUNILDO DE SANTI - Bom-dia, deputado Dirceu e todos da mesa.

Eu vou falar, talvez, um pouco fora da área de segurança alimentar. Mas quero levantar a seguinte questão: nós falamos em alimento, nós produzimos alimento, e nós que somos da agricultura, na nossa vida, hoje, só sabemos produzir alimento.

Para mim, tem que levar em conta várias coisas, como o tema ambiental. Hoje, a pequena propriedade vem sendo encurralada por um sistema que vem... Se a lei é de 1965, nunca foram lá nos dizer que não podíamos desmatar o morro, e produzir o suíno só no (*ininteligível*). Como que vêm?

Eu só vou levantar uma questão para todo o Estado, aqui com as pessoas presentes: se lá nós produzimos o alimento, há trinta anos nós derrubamos as matas, teve as grandes cooperativas que compraram o nosso produto e o nosso feijão que produzimos lá. Se nós produzimos o suíno do jeito que foi produzido, que aprendemos a trabalhar na pequena agricultura, talvez, com o nosso chiqueiro modesto, com cinco, dez, quinze, vinte criadeiras e assim por diante, os grandes frigoríficos compraram. Hoje, tem as grandes estruturas nas cidades, e nós fomos sendo descartados devagarzinho, porque é a lei ambiental, a produção em grande quantidade e tudo. E nem levanto mais a questão do leite, que o Alexandre fala que já vimos esse filme. Então, só para dar esse alerta e dizer isso.

Mas uma coisa que me chama muita atenção nos dias de hoje, na nossa mídia, no nosso dia-a-dia, é que parece que o agricultor é culpado desse sistema ambiental que está aí porque ele desmatou e derrubou a mata. Se nós produzimos o alimento lá (não agora), mas sustentamos a cidade, os grandes monumentos da cidade, produzindo do nosso jeito, é porque trabalhamos, e, sim, tivemos dignidade no passado. Mas hoje o que se vê na vida de nossos filhos, de pequenos alunos indo à aula, é que eles já vêm impondo para nós: "Para nós, menos agricultores!". Eu não sei se aqui o pessoal, os agricultores, me ajuda nisso: parece que nós somos os verdadeiros culpados de uma coisa que estão pondo na cabeça, de uma classe que vem vindo aí, que nós somos os únicos responsáveis por... dizem que... dessa coisa ambiental que vem ali, que nós somos culpados pela poluição dos rios, da matas, que nós derrubamos as matas. Nós derrubamos as matas, mesmo! Nós produzimos! Porque o oeste catarinense diz isso, né? Eu só vivi disso mesmo, levando cesto de milho nas costas e assim por diante.

Essa culpa, minha gente...! É que nós temos que reverter a situação: dizer que trabalhamos e sustentamos mesmo! Agora, não somos culpados. Para, de repente, daqui a uns 10 anos vir uma classe dizer que nós somos os culpados, lá, de uma tragédia ambiental, como queiram julgar, assim por diante, né?

Eu acho que simplesmente essa coisa tem que ser um pouco revertida por nós. Nós produzimos alimentos, mas alguém cresceu em cima do que produzimos lá na nossa agricultura.

Era isso que eu queria levantar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Depois, nós passaremos à mesa, para quem ainda quiser se pronunciar, responder ou encaminhar.

Com a palavra o último inscrito, o senhor Jorge Alves Wanendorff.

O SR. JORGE ALVES WANENDORFF - Primeiro, um bom-dia a todos. Sou agricultor de economia familiar lá no município de São Domingos, no oeste de Santa Catarina.

Parabéns, Dirceu, pela oportunidade que se está dando para as pessoas poderem se manifestar, porque até bem pouco tempo não se conseguia discutir isso. Hoje, estamos frente a frente com os responsáveis pelo setor, que são os nossos deputados, na tua pessoa, na pessoa do deputado Sargento. É isso que a gente está colocando aqui agora! Claro, as expressões que vocês estão ouvindo são de agricultores, e é do nosso jeito que a gente sabe falar, né?

Mas eu queria abordar três coisas. O Selênio falava algumas coisas que... Eu acho que nós não temos que mudar de forma, a não ser mudar o sistema de produção! Porque tudo isso que foi feito até o dia de hoje nós fizemos contra nós, pois é uma arma apontada para a cabeça da gente! Porque, até então, o que fazemos em nome dos benefícios que poderiam vir para matar a fome das pessoas que vivem nesse mundo, muito pelo contrário! Isso aqui é para explorar! Então, o sistema, hoje, é o que é o porco, que faz... Com o perdão da palavra porco, porque às vezes o porco merece respeito. Então, essas coisas...

Agora, esses dias, eu estava numa conferência e deram uns dados: que o brasileiro gasta 30 quilos de papel ao ano; o americano gasta 300 [quilos]. Mas é mentira! Ele gasta mais de 30.000 mil quilos de...! Pela bosta que os Estados Unidos faz para o mundo, eles não limpam, com tudo isso, o que fazem! E isso é colocado pra nós! E nós estamos acostumado a ver isto e fazer com que os nossos agricultores estejam dentro de casa assistindo desde uma novela, desde as falas, que, daí... que vem aporcalhar o que nós estamos fazendo. E, daí, as pessoas se queixam, que é o que o companheiro tava falando da culpa que a gente leva. Nós não temos culpa! Nós somos responsável e queremos fazer uma produção de alimento saudável! (Sic)

A outra coisa que eu quero abordar é a tecnologia investida. Porque tem uma estatal, que é nossa, a Embrapa, que hoje também deveria estar aqui para discutir as tecnologias que poderiam ser voltadas... e que não tivesse nada de agrotóxico para nós usarmos, para mim, para a minha família e para quem a gente vai produzir o alimento.

Outra questão é a do governo do Estado. Eu também sou vice-presidente de uma microbacia, e se fala muito bem na questão agroecológica. Agora, o que nós vamos fazer?! Onde é que está o corpo técnico do governo para fazer com que isso aconteça ou, então, que nós mude(sic)?

Era só isso que eu queria. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Jorge.

O deputado Sopelsa, presidente desta Comissão, chegou, mas ele deseja que eu continue [presidindo]. Então, está bem, vamos tentar encaminhar.

Antes de discutir os encaminhamentos - ou eu já posso apresentar algumas coisas e, depois, a mesa pode se pronunciar e complementar em cima -, surgiu aqui: o Daniel já propôs um conjunto de políticas; o Sione, ou alguém aqui, levantou muito bem esta questão da retomada da política de investimento em trigo no Brasil, que é uma das grandes necessidades hoje, porque o Brasil se tornou dependente da importação. Nós revertermos a lógica! Produzíamos 70% do que consumíamos no Brasil, nos anos 1980, e, hoje, revertermos, nós importamos praticamente isso, ou até mais, nesses últimos anos. Então, precisa ter uma política de investimento.

O Daniel propôs (agora virou meio que uma lógica, no Brasil) um PAC para a agricultura familiar, um programa de... Mas tem uma lógica, que é a questão da necessidade que nós temos de aumentar a produção por meio da agricultura familiar, com as preocupações que as pessoas levantam. O Selênio, principalmente, foi muito firme nesta questão do modelo tecnológico: bom, a gente quer produzir como e para quem?

A questão do subsídio... Então, o Daniel levantou sete pontos, se não estou enganado, que poderiam estar numa das propostas. Não vou citar todos.

Levantou-se a questão do Rui, principalmente sobre a diversidade, a vida. O debate do documento está forçado à questão humana colocada aqui, à defesa da vida, à produção em defesa da vida.

Um companheiro (eu acho que foi o companheiro da Coopertreze) citou a questão da merenda escolar.

O Lorivaldo falou em superfaturamento, que é questão mais de denúncia que foi levantada aqui. Então, necessitaria ver como poderíamos trabalhar isso. E a necessidade de aumentar os recursos do PAA, de construir isso no documento como uma política importante de investimento na agricultura familiar.

O fortalecimento da Conab. Uma das políticas necessárias para essa estratégia futura: o fortalecimento de uma empresa pública, né? Eu proponho que a gente...

O documento lido aqui pela companheira da defesa dos consumidores, da articulação da associação de consumidores, tem vários elementos que precisam ser aproveitados no documento que a gente vai construir.

A questão do ICMS no PAA também apareceu forte aqui, a isenção do ICMS no PAA e em outros produtos da alimentação. Tem uma discussão com a Secretaria de Estado, e eu acho que o Ari poderia levar para o secretário Ceron, que está participando desta discussão de isenção do PAA. Na semana passada, tivemos uma reunião na Secretaria da Fazenda, deputado Sopelsa, para discutir isso. Eu acho que é uma importante política no Estado.

Temos a polêmica da merenda escolar, que o pessoal levantou aqui. Pode ser uma forte injeção de recursos na agricultura familiar a questão da merenda escolar. Tem um decreto nas mãos do presidente... São dois projetos: um que inclui o ensino médio na alimentação escolar, abrangendo em torno de oito milhões de pessoas, que está no Congresso Nacional; e um decreto presidencial (o Selênio o tem nas mãos), que é a questão de haver certa obrigatoriedade de os municípios comprarem, no mínimo, 30% da merenda escolar dos agricultores, direto, inclusive sem licitação. Reforçar essas duas leis, que são importantes e que aumentariam o consumo.

O Lorisvaldo citou a questão do fumo. Eu acho que poderia reforçar as políticas de transição, que se levantou aqui, e o PAA poderia ser uma dessas políticas. Mas buscar outras no Estado, através da Epagri... incentivos a agricultores que queiram migrar da cultura do fumo. Inclusive, tem um recurso federal, mas é muito pequeno. Eu acho que poderia trabalhar nessas duas lógicas: a Epagri, via governo do Estado, contribuir nisso buscando alternativas de renda para os agricultores na fumicultura; e os recursos em nível federal - eu acho que o Jurandi poderia nos ajudar aqui. O MDA tem um recurso à disposição, mas a avaliação das entidades é de que o MDA tem um recurso à disposição, mas na avaliação das entidades há poucos recursos para de fato se mexer nessa questão profunda aí de transição do fumo para se buscar outras atividades que gerem renda. Então, é preciso financiamento para isso, e o PAA poderia ser uma dessas políticas aí para...

Alguém abordou aqui o incentivo na relação consumidor/agricultor através da economia solidária; para isso, seria preciso que fossem construídas políticas de incentivo. Por exemplo, está se discutindo uma legislação para que os supermercados coloquem à disposição espaços para a comercialização direta dos produtos das agroindústrias, de modo a dar aos agricultores familiares algum tipo de incentivo. Então, precisaríamos arredondar isso um pouco mais aqui.

Também foi levantada aqui a necessidade de se ter uma política importante para reforçar a reforma agrária. Acho que foi o Gibrail quem levantou que está sendo muito difícil o acesso ao crédito fundiário devido à burocracia, aos trâmites longos, e isso em nível de regional, estadual, de município, de Banco do Brasil e assim vai. Então, é preciso encurtar esse caminho para facilitar esse acesso.

A preocupação do Alexandre aqui é em relação aos jovens continuarem na atividade. Se não conseguirmos políticas muito sérias e seguras para essa juventude, nós vamos ter problemas sérios - e temos já - de sucessão nas propriedades.

Tendo claro tudo isso, precisamos ver o que se poderia transformar em moção no plenário e apresentar isso nos próximos dias. Os insumos, acho que seria uma questão. Outra seria o que o companheiro da Coopertreze levantou aqui: as agroindústrias familiares, para o MDS, nessa questão do leite, porque mesmo o leite pasteurizado não está mais no PAA hoje. Então, isso preocupa aí um conjunto de agroindústrias familiares, principalmente o MDS, que tem essa política.

O assessor da CUT levantou a preocupação vinculando a questão do etanol com a cana-de-açúcar. A lógica com que ele trabalha é a seguinte: se já existe um problema nos Estados Unidos na questão do etanol por causa da produção de milho, logo poderemos viver aqui a mesma situação com a cana-de-açúcar, por exemplo. E entendi isso como uma preocupação mais à frente.

Na questão ambiental há, de fato, esse meio-de-campo que nós temos que fazer para não dar um corte imediato. Construir políticas transitórias na questão ambiental tem que estar na nossa pauta nesse próximo período, não com a perspectiva de destruição, mas sim de preservação, de construir uma política transitória, inclusive de potencial. Vou abrir um parêntesis aqui: o que está claro para nós hoje é que o Brasil, por sua preservação ambiental, está se beneficiando na política comercial. Então, ela está acima de tudo, e, na maioria dos casos, não é uma questão só ambiental em si, é uma questão comercial. Portanto, as empresas integradoras têm que apresentar lá fora, para o mercado, a justificativa de que estão preservando o meio ambiente. E aí, é justamente o agricultor que está sendo o vilão dessa história, ele é que tem que preservar, e não a empresa. Ela justifica em nome do agricultor.

Então, nós vamos ter que fazer um debate profundo de como isso se dá para frente, porque senão a gente vai entrar numa simples guerra de que o nosso problema é ambiental. Não, o nosso problema é comercial. Mas isso é um potencial do Brasil também, né? Inclusive, vários países da Europa praticamente não estão mais aceitando a produção de suínos. Portanto, isso está entrando no Brasil porque temos uma reserva ambiental ainda. Quer dizer, temos que tratar isso muito bem não só como uma questão ambiental, mas também como uma questão comercial, porque o Brasil também vai se beneficiar com isso no futuro. Como no Brasil há preservação ambiental, ele vai se fortalecer comercialmente, e temos que ter isso de forma muito clara.

Eu queria incluir ainda o fortalecimento da nossa frente de segurança alimentar na Assembléia Legislativa, justamente para fazer esse debate, a ligação desse conjunto de organizações - agricultura familiar, meio rural, consumidores, conjunto da sociedade. Vamos construir uma articulação, através dessa frente de segurança alimentar, com a Assembléia Legislativa, que pode ajudar nessa intermediação. Não que ela, enquanto Assembléia, tome a frente desse processo, mas ajude na articulação.

Acho que foi isso que se levantou aqui. Vou passar a palavra agora para o Pedro, e depois, quem achar que deve fazer alguma complementação, dar alguma resposta, fique à vontade para fazê-lo.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC) - Eu gostaria de cumprimentar os meus colegas parlamentares - deputado Sopelsa, presidente desta Comissão, e deputado Dirceu Dresch, que coordena esta audiência pública -; os demais representantes do governo do Estado, do governo federal; as lideranças sindicais; as lideranças dos movimentos e os demais presentes.

Tem muitas atividades aqui na Assembléia, e a gente gostaria de participar de todas. Eu participei da reunião de Comissão de Constituição e Justiça e, com muita alegria, substituí o deputado Dirceu Dresch na Comissão de Serviço Público, para que ele pudesse continuar aqui coordenando esse grande evento que vocês realizam. Parabéns, deputado Dirceu, pela mobilização, por trazer ao Parlamento um debate tão importante, tão fundamental para o futuro do campo, para o futuro deste Estado e deste país.

A gente ouve aqui diferentes temas estratégicos que vão definir o futuro da agricultura familiar. Estamos todos juntos pensando num modelo de agricultura, num modelo de construir a relação da economia, a relação com o meio ambiente, a relação das políticas públicas.

Acho que um dos pontos centrais (e não vou trazer novidade nenhuma, só quero reafirmar essas convicções que vocês trazem aqui) é essa perspectiva de um modelo que permita produzir alimentos e bens materiais da agricultura. Assim, consome-se um produto saudável e, ao mesmo tempo, fica a renda para o agricultor.

É um crime o que as empresas de insumo estão fazendo agora; eles perceberam que aumentou o preço dos produtos agrícolas, que aumentou a renda dos agricultores - pelo preço comercializado -, e os donos dos insumos, das grandes empresas, querem transferir essa renda para meia dúzia de empresas internacionais. Temos que denunciar isso!

Uma empresa estatal como a Petrobras está há três anos sem aumentar a gasolina; por outro lado, todas as empresas de fertilizantes foram privatizadas neste país, assim sendo, elas colocam o preço que quiserem, e agora que os agricultores têm um pouco de renda, o que elas fazem? Aumentam o preço da uréia, dos agrotóxicos e de todos os insumos para tirar essa renda deles novamente e transferi-la aos grandes grupos econômicos privados mundiais. Então, temos que denunciar, temos que colocar isso como política necessária para restringir esse controle das grandes empresas.

Em segundo lugar, acho que esse projeto estratégico da produção de alimentos, o PAA, quando se transforma em merenda escolar, quando se transforma em programa social nas políticas públicas municipais, tem que ser incentivado no Estado. É lamentável prefeituras e governos estaduais ficarem terceirizando merenda escolar. Isso é um crime, e não somente em relação aos agricultores, mas também à população urbana, uma vez que 70%, 80% têm relação com o alimento da área rural e com a cultura rural. É um crime o que se faz quando se terceiriza por interesses políticos e financeiros. É preciso, portanto, denunciar prefeitos e governos estaduais que terceirizam merenda escolar e não permitem construir políticas públicas de alimentos nem transferir ao município, aos filhos da terra, o alimento produzido pelos agricultores.

Acho que isso podia ser tirado desta audiência em forma de documento e encaminhado ao governo federal, para que ele edite o mais rápido possível o decreto isentando em 30% a licitação e a compra de alimento dos agricultores familiares.

Nessa área da Conab, nós vamos ter futuro para garantir preço dos alimentos aos agricultores se se montar uma política estatal de armazenamento dos produtos agrícolas no País novamente, porque senão daqui a pouco vem a supersafra, o preço vai lá para baixo e quem vai pagar a conta é o agricultor.

Portanto, quem vai amaciar esse prejuízo dos agricultores é o governo ao garantir a compra. Assim como subsidia o crédito, tem que subsidiar a compra de alimento neste país. Se não garantir isso, os agricultores não têm segurança em produzir alimentos e, daqui a pouco, irão produzir outras coisas. Então, tem que garantir isso numa política de armazenagem. Eu dizia ao representante da Conab que Santa Catarina tem que ter novamente armazenamento, principalmente no oeste, para garantir a compra dos produtos dos nossos agricultores.

Na questão ambiental, que o Dirceu levantou aqui, tem dois vieses. Muitos pequenos agricultores familiares estão comprando de forma fácil, porque algumas lideranças políticas conservadoras, de direita, de extrema direita, estão dizendo que o futuro é destruir e continuar destruindo o meio ambiente. E aí, o agricultor está trabalhando, trabalhando e trabalhando e enriquecendo os ricos e os grandes de novo. Então, debate sobre meio ambiente não aborda somente o preservar, tem que ser discutido também o que nós queremos para o futuro da agricultura, dos agricultores, da saúde desses agricultores e dos consumidores, enfim, tem que ser um debate estratégico.

Estão com discurso fácil, portanto. Li hoje um documento em que estão fazendo reação a todo esse debate ambiental, e se não nos cuidarmos, nós, pequenos agricultores e agricultores familiares, vamos ser vítimas novamente do discurso da direita, da extrema direita conservadora, reacionária, que já fez isso com os índios, com os caboclos e vai fazer agora com o agricultor familiar para atender os grandes de novo, dando um jeito conservador no debate sobre a questão ambiental.

A questão ambiental é fundamental para o futuro dos agricultores, para a sociedade e para o mundo. Não dá para despolitizar esse debate, caso contrário, vamos ser vítimas novamente e trabalhar para os grandes de novo. E não vamos apenas destruir o meio ambiente, vamos destruir a nossa vida, a nossa renda e a nossa história. Aí, vamos ter que dizer que estamos com os grandes a favor da destruição do meio ambiente.

Portanto, tem que se inverter esse debate. O agricultor não pode ser vítima, senão cai na conta dele hoje o ato de dar crédito de carbono para os ricos, a exemplo do que a Sadia vem fazendo, porque está queimando gás do biogás (em vez de usar energia elétrica e pressionar o governo do Estado a comprar esse tipo de energia) para ter crédito de carbono para as empresas privadas. Esse é outro debate; hoje estamos alertando para não cair em nessa discussão conservadora. Até peço desculpas ao Sopelsa, porque o Valdir Colatto é um colega dele, mas quando vejo o Colatto e outros falando dessa questão, preocupo-me demais com a maneira que eles querem construir a agricultura familiar do Estado e do País.

Muito obrigado por esta oportunidade, e parabéns pelos encaminhamentos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Pedro.

Aproveito o momento para justificar o fato de esta audiência ter sido marcada um tanto em cima da hora - encaminhamos a solicitação na semana passada, quarta-feira à noite. Quero agradecer ao nosso presidente e ao deputado Sargento Soares, que prontamente atenderam o nosso pedido, já que terça-feira de manhã tem reunião da Comissão de Justiça, da Comissão de Serviços Públicos, enfim, de várias Comissões, o que dificulta a participação dos demais deputados aqui. Mas temos uma boa representação, e vamos levar isso a Plenário possivelmente hoje à tarde. O nosso desejo é tirarmos desta audiência pública várias moções, com a expectativa de que as nossas reivindicações e encaminhamentos cheguem ao governo federal, ao Congresso, ao presidente da República.

O Gibrair nos solicitou mais uns trinta segundos...

(O senhor Gibrair Madella manifesta-se fora do microfone: "Tem também a questão do Suasa.")

Eu falei das agroindústrias e não falei da implementação do Suasa aqui, realmente.

Eu tenho aqui a inscrição da representante do Consea, que de manhã não queria falar, mas agora se sentiu provocada e quer se manifestar.

Com a palavra, então, a senhora Lizete Bernardi, presidente do Sindicato Regional da Agricultura Familiar de Campo Erê, por até trinta segundos.

(A senhora Lizete Bernardi inicia manifestando-se fora do microfone.)

Por favor, Lizete, gostaria que a senhora se manifestasse no microfone, porque esta audiência está sendo gravada.

A SRA. LIZETE BERNARDI - É que se deve transferir essa questão do Suasa para as SDRs mais próximas, que estão discutindo um consórcio dos municípios para que realmente os agricultores possam acessar essa política do Suasa e comercializar os seus produtos, porque é isso que interessa. Eu acho que se deve transferir um pouquinho esses papéis para o Estado, para que ele também assuma.

Outro ponto importante é o processo integrado na questão do leite. Acho que temos que tirar daqui um documento mais forte hoje, porque amanhã ou depois os nossos agricultores estarão novamente à mercê dessa política da integração do leite, como aconteceu com todos os outros tipos de cultura.

Era isso o que eu tinha para colocar, e peço desculpas pela minha intervenção, mas eu precisava falar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o deputado Sargento Soares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES

(SC) - Quero reiterar os cumprimentos aos organizadores deste evento. Diria que o deputado Dresch apenas atendeu o pedido, porque os organizadores foram vocês. Foram as lideranças e as entidades dos agricultores que organizaram, que construíram toda essa possibilidade de, num período curto de tempo, ser realizada esta audiência pública com essa participação e esse nível de debate.

Foi levantada aqui a questão dos biocombustíveis, e pudemos ver que existem várias nuances de interpretação e avaliação disso, por isso precisamos continuar o debate.

Parece óbvio que essa questão assumiu uma importância pela elevação - quase quintuplicação - do preço do barril do petróleo em nível mundial, e é uma situação que não vai se reverter em curto prazo de tempo, pelo contrário, só vai se agravar. Historicamente, e ao longo do tempo, ela vai se agravar cada vez mais a ponto do esgotamento das fontes de energias fósseis. Por isso precisamos pensar alternativas - e temos alternativas.

Eu sou um entusiasmado com a possibilidade de novas fontes de energia, principalmente da energia renovável - uma necessidade da humanidade para o futuro. O que a gente tem que lamentar é que sempre ficamos reféns dos monopólios internacionais também nesse aspecto, e até parabeno o representante da CUT por essa avaliação, porque, sim, a tendência é aumentar a roça de cana no Brasil também, e aí, não vai diminuir a quantidade de terra ocupada para a produção de alimentos?

No sistema de transporte, o uso de energia em nível mundial é absolutamente incoerente, ilógico, irracional e destrutivo, e temos que pensar essas questões também. No debate de ontem à tarde destacou-se a ferrovia como outra forma de transporte, e sobre isso temos que pensar e debater, porque precisamos fazer com que a humanidade sobreviva nos próximos cem, duzentos, quinhentos anos, ou mil anos, mas nessa velocidade que estamos indo, talvez não cheguemos nem aos cem anos.

E não se trata de dizer que a culpa é do agricultor. Não, esse é um debate que não tem inocente, em absoluto. Quem está vivo, respirando, comendo, se transportando, está destruindo. A gente vê, principalmente no meio urbano, muita gente filosofando a respeito de uma postura que está correta, parece que para tirar a culpa de cima de si, porque mora, de repente, na Beira-Mar ou em outro condomínio bonito. Mas não tem ninguém comendo larva, nem pastando, e se estivesse fazendo isso, também estaria destruindo.

Então, a partir do momento em que o ser humano criou o trabalho, ou seja, passou a transformar e a dominar natureza, todos somos responsáveis pela degradação do meio ambiente.

Sou filho de agricultor, trabalhei até os 19 anos na roça, e imaginem há trinta anos quantos e quantos hectares de capoeirão foram roçados! Na década de 1980 chegou a motosserra, e aí, imaginem quantas estocadas foram feitas. Mas era necessário, estávamos produzindo.

Então, essa era a lógica de trinta anos atrás, e a gente não tem que colocar a culpa em ninguém, mas olhar para a velocidade da transformação, para a velocidade da degradação ambiental. No arroio em que aprendi a nadar, dá para passar de chinelo hoje em dia sem molhar os pés. Mas vocês, mais do que nós, conhecem essa realidade do esgotamento e até da extinção das nascentes de água.

É preciso equilibrar a produção, a produtividade. A tecnologia é absolutamente necessária, mas tem que ser uma tecnologia que possibilite produzir mais destruindo menos. É possível, sim, produzir com o mesmo grau de competitividade e de produtividade na mesma quantidade de terra sem se estar refém do monopólio do agrotóxico.

Este debate, portanto, precisa continuar, e todos nós devemos participar dele. Parabéns para vocês, agricultores, que estão fazendo este debate. E, com certeza, ninguém tem que colocar responsabilidade e culpa aos agricultores, principalmente aos pequenos, como se fossem os destruidores da natureza - todos nós o somos, relativamente. Agora, o grande capital, a agroindústria, a indústria, os monopólios de insumos agrícolas, esses, sim, são criminosos!

Então, temos que pensar novos modelos, novas tecnologias para investir e trabalhar no sentido de esticar a possibilidade de sobrevivência humana na Terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Concedo a palavra à senhora Cristina Ramos.

A SRA. CRISTINA RAMOS - Eu represento a Associação Catarinense de Nutrição e a minha fala é em relação aos encaminhamentos.

Avaliando a articulação das políticas públicas, na relação intersetorial, penso que é importante incluir a área da saúde, que trabalha com esses consumidores no sentido de estimular um consumo consciente.

Hoje a gente tem a Política Nacional de Promoção da Saúde que se pauta na promoção da alimentação saudável. Mas que alimentação saudável é essa? O que as equipes de saúde da família, as equipes de saúde que trabalham com esses consumidores, estão realmente pautando em suas ações? Hoje os centros de saúde estão muito voltados para a questão do trabalho com a doença, sendo que a gente pensa que para promover saúde temos que trabalhar com alimentação saudável, com atividades físicas, contra o tabagismo, enfim, com várias questões que levam à promoção de saúde.

As equipes de saúde têm que trabalhar com esse consumo consciente para que as pessoas, quando chegam ao mercado, enfim, ao local em que adquirem seus alimentos, possam exigir que esses alimentos sejam livres de agrotóxicos, que não sejam alimentos transgênicos.

Então, penso que é importante incluir nos encaminhamentos esse trabalho intersetorial com a saúde, no sentido da promoção do consumo consciente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Cristina.

Passo a palavra ao Daniel Kothé.

O SR. DANIEL KOTHE - Deputado Dirceu, deputado Sopelsa e deputado Sargento Soares, nós, em nome da Fetraf, gostaríamos de fazer um agradecimento especial pela oportunidade que nos foi concedida. Procuramos o deputado Dirceu pedindo que fizesse a solicitação da realização dessa audiência e fomos rapidamente atendidos. E como todos vêm falando aqui, a relevância desse debate justifica a necessidade de trabalharmos nesse sentido.

Eu gostaria de fazer um encaminhamento no sentido de que nós possamos, em função do debate que tem sido feito aqui, continuar essa discussão, envolvendo inclusive outros setores, como o mercadista, o agroindustrial, a fim de ampliarmos um pouco mais esse debate e avançarmos. Penso que esta poderia ser uma iniciativa importante do Legislativo catarinense, até porque várias questões que estamos propondo precisarão de amplo debate para avançar. Não se trata, de forma alguma, de dizermos que somente nós estamos fazendo essas ações; nós estamos justamente trazendo para cá para ampliar e avançar o debate. A gente fala do modelo produtivo e temos colocado grandes questões, mas precisamos juntar a sociedade para discutir esses assuntos.

Quero fazer um agradecimento especial aos companheiros que vieram de longe, das dez regiões em que a Fetraf atua aqui no Estado, porque é importante a gente referendar isso: aos companheiros do Vale do Itajaí, da região litoral-sul, do oeste, do extremo oeste, da região de Xanxerê, do Alto Uruguai, da região noroeste, da região serrana, do planalto norte e também do Rio do Peixe. Essas são as regiões em que atuamos, junto com as cooperativas de crédito, com as ONGs no Estado, que estão aqui representadas por este grupo significativo de lideranças. Por isso agradecemos de forma especial o trabalho das cooperativas de crédito do Sistema Cresol central, as cooper, as ONGs, que são parceiras e ajudam a construir todo esse debate.

Eu queria também comentar uma questão, que é a isenção dos impostos dos alimentos, assunto este que foi trazido para o debate. Eu volto a referendar a lógica da minha fala anterior: quando se fala em isenção de impostos e em economia, nós precisamos tratar as pessoas e os setores distintos de forma distinta. Então, quando se fala em construir programas que tratem de abrir mão da receita, precisamos sempre discutir se de fato os menos favorecidos vão ser beneficiados com essa política, porque historicamente a política de isenção de tributos tem beneficiado grandes grupos econômicos. Infelizmente a guerra fiscal que existe em nosso país tem sempre transferido a renda para quem já é rico ou para quem já tem muito poder econômico. Basta a gente citar como exemplo o fato de uma grande empresa vir se instalar, uma grande agroindústria: o Estado tem que abrir mão do ICMS durante duzentos meses, em alguns casos, a prefeitura tem que dar energia elétrica, tem que doar o terreno, só que esses complexos industriais se instalam, produzem por um tempo e vão embora. Enquanto que uma agroindústria familiar, quando quer se implantar, precisa pagar a licença ambiental e todos os demais impostos.

Então, uma das questões centrais que precisa ser discutida pelo Estado, inclusive está na nossa pauta deste ano que apresentamos para o governo do Estado, é a necessidade de se construir alguns programas, como o programa da agroindústria familiar, que vai discutir questões específicas como, por exemplo, o tema da legislação aplicada do Suasa e de outras temáticas, como a isenção da taxa de energia elétrica por determinado período para implantação, como a isenção das taxas de vistoria e outras taxas para a licença ambiental. Essas são formas de você também dar "empoderamento" para aqueles que são mais pobres e que, normalmente, por não terem volume de produção não se tornam concorrentes no mercado.

Todo esse debate precisa ser referendado, só chamando a atenção que não podemos defender de forma alguma que tem que isentar de tributo toda a cadeia de alimentos, porque vamos mais uma vez transferir dinheiro e renda para quem já tem muito poder econômico. Tem que discutir o tema a partir do benefício dos agricultores familiares e dos consumidores, e o debate da economia solidária casa muito bem nesse sentido.

Mais uma vez obrigado e estamos à disposição para outros debates.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado. O Daniel fez uma provocação anteriormente, que já levantei aqui, mas dá para arredondar isso um pouco melhor, de fazermos um debate na nossa Frente Parlamentar de Segurança Alimentar. E convido as pessoas e as entidades que estão aqui a participar dessa discussão, e já solicito que quem quiser deixe o nome para que depois possamos nos comunicar, para que possamos fazer uma boa reunião, inclusive com todos os encaminhamentos que estão sendo colocados aqui, que encham um caminhão e ainda sobra um pouco.

Neste momento concedo a palavra ao deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA (SC) - Primeiramente eu quero agradecer ao deputado Dirceu e ao deputado Sargento por terem conduzido sozinhos, num determinado momento, esta audiência, e já peço desculpas por ter me ausentado durante o debate.

Mas, como já foi dito aqui, esta audiência nasceu há três dias e procuramos atendê-la em função da sua importância. E talvez até pelo curto espaço de tempo se justifique a falta de algumas entidades, porque o pedido foi feito na quinta-feira e hoje já estamos realizando a audiência.

Eu queria fazer algumas colocações, e uma delas é sobre a questão ambiental. Acho que temos que ter alguns encaminhamentos nessa questão, temos que buscar o equilíbrio, temos que fazer aquilo que disse o presidente Lula, ou seja, que a questão ambiental nós é que temos que resolver e não os países lá de fora ditarem as regras. O presidente disse que como eles estão carecas, não têm mais árvore, estão querendo mandar aqui. Nós temos que construir a nossa questão ambiental, proteger o nosso produtor, achar o equilíbrio para o nosso produtor, sem poluir, sem destruir, mas com a consciência de que aquilo que foi destruído em cem anos não pode ser construído já, em dez anos, em cinco anos.

Temos a questão do trigo, a questão da política de produção. Eu acho que não foi só a cana-de-açúcar que tirou o trigo da nossa mesa, mas, sim, as políticas feitas nos últimos anos, quando não se investiu em tecnologia de novas sementes, quando se pagava pelo trigo menos que aquilo que ele custava, e o trigo desapareceu das lavouras do Brasil. A mesma coisa aconteceu com o feijão há pouco tempo. Há quanto tempo o produtor de feijão vinha reclamando que estava produzindo sem cobrir os custos de produção? Quando ele deixou de plantar, os preços foram lá em cima. Os consumidores podem ter certeza que temos que fazer alguns ajustes. Essa questão dos tributos em cima da produção de alimento é só no Brasil, são mais de 40% de tributos em cima da alimentação e temos que buscar um equilíbrio para isso.

Eu não tenho nenhuma dúvida que a Conab - e eu não tinha cabelos brancos quando já discutia esse assunto - é, realmente, a reguladora dos preços. Se não temos ninguém que compre quando o preço está lá embaixo, há um desânimo do produtor, e se não temos ninguém que interfira quando o preço vai lá em cima, vêm os abusos. O consumidor pensa que quando o leite aumenta, quando a carne aumenta, quando o pão aumenta, esse aumento é passado para o produtor, mas não é verdade. Esse aumento, às vezes, fica, e na maioria das vezes, no caminho, fica na estrada. Além daquilo que se viu agora, como eu disse quando abrimos a audiência: quanto subiram os insumos, quanto subiram os sais minerais? Então, a produção que estamos fazendo agora para vender no ano que vem tem um outro custo. O consumidor pode ter certeza que se encontrarmos o equilíbrio para os nossos produtores, não vai faltar comida na mesa, mas precisamos fazer aquilo que deixamos de fazer, quem sabe, durante esses longos anos.

Então, deputado Dirceu, acho que os encaminhamentos que estão sendo tirados aqui deveriam ser feitos em forma de moção no plenário para todos os setores, sejam do governo do Estado, do governo federal, das entidades e das empresas que precisam se envolver, não é, Ari, vinculadas à Secretaria da Agricultura, a fim de se buscar as soluções. Eu acho que o debate começou hoje e não tenho dúvidas que temos que envolver outras comissões para, realmente, reafirmarmos as propostas que vêm sendo levantadas, muitas delas sugeridas no dia de hoje.

Eu já aproveito o espaço para agradecer a todos e cumprimentar, mais uma vez, o deputado Dirceu, o deputado Sargento e os deputados que aqui estiveram, bem como todos vocês que trouxeram subsídios para o debate. A Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa está de portas abertas e sempre presente naquilo que for possível e for solicitado pelos nossos deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, presidente.

Nós registramos a presença do vereador Silvestre Tenfen, presidente da Câmara Municipal de Rio Fortuna.

Passamos, agora, a palavra ao Ari Nelmann.

O SR. ARI NELMANN - Eu acho que por parte do governo do Estado sou o único representante, então toda a carga está vindo para cima de mim (*risos*), mas tem assunto aqui levantado que envolve a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Educação, a do Desenvolvimento Social, a do Desenvolvimento Sustentável, a da Saúde, que envolve a Cohab e outras mais - eu não sei, mas outras entidades e secretarias devem ter sido convidadas para participar desta audiência pública. A Secretaria de Estado da Agricultura, pelo menos, está sempre presente. Eu tenho vindo em várias audiências públicas, algumas avisadas mais em cima da hora, outras menos em cima da hora, então umas mais preparadas, outras menos, mas a gente sempre está aí para ouvir o que é levantado e para dar o encaminhamento possível.

Eu atuo na execução das políticas agrícolas da Secretaria da Agricultura. Então, quanto mais políticas públicas houver por parte do Estado para alavancar as questões da agricultura, melhor para mim, mais satisfeito eu fico, com mais satisfação eu vou trabalhar, porque eu sou comprometido com o setor rural, eu quero ver o desenvolvimento do setor rural.

Aqui foram levantadas questões que já foram até encaminhadas politicamente pela Fetraf-Sul, como é essa questão do ICMS, que a gente vai só reforçar lá na Secretaria da Agricultura. Sobre as taxas de registro para pequenas agroindústrias, essa é uma questão a se ver, porque a Cidasc tem base legal para cobrar, agora, para não cobrar tem que haver também uma posição política do Estado. Isso, às vezes, envolve... como se diz? Tecnicamente chamam de renúncia de receitas e tem que se ver se é legal fazer: se é legal fazer, é uma questão política; se não é legal, é outra conversa, porque ninguém quer ver Tribunal de Contas... ninguém quer ter complicação com esses órgãos.

Sobre a questão do Suasa, o secretário da Agricultura nomeou uma comissão para se aprofundar no assunto e, junto com os municípios e com outros Estados, pois isso está sendo discutido também no Conselho Nacional de Secretários de Estado da Agricultura, tomar uma posição e ver se isso avança. Em princípio essa é uma política que também foi construída para atender a inspeção sanitária na pequena agroindústria: procurar uma solução para que o mercado da pequena agroindústria possa ser ampliado, já que há essa limitação territorial na questão do SIM, do SIF ou do SIE.

Quanto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, sobre o qual foi levantada aqui uma crítica em função da demora, digo que a crítica procede, só que quem está assumindo a culpa por tudo isso é o governo do Estado, que está fazendo apenas a execução desse programa em convênio com o governo federal, porque a política é do governo federal. O governo federal impôs uma série de condições para que houvesse um maior controle social dessa política do crédito fundiário, que antes se chamava Banco da Terra e tinha outros procedimentos diferentes. Para haver o controle social, o que foi determinado? Que a proposta fosse construída lá no sindicato e foi estabelecido, junto com o Banco do Brasil e com o MDA, um *check-list* de todos os documentos que precisariam constar em cada proposta. O agricultor tem que dar entrada com os documentos e se sai errado no sindicato, já tem problema de demora, sim, porque vai voltar a proposta. Ela só vai para frente se tiver toda a documentação correta, se constar tudo conforme o *check-list*, aí vai avançar rapidamente.

O problema é que tem muito erro, e a gente até assume a culpa em algumas coisas, pois houve uma época que não havia estrutura adequada para atender toda a demanda. Mas houve também muitos problemas de propostas com falta de documentação ou com documentos errados. Muitas vezes a certidão, que era para ser negativa, era positiva e passava. Então não adianta empurrar para frente uma proposta que não esteja completa tentando jogar que vai acontecer, que vai ser financiado, ou tentar empurrar a culpa para o outro parceiro do projeto - a Secretaria da Agricultura, aqui, é um parceiro. Então não adianta, se estiver faltando documentação, vai retornar a proposta.

Vou falar também sobre os programas do governo do Estado para a agricultura familiar, porque esse foi um assunto citado. No início eu falei alguma coisa a esse respeito, não sei se ainda não estava completo o auditório, mas a Secretaria da Agricultura atua junto com o setor produtivo do Estado, e dentro do setor produtivo com o agricultor o familiar. Todas as políticas públicas do governo do Estado são dirigidas para a agricultura familiar, certo? É o Microbacias, como eu falei, já trabalhando nas comunidades que têm um percentual maior de pequenos agricultores, de agricultores mais pobres, na tentativa de melhorar um pouquinho o nível - só neste ano o Microbacias vai injetar R\$ 51 milhões no meio rural, inclusive o contingente técnico também foi significativamente aumentado, com mais de quatrocentos técnicos nas microbacias, que também é uma ação do Estado, pois o técnico é pago pela Associação de Desenvolvimento das Microbacias, mas os recursos são repassados via projeto Microbacias.

Tem o Terra Boa, que é a subvenção de calcário e de sementes, que neste ano vai custar mais que R\$ 15 milhões; tem esse programa novo, o Revitalizar, que vai usar de uma política do governo federal também, que é de crédito rural para a agricultura familiar... Muita coisa está sendo levantada aqui para auxiliar exatamente na diversificação da propriedade, para introduzir novas atividades. Tem o estrutural, que é a questão da Água da Chuva, que vale para todo o Estado (Água da Chuva é nome fantasia também), direcionado a solucionar a questão do abastecimento de água em propriedades com problemas e de armazenar mais água na propriedade, porque para produzir alimentos é preciso água.

Esse projeto faz parte do programa, é estadual, e há outros regionais que são definidos lá, conforme o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), e se não tiver o PDR, o Conselho define quais os três projetos prioritários a serem apoiados, e o apoio aí é a subvenção dos juros para os agricultores familiares que forem pegar empréstimos - temos um convênio operacional assinado com o Banco do Brasil, de R\$ 120 milhões até o final de 2010, para apoiar investimentos dessa natureza, então o apoio é a subvenção dos juros.

O governo do Estado mantém também a Epagri, por sinal o único Estado que sempre manteve intacta a Epagri, que trata da pesquisa agropecuária e extensão rural. Às vezes a pesquisa não acontece com tanta velocidade, porque nessa área o Estado mantém o pessoal, mas é preciso estrutura para fazer pesquisa, são precisos recursos. Então hoje estão sendo buscados recursos no governo federal, e tem uma boa perspectiva nessa linha, assim como na extensão rural também, estando o Estado presente nos 293 municípios de Santa Catarina. Como política estadual de pesquisa, nós temos aí a Fapesp, sendo que uma boa parte dos seus recursos é para apoiar a pesquisa agropecuária. E o governo do Estado mantém também a Cidasc, que é o nosso órgão que cuida principalmente da defesa sanitária animal.

A Assembleia Legislativa é um fórum em que são trabalhadas as questões das leis. Nós citamos, por exemplo, a questão da integração com a suinocultura, que concentrou a suinocultura, e foi dito aqui que com o leite também há um caminho parecido. Então nós temos que pensar numa legislação que evite que aconteçam esses temores levantados nesta audiência; tem que ter base legal e a base legal tem que passar por aqui, pela Assembleia Legislativa, Câmara Federal, pelo Senado. Mas se é coisa que pode ser só na legislação estadual, tem que passar pela Assembleia Legislativa, é aqui que têm que cair essas questões.

O mesmo acontece com a área ambiental, sobre a qual também vai ser encaminhado para cá um projeto de código ambiental para o Estado, que terá que ser analisado e visto no que se pode avançar ou não, dependendo do ponto de vista de quem olha, se é para o lado do produtor ou não. Mas, enfim, é necessário ver o que se pode melhorar, para todos, essa questão do código ambiental para o Estado de Santa Catarina.

Eu tomei uns minutinhos a mais, mas se eu não fizesse essa exposição seria cobrado depois lá na Secretaria da Agricultura pelo fato de não ter feito a defesa necessária do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Ari. Mas justamente isso, nós deixamos um pouco mais de espaço para que pudesse também colocar a visão e as políticas do Estado.

Agora vamos abrir um espaço para o Jurandi Gugel falar - não vamos controlar o tempo, mas vamos tentar ser bem...

O SR. JURANDI GUGEL - Eu quero pedir desculpas pelo fato de ter exagerado no começo. Então vou ser bem rápido agora.

Eu queria fazer uma colocação, talvez com um ponto de encaminhamento daquele conjunto de questões. O Gibrail levantou a história do feijão, lá em São Domingos, em Coronel Martins, e o pessoal pode escrever para nós ou mesmo para o Mapa dizendo que tal município não pode produzir feijão e reivindicar que se refaça o zoneamento agrícola, porque, às vezes, é possível readequar, como, por exemplo, em Irecê, na Bahia, que é um produtor nacional de feijão e estava fora do zoneamento agrícola. Então, tem espaço para se fazer essas coisas.

Uma outra questão é relacionar as culturas importantes aqui no Estado de Santa Catarina para estarem no zoneamento agrícola e entrarem no Pronaf, a fim de terem a possibilidade da cobertura pelo seguro. Nós sabemos que o alho está fora, que a cebola está fora, que a batata inglesa ainda está fora... Embora nós tenhamos saído com 4 culturas no começo da implantação do Suasa e hoje já tenhamos 25 zoneadas, ainda é importante manifestar a necessidade que vocês avaliam das culturas que se produzem aqui em Santa Catarina. Então, uma questão que acho deve ser colocada é a de avançar no zoneamento agrícola.

O pessoal levantou muito a questão do Suasa, e no MDA nós... Os territórios do planalto serrano, de Lages, da região da Amures, têm recursos que estão sendo destinados para implantar, para estruturar (carro, computadores, faca, chaira, etc.), o que for necessário) a fim de deixar instrumentos para os profissionais da área sanitária, veterinários, a partir da consolidação de um consórcio daquela região, poderem executar o trabalho. Então, na região da Amures há recurso para isso; na Amosc, em Chapecó, também há recurso para isso, e por emenda da senadora Ideli Salvatti, no extremo oeste, via prefeitura de Guaraciaba, também tem recurso no valor de R\$ 100 mil a fim de que o extremo oeste monte um consórcio, sendo que a parte estrutural, de carros e equipamentos, pode ser adquirida com esse valor; e também para a região da Amauc, na prefeitura de Ipira, tem R\$ 100 mil destinados à implantação do Suasa naquela região.

Então, do ponto de vista estrutural acho que dá conta, faltando só a questão dos técnicos. A gente avalia como sendo uma questão importante, pois é uma alternativa para esse conjunto de agroindústrias que estão implantadas e em funcionamento.

Para finalizar, tem a questão do consumidor. Eu me lembro que em 2005, quando a gente ia ao mercado comprar leite a setenta e poucos centavos ou coisa parecida, não tinha essa discussão que está sendo colocada hoje, porque não fechava a conta chegar aquele preço de leite no mercado, naquela condição. Então, eu quero dizer que a agricultura familiar tem uma oportunidade, neste momento que se está discutindo, de colocar as suas propostas - e acho que a questão do PAC é uma boa para o momento - e estabelecer um contato com a sociedade brasileira dizendo que tem que produzir, mas que não pode ser essa relação econômica injusta ocasionada por uma série de questões. Então, a sociedade tem que tomar consciência que tem que ser um preço justo, mas toda vez que tiver um produto lá que não é justo do ponto de vista das relações econômicas, também tem que ter um movimento social dizendo que não se pode comprar 1 quilo de cenoura a R\$ 0,39, porque alguém está pagando a conta e, geralmente, é o agricultor.

Eu queria fechar com isso e agradecer pela oportunidade, pedindo desculpas pelo excesso.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Jurandi.

Com a palavra o Sione Lauro de Souza, da Conab/SC.

O SR. SIONE LAURO DE SOUZA - Nesta minha fala final quero lembrar que a tese exposta pelo deputado Pedro Uczai é muito feliz. Pode contar com o apoio da Conab, uma vez que é uma constatação quase que recorrente: ano após ano temos encontrado dificuldade na formação de estoques mais expressivos no Estado - com a existência de recursos disponibilizados pelo governo federal, você não consegue comprar a produção, muitas vezes porque falta espaço para armazenagem. Embora toda a parceria que nós tenhamos desenvolvido com as cooperativas e até com algumas cerealistas, agroindústrias, ainda assim, quando é safra e o estoque oficial está dentro da cooperativa, está dentro de uma cerealista, muitas vezes temos que remover o produto, neste caso às custas do armazenador, para um outro armazém, credenciado pela Conab, para poder manter esse estoque aqui no Estado. É uma ginástica que a gente faz a cada ano.

Então, eu vejo com muita simpatia a tese há pouco exposta pelo deputado Pedro Uczai de que é o momento, sim, inclusive de incluirmos num PAC da agricultura catarinense uma estrutura de armazenagem, um serviço público em armazenagem, um armazém geral, oficial, condizente pelo menos com o que se vende no Programa Venda em Balcão para pequenos criadores, como o milho, que todo ano movimentamos de 80 a 100 mil toneladas para esse segmento importante dos pequenos criadores.

Muitas vezes, deputado Sopelsa e demais, nós deixamos passar a oportunidade de remover quantidades maiores dos Estados produtores, Paraná e centro este, por falta de espaço. Temos que ligar para as cooperativas e dizer: olha, dá para colocar 1 mil toneladas, 5 mil toneladas aí? Este é o exercício diário da Conab quando é época de trazer o milho, época de safra, porque ele é um problema na região produtora e a solução em Santa Catarina, que não produz na mesma medida em que consome. Portanto, quero dizer que vejo com muita simpatia essa iniciativa e podem contar com o apoio.

Quero lembrar, como já foi mencionado inúmeras vezes, que o PAA é uma política pública que evoluiu. Inicialmente contava com uma única fonte de receita; depois sugiram os patrocinadores; mais adiante o MDA veio bancar com o seu orçamento algumas linhas do PAA, como a formação de estoque; e agora também está entrando a possibilidade, por um projeto de lei que já está tramitando no Congresso Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação também patrocinarem em até 30% do que é repassado a prefeituras e aos Estados a compra direta da agricultura familiar para a rede pública de ensino sem licitação, servindo de referência os preços da Conab.

Inclusive é um momento muito oportuno para se discutir no grupo gestor do PAA em Brasília, já que o MEC também está sendo admitido - até então eram cinco representantes nesse grupo gestor do PAA, o Ministério da Agricultura, o MDS, o MDA, do meu companheiro Jurandi, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o da Fazenda. Então será um conselho com seis representantes e trazer essa discussão em torno da importância do leite é importante, não só para a consolidação das bacias leiteiras do Estado, mas por ser um produto de fundamental importância na alimentação das crianças.

Quero também lembrar que a Conab - é claro, teria que se confirmar, mas são informações trazidas pelo meu adjunto, o Vilmar -, que tem a seu encargo também o macroobjetivo de estar formulando propostas para a agricultura, as políticas agrícolas, está propondo a revisão dos preços mínimos dos atuais patamares. Talvez em trinta dias tenhamos alguma definição, por parte do Ministério da Agricultura, de como poderão ficar os preços mínimos nesta perspectiva de uma formação de estoques mais consistentes para o próximo ano-safra, mas estamos pleiteando 40%, podendo no caso o milho chegar em torno de R\$ 18,00 o saco. Já é alguma coisa.

A Conab é muito lembrada nesses momentos em que as pessoas apontam como uma situação crítica, ou por excesso de produção, quando a Conab é chamada a enxugar o mercado, ou quando há falta de oferta, que é o momento em que desovamos os estoques. Eu não considero uma crise de abastecimento, até porque não se configura como tal nem em nível de varejo, não é? Portanto, a Conab tem ao seu encargo o monitoramento diário desses níveis de produção, de produtor, quanto está o preço do produtor, quando está em atacado e quanto está o preço no varejo.

Então, diante de todo esse monitoramento que a Conab faz, não há como a gente não ter tempo de programar uma ação que traga todo o mercado para a normalidade. Esse é o nosso papel institucional e para a nossa felicidade o atual governo elegeu a agricultura familiar como a sua diretriz básica preferencial.

Muito obrigado e o meu abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Sione, que aqui está representando a Conab.

Com a palavra a Adriana Maria Antunes de Souza, representando a CUT/SC.

A SRA. ADRIANA MARIA ANTUNES DE SOUZA - Rapidamente, em nome da CUT, eu gostaria de parabenizar principalmente a Fetraf, que teve a sensibilidade de chamar este debate; percebeu a necessidade de se fazer esta discussão e conseguiu o apoio do deputado Dirceu, proponente desta audiência, e posteriormente da Comissão de Agricultura, na pessoa do deputado Sopelsa, seu presidente. E também parabenizo o governo do Estado, na pessoa do Ari, que disponibilizou meios às entidades para estarem aqui participando deste debate, e o governo federal, na pessoa dos dois representantes que temos aqui, pela participação.

Em relação aos encaminhamentos, acho que já posso dizer que me sinto contemplada. Mas gostaria de acrescentar que quando se fala de aquisição de alimentos pelo governo do Estado não devemos nos restringir apenas à merenda escolar. Hoje o tema merenda escolar está na ordem do dia porque existe uma discussão da sua terceirização, mas devemos também pensar nos outros espaços, como presídios e hospitais, para os quais também deve estar se priorizando a questão da aquisição de alimento através dos agricultores familiares.

Quanto à colocação do companheiro De Santi, da sua preocupação em ver seus filhos lhe cobrando por ser o responsável pelo aquecimento global, pelos problemas... Essa é uma coisa que meio que saiu da pauta aqui, ele não se ateve ao tema da discussão, mas o deputado Sargento Soares percebeu e registrou a importância de aprofundarmos isso. Acho que é uma sugestão da Fetraf, talvez para a Comissão de Agricultura, realizarmos uma audiência pública para fazermos essa discussão, porque não foram os agricultores familiares que disseram que era importante industrializar o Brasil! Não foram os agricultores familiares que disseram que tinha de ter uma pacotão, uma revolução verde da década de 1960, que tinha de se produzir em grande escala, que tinha de ter sementes híbridas! Enfim, essas idéias não partiram dos agricultores familiares, eles não tiveram nem opção de escolha. Então não podemos permitir que hoje alguém diga que foram os agricultores familiares os grandes responsáveis.

Agora, nós temos que fazer a discussão, sim, por isso eu acho que esse tema demanda uma outra audiência pública. Nós temos que fazer essa discussão, porque temos que pensar em políticas públicas de incentivo para os agricultores, afinal eles não podem ser taxados de responsáveis pelos problemas do meio ambiente; mas podem, no futuro, ser os responsáveis pela solução desse problema. Acho que é nessa direção que temos que trabalhar.

Em relação a minha fala anterior, eu fiz uma solicitação ao Estado, na pessoa do Ari - infelizmente naquele momento ele estava dando uma entrevista e não pôde me responder. Mas tenho uma dúvida e estou saindo daqui com ela: em percentual, quanto o governo do Estado investe na agricultura, especialmente na agricultura familiar, para os pequenos agricultores? Tenho uma informação e gostaria que fosse desmentida, se não for real: no ano 2006 a agricultura familiar contribuiu com 10% do bolo da arrecadação do Estado e o investimento do Estado foi de 1,5%. Quando fez o Orçamento para o ano 2007, previu que iria investir 0,5% do seu Orçamento. Esta informação que eu tenho não é oficial, e por isso fiz o questionamento na minha fala anterior, com a intenção de esclarecer se essas informações são verdadeiras ou não.

Seria essa a minha colocação, agradecendo a oportunidade em nome da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Concedemos a palavra por trinta segundos para o senhor Ari Nelmann.

O SR. ARI NELMANN - O deputado Dirceu havia me repassado esse seu questionamento, mas infelizmente não trouxe os números. Só que comecei a quebrar a cabeça, fiz várias contas na minha agenda e o que lembro é o seguinte: mais ou menos, diretamente na Secretaria da Agricultura, o percentual é de 0,5%, 0,6%, 0,7%, mas aí tem mais a Epagri, a Cidasc, a pesquisa agropecuária na Fapesc, chegando a 3%, 3,5%, mais ou menos.

Eu também não sei qual o percentual de contribuição da agricultura familiar nos tributos do Estado, mas se for de 10%, realmente está bem aquém do que é reinvestido, apesar de que esses impostos são também direcionados - e tem que ver as finalidades dos impostos do Estado - para a educação, a saúde, o meio rural, que não estão aí juntos. Então não sei se voltam ou não os 10%, considerando todos os aspectos.

Mas especificamente na agricultura, o trabalho das políticas é esse, e é voltado à agricultura familiar, porque no Fundo de Desenvolvimento Rural o acesso aos programas do Estado, como o Terra Boa, o Microbacias, tudo tem que se enquadrar no Pronaf; se não estiver enquadrado no Pronaf não recebe calcário, não recebe sementes, e aqui no Revitalizar também, a maioria é de recursos via Pronaf, então também é automaticamente da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Muito bem, Ari.

Em função do adiantado da hora quero apenas agradecer a participação de todos - não vou citar nomes para não correr riscos -, principalmente dos nossos deputados Sopelsa, Amauri Soares e Pedro, e também da nossa equipe de taquigrafia das Comissões, que pelo que me falaram ontem está com um acumulado grande de trabalho em função das audiências públicas que estão ocorrendo pelo Estado afora, e ainda tem toda uma demanda pela frente.

Quero dizer a todos vocês que temos vários encaminhamentos para os próximos dias sobre os quais precisamos nos debruçar: é a questão do ICMS; do tratamento com o MDS, com a Conab; é essa questão do compra direta; é a isenção de produtos da agricultura familiar; é o governo do Estado; é a discussão do leite; são os temas ligados ao meio ambiente, que a Adriana levantou. Enfim, são tantos temas que talvez fosse necessário que um grupo de pessoas já sente hoje à tarde com a nossa assessoria da Comissão, com a Sônia, para ver a elaboração daquele documento.

Então, queria propor aqui como encaminhamento, que dentro dos próximos dez dias...

(O deputado Moacir Sopelsa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O deputado Sopelsa está me falando para até terça-feira já termos várias moções para levar ao Plenário da Assembléia a fim de aprovarmos no conjunto da Assembléia.

Quanto à Secretaria da Agricultura, Ari, há vários temas que a pauta da Fetrat-Sul levantou e que precisam ter continuidade, assim como há outras novas que têm que vir para a pauta da Secretaria. Em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Conab, é preciso ver os pontos que dizem respeito a eles, assim como em relação a outras Secretarias de Estado, tendo em vista que o ICMS está sendo tratado com o secretário da Fazenda - como já falei antes, na semana passada participamos de uma reunião na Secretaria e devemos retomar o assunto na semana que vem.

Portanto, mais uma vez agradecemos a todos por terem vindo - daqui dá para perceber as pessoas que estão mais desgastadas em função das noites de viagem. Mas agradecemos o esforço das pessoas para estarem aqui, nem todos conseguiram falar, e certamente que tinham outros elementos para levantar, mas audiência pública é isso; a gente vai construindo esse coletivo e são importantes os encaminhamentos.

Desejamos a todos um bom dia, um bom retorno para quem vai pegar a estrada, e que tenhamos de fato sucesso nessa empreitada de construir a luta por uma agricultura familiar saudável financeira, ambiental e socialmente.

Um grande abraço, bom retorno e obrigado a todos. *(Palmas.)*
(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1654ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1654ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 16/07/08, dando ciência de decisão daquela instância de compor comissão especial com a finalidade de analisar as propostas de modificação do Regimento Interno da ALESC e dos pareceres exarados: expediente do Ministério Público comunicando o arquivamento de representação (Ofício nº 0516/2008/29PJ/CAP) sobre o qual o Colegiado opinou pela leitura em Plenário e da Consulta - Ofício nº 417/2008 de 16/06/08, Interessado: Padre Wilson Groh - Presidente da CCEA "Centro Cultural Escrava Anastácia", respondida negativamente. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1133/08, de Ivan Althoff de Medeiros; Processo nº 1229/08, de Diógenes Domingos Grigolo; Processo nº 1022/08, de Maria Marcon Corrêa e Processo nº 0982/08, de Paulo Roberto Adriani. 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1230/08, de José das Neves Filho; Processo nº 1232/08, de Romeu Franzoni Júnior; Processo nº 1235/08, de João Oscar Krieger Merico; Consulta - Ofício nº 101/08-DF de 25/06/08, Interessada: Diretoria Financeira da ALESC "pagamento referente ao processo nº 3022/07 de 26/11/07, para a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG". Aprovado por maioria pelo indeferimento, o Processo nº 1208/08, de Paulo Roberto Weiss. 3) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1234/08, de Eduardo Rocha; Processo nº 1239/08, de Rita Amália Macedo Giombelli; Processo nº 1057/08, de Elizabeth Olinda Guerra e Processo nº 1054/08, de Cesi José Vieira. 4) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1241/08, de Luiz Henrique Russi; Processo nº 1231/08, de Ângela Maria Back Koerich; Consulta CL nº 282/08 de 10/07/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "contrato locação de sala - São Vicente Empreendimentos Imobiliários Ltda."; Consulta CL nº 233/08 de 14/07/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - aquisição e colocação de granitos para elevadores da ALESC" e aprovado por maioria, pelo indeferimento, o Processo nº 1205/08, de Tarcísio Kock. 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1242/08, de Alexandre da Silva; Processo nº 1236/08, de Luiz Carlos Padilha Puttkammer; Processo nº 1240/08, de Jupira de Oliveira Nobre; Processo nº 1096/08, de Guilherme Lima Barreto; Consulta CL nº 274/08 de 07/07/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo Contrato - ONDREPSB", e aprovado por maioria, pelo indeferimento, o Processo nº 1209/08, de Arnaldo Ferreira. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e três (23) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 16 de julho de 2008.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia nove de julho de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões Técnicas a Comissão acima epígrafa, sob a Presidência do Senhor Deputado Moacir Sopelsa, presentes os Senhores, Vice Presidente Deputado Reno Caramori e Deputados

membros: Dirceu Dresch e Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos o Presidente informou que a ata da reunião anterior foi encaminhada aos Gabinetes dos membros para na próxima reunião ir para aprovação, ato contínuo, para o devido conhecimento dos presentes, que não estavam na reunião ordinária do dia dois de julho do corrente ano, fez leitura da Indicação IND/1/0266.1/2008, que, solicita ao Governador do Estado o envio de projeto de Lei a esta Casa, estabelecendo tratamento especial ao cooperativismo, bem como a alteração da Lei nº. 13.516 de dois mil e cinco, - Os Membros da Comissão de Agricultura e Política Rural e da Frente Parlamentar do Cooperativismo - Frencoop/SC, e conforme deliberado em reunião conjunta realizada no último dia dois de julho, com representantes do sistema cooperativista e do Poder Executivo, que estes subscrevem com amparo nos artigos 204/206 do Regimento Interno e considerando que: - até a presente data o Governo do Estado não encaminhou a esta Casa, nenhum projeto de lei específico ao setor cooperativista, conforme medidas já adotadas em outras unidades da Federação; e - o Governo do Estado não apresentou proposta de alteração a Lei nº. 13.516, de 4 de outubro de 2005, isentando as cooperativas de eletrificação rural do pagamento de taxas pela ocupação das margens nas rodovias estaduais, REQUER seja encaminhada ao Governador do Estado, a seguinte INDICAÇÃO: "a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição dos membros da Comissão de Agricultura e Política Rural e da Frente Parlamentar do Cooperativismo - FRESCOOP/SC, solicita a Vossa Excelência o envio de projeto de lei a esta casa, estabelecendo tratamento especial ao cooperativismo, bem como a alteração da Lei nº. 13.516, de 4 de outubro de 2005". leu também, a Moção 0114.2/2008, que com base no artigo cento e noventa e cinco do Regimento deste Poder, e considerando que: - o aumento do custo de produção, especialmente dos insumos, representa a maior dificuldade dos agricultores na sua atividade; - a principal matéria-prima que compõe a produção de insumos e fertilizantes é importada, com um custo elevado; - as minas responsáveis pela produção dessas matérias-primas pertencem à iniciativa privada, por concessão governamental; e - os altos custos de produção devem gerar uma safra com redução de aplicação de insumos e fertilizantes e consequentemente com menor produtividade, REQUER o encaminhamento de MOÇÃO ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição dos membros da Comissão de Agricultura e Política Rural, apela a Vossa Excelência a urgente operacionalização da implantação de medidas fiscalizatórias, visando a redução de custos de importação das matérias-primas, para a produção de insumos em nível de produção interna. Visando reduzir os custos de aprovação dessas matérias-primas, o Governo Federal deverá rever as concessões de exploração das minas de propriedade da União. Esta medida tem por objetivo a redução do preço final dos insumos, principal item responsável pelo aumento dos custos de produção no País, em índices superiores a cem por cento em relação à safra passada". Na sequência, fez leitura do Requerimento do Deputado Dirceu Dresch que requer a realização de Audiência Pública na cidade de Anita Garibaldi para debater e propor políticas para a Produção de Peixes no Lago da Usina Barra Grande, de Anita Garibaldi, com data e horário a serem definidos posteriormente, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, cedeu vista para o Deputado Dirceu Dresch o Projeto de Lei nº. PL/0545.7/2007, que Dispõe sobre a proibição em todo o território do Estado de Santa Catarina a capina química nas areias que relaciona, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe da secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, nove de julho de dois mil e oito.

Deputado Moacir Sopelsa
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1340/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 029/2008, referente à reforma interna de 02 (dois) sanitários localizados no anexo superior do palácio Barriga-Verde, com o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, obteve o seguinte resultado:

Item único -

Vencedora: GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA
Valor do Último Lance: R\$ 110.458,78
Florianópolis, 23 de julho de 2008.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

PARECER CONCLUSIVO - LDO

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Referência: P.L - 0102.6/2008.

Origem: Executivo

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2008 e adota outras providências.

Relator: Deputado Renato Hinnig.

PARECER CONCLUSIVO

Senhores Deputados,

INTRODUÇÃO

A Constituição Estadual em seu Título VII, Capítulo I a III (art. 115 a 133) dispõe sobre as Finanças Públicas de maneira globalizada e harmônica. Nos dispositivos legais mencionados restam definidas as funções do Orçamento do Estado e as etapas percorridas para sua aprovação.

Tais etapas compreendem a Elaboração do Plano Plurianual (PPA), a realização de audiências públicas do orçamento regionalizado, implementadas pela ALESC visando buscar junto às comunidades as prioridades a serem elencadas e, também, aperfeiçoar a peça enviada pelo Executivo, buscando a definição das diretrizes gerais para elaboração do orçamento (LDO).

Todo o trabalho culmina na elaboração do Orçamento com sua aprovação através da Lei Orçamentária Anual (LOA) que trás em seu bojo todo o orçamento do Estado.

Uma das principais funções da LDO é estabelecer os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contempladas no PPA.

Cabe então a LDO, ajustar as ações de governo previstas no PPA às reais possibilidades de caixa do Tesouro e de selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

Não se pode pensar em estabelecer diretrizes não previstas no PPA por ferir a harmonia e a legalidade de todo o processo. A inclusão de diretrizes excluídas do PPA traria ruptura ao processo idealizado pelos constituintes estaduais.

Na análise do texto legal enviado, das emendas apresentadas ao texto e aos anexos, tive como premissas básicas observar a harmonia do conjunto que rege as finanças públicas do Estado, atendendo as prioridades elencadas pelas comunidades nas audiências públicas do orçamento regionalizado no Estado e não acatar emendas adicionais que se contraponem ao pressuposto considerado pelos constituintes ao estabelecerem as audiências públicas regionais do Orçamento Regionalizado.

Na estrutura administrativa utilizada pelo Estado, destaca-se um Governo descentralizado, representado pelas Secretarias Regionais, onde as prioridades já são selecionadas nas reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, onde fazem representação todos os municípios de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa, atendendo dispositivo constitucional ainda aperfeiçoa o processo ouvindo diretamente as comunidades em audiências públicas possibilitando que eventuais entidades e pessoas que não participem do Conselho possam se manifestar e traduzir suas aspirações em prioridades. Tradicionalmente estas têm sido contempladas através de emendas apresentadas ao projeto da LDO.

Devido à escassez de recursos nem todas as prioridades tem sido atendidas, mas o engessamento da máquina pública provocado pela fixação cada vez maior de percentuais, que vinculam a aplicação de receitas em setores específicos tem crescido.

Todos os poderes se preocupam, de forma justa, em defender seu quinhão, no repassa do duodécimo, entendendo ainda, ser insuficientes os recursos a eles destinados para seu funcionamento, mas o Estado em si deve ser tratado como ente maior. Não é concebível que, atualmente, apenas 0,04% dos recursos arrecadados se destinem a investimentos. É preciso repensar sim as vinculações. Todos os poderes, ações e destinações são importantes.

Penso que primeiramente deva-se iniciar a discussão por uma reforma tributária justa, conjuntamente com uma redistribuição de receitas nos moldes dos percentuais definidos na constituição de 1988. Em seguida caberia uma profunda discussão junto à sociedade, sobre as funções prioritárias do Estado.

Finalmente no que tange ao projeto, como já ressaltai em meu relatório preliminar, entendo que o mesmo atende aos dispositivos constitucionais e legais sobre a matéria.

I - RELATÓRIO

Dispõem os autos de proposição de origem governamental sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e adota outras providências.

O parecer preliminar de acordo com as normas da casa foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação, por unanimidade. O mesmo estabelecia considerações gerais sobre o Projeto de Lei apresentado e o cronograma de tramitação das etapas seguintes, o qual previa para 18/06/2008 a apresentação do Parecer Final, entretanto tal data foi alterada por deliberação da Comissão em virtude das Audiências Públicas Regionais do Orçamento realizadas pela ALESC, para 23/07/2008.

O prazo para apresentação de emendas foi até o dia 18/07/2008. Além das emendas foram analisados ofícios encaminhados a Comissão de Finanças e ao Relator solicitando inclusões e fazendo observações ao projeto em análise.

Analisadas as emendas apresentadas, submete o texto final para aprovação desta Comissão. Dividimos nossa apreciação em 02 (dois) tópicos: 1. Emendas destinadas a modificar o texto da LDO e 2. Emendas destinadas a modificar/acrescentar textos no Anexo de Metas/Prioridades do Projeto em comento.

1. DAS EMENDAS DESTINADAS A MODIFICAR O TEXTO DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2009

Foram recebidas 13 emendas e ofícios solicitando alterações ou adições ao texto original da LDO para 2009 encaminhado pelo executivo a esta casa.

Apreciadas as emendas ao texto, seus conteúdos e objetivos, opinamos pela manutenção do texto original acrescido/modificado pelas emendas nºs 80, 81, 155, 158, 159 e 160.

O Anexo I do presente relatório traz o texto da LDO devidamente alterado com as emendas acatadas. Procedemos a seguir a análise agrupada das emendas por tema para facilitar o entendimento, a análise e a discussão.

1.1) Das solicitações de reajuste de repasse dos duodécimos aos poderes e órgãos.

O Projeto original prevê em seu art. 22 a manutenção geral dos percentuais constantes do orçamento em 2007, a saber:

ALESC - 3,70% (inciso I),

TCE - 1,30% (inciso II),

TJSC - 7,40% (inciso III),

MP - 3,10% (inciso IV),

FUNDAÇÃO UDESC - 2,05% (inciso V).

Através do ofício encaminhado ao Governador e cuja cópia foi encaminhada para conhecimento e análise deste relator foi solicitado o reajuste do índice do Ministério Público para 3,45%, o que representaria um crescimento de 4,5% no índice previsto na LDO.

Para que possamos contar com a atuação do ente Ministério Público na fiscalização e atividades de inteligência contra crimes fiscais procedemos, a exemplo da LDO de 2007, à inserção da emenda aditiva do relator, de nº 158, que permite ao Estado repassar ao Ministério Público, via convênio, recursos adicionais para o fortalecimento de atividades voltadas a administração tributária e a inteligência fiscal.

A justificativa desta inclusão é de que ela permite um investimento maior nas atividades voltadas a buscar uma arrecadação efetiva ao Estado, o que por si aumenta a receita e consequentemente os valores destinados a este Poder e aos demais.

Compreende-se a solicitação de aumento de repasse no duodécimo do Ministério Público e destacamos a atuação por este realizada, entretanto, nas audiências regionalizadas pelo Estado, das quais este relator compareceu em sua maioria, verificamos que os recursos são poucos e resta historicamente apenas 0,04% para aplicação por parte do Poder Executivo em investimentos, assim, não há possibilidade de aumento de percentual, tendo inserido a emenda nº 158, que cria a alínea "a", no inciso IV do art.22.

Através da emenda nº 81, foi sugerido o incremento dos valores a serem repassados a Assembléia, destinados a Recuperação e Ampliação do Palácio Barriga-Verde e a cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes da aplicação de novas regras na Legislação Previdenciária Estadual inerente a todos os órgãos.

Embora o art.94 do IPREV já tenha previsão de tal cobertura previdenciária, acatamos a presente emenda, pois, já havia sido proposta na LDO 2007.

Logo, por coerência e impossibilidade financeira, não acatamos emendas diretas de alteração de percentual dos poderes, para permitir que sejam primeiramente atendidas as solicitações das comunidades de nosso estado.

1.2) Das solicitações de inclusões das prioridades elencadas nas Audiências Regionais.

Foi apresentada a emenda ao texto original, de nº 87, destinadas a obrigar que sejam priorizadas as demandas regionais elencadas pela sociedade nas audiências públicas regionais realizadas pela Assembléia Legislativa, em atendimento ao disposto no inciso III, do parágrafo 2º do artigo 47 da Constituição Estadual.

Substituímos a presente emenda pela emenda do relator de nº 159 contendo o mesmo texto já aprovado pela Assembléia, quando da apreciação da LDO 2007. O conteúdo desta emenda prioriza, respeitadas as determinações constitucionais e legais sobre vinculações de receita e das despesas orçamentárias, as prioridades levantadas nas audiências públicas regionais para 2008.

1.3) Das emendas destinadas a melhorar o processo orçamentário.

Foram apresentadas pelo Presidente desta comissão a emenda nº 80, para melhorar a formatação e tramitação do processo orçamentário no Poder Legislativo e a emenda nº 155 com o objetivo de incluir as audiências públicas do orçamento regionalizado no processo. Foram acatadas as emendas por entender que aperfeiçoam o sistema.

1.4) Da necessidade de valorização e modernização da administração tributária estadual.

A Constituição Federal determina em seu artigo 37, XXII que sejam priorizados recursos para modernização da administração tributária estadual, voltadas ao incremento da arrecadação e controle fiscal.

Além disso, a Lei Complementar Federal nº 123, que institui o estatuto das micro e pequenas empresas, que exige, entre outros, a unicidade de processos cadastrais e de informações fiscais.

O Estado necessita também de um incremento em sua arrecadação, que não se origine de aumento da carga tributária, pois a população não suporta mais tais ajustes.

Logo a única forma viável de se garantir um incremento é amparada em uma ação mais eficaz do fisco estadual, quer seja pelo maior controle oriundo da modernização da administração tributária, ou pelas atividades de inteligência, em conjunto com o Ministério Público, a Secretaria de Segurança Pública, CIDASC, entre outros, ou ainda com a valorização dos funcionários fazendários responsáveis pela fiscalização e arrecadação.

A vista desta necessidade acatei a emenda nº 160, subscrita pelo relator, que determina que sejam destinados recursos específicos para a administração tributária em nosso Estado.

Lembramos que é necessário investirmos mais no controle e cobrança dos tributos estaduais a fim de conseguirmos mais receita para Santa Catarina, alavancando novos investimentos em áreas carentes de recursos.

1.5) Da aplicação de recursos destinados a pesquisa científica e tecnológica

O ofício FAPES n.º 653/08 recebido da FAPESC sugere que seja alterado o texto do art. 8º, adequando-o as determinações constantes da Lei Complementar nº 381/2007 e da Lei nº 14.328/2008.

Em nosso entendimento não se faz necessário proceder a alteração solicitada. Conforme dispõe o princípio da legalidade deve o administrador público executar o que dispõe a legislação em vigor.

Logo é necessário a FAPESC apenas oficializar a Secretaria de Planejamento para que observe as alterações legais quando da elaboração do orçamento para 2009.

1.6) Da destinação de recursos para aquisição de vagas ociosas do Sistema Acafe.

Foi recebido por este relator o Ofício OFGABJM n.º 242/08, encaminhado pelo Deputado Jorginho Mello solicitando a inclusão de emenda objetivando previsão na LDO da destinação de recursos para aquisição de vagas ociosas do Sistema Acafe, em forma de bolsas de estudo, pois, hoje encontram-se ociosas 48.531 vagas.

Entendo meritória e importante à solicitação, mas por não haver previsão no PPA não podemos efetiva-la. Sugerimos então, que seja enviado ofício pela Comissão de Finanças e Tributação para a Secretaria de Planejamento e para a Secretaria de Educação, visando à viabilização do pleito na análise conjunta da LOA e na revisão do PPA para 2009.

1.7) Do reajuste salarial dos servidores públicos

Foram recebidos ofícios do SINTESPE nº 126 e nº 135 nas Audiências Públicas Regionais sugerindo, entre outros, que sejam fixadas dotações orçamentárias para concessão de reajuste salarial aos servidores públicos estaduais anualmente.

A Bancada dos trabalhadores sobre o tema apresentou a emenda nº 85 especificando que o Governo do Estado deva obedecer às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000. Complementa com parágrafo observando que o índice deva atender o disposto.

Já a Deputada Odete apresentou a emenda nº 157 também pretendendo que seja efetuada a revisão geral anual prevista na Constituição. Sobre o tema, a competência para efetuar a revisão geral prevista na Constituição é do Executivo. Apenas a ele cabe proceder à revisão e encaminhar os alinhamentos a esta casa.

É redundante incluir dispositivo na LDO autorizando-o a para tal. Há obrigatoriedade de respeitar os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal não havendo necessidade de incluir este tema na LDO. Rejeito as emendas propostas.

1.8) Das recomendações recebidas da promotoria da Infância e Juventude

A 10ª Promotoria de justiça da Comarca da Capital Infância e Juventude encaminhou ofício nº 0132/2008/10PJ/CAP contendo 14 recomendações a serem incluídas no quadro demonstrativo por ações dos custos envolvidos diversas obras e atividades.

O nível de detalhamento solicitado, na maioria das recomendações, é alcançado na elaboração da LOA e não da LDO.

Na presente LDO, segundo análise preliminar da Comissão do Orçamento desta Casa, já estão abrangidos, a nível genérico os itens 1.1 a 1.10. Outros necessitariam inclusive que sejam procedidas alterações no Plano Plurianual.

Sugerimos então que a Comissão de Finanças e Tributação desta casa oficie a Secretaria de Estado de Planejamento, articulada com a respectiva Secretaria Regional e a outras Secretarias envolvidas, a fim de que na elaboração da peça orçamentária considere as recomendações encaminhadas contemplando-as, respeitadas eventuais restrições legais existentes, adequando-as entre as ações a serem desenvolvidas em 2009, com alteração no PPA se necessário.

Sugere-se ainda que seja remetida a ilustre Promotoria, cópia do ofício para conhecimento e acompanhamento.

1.9) Das emendas destinadas a direcionar o orçamento estadual para demandas sociais

A Bancada dos Trabalhadores apresentou 03 emendas de n.º 83, 84 e 86 com o intuito de aperfeiçoar o texto da LDO e direcionar a Lei Orçamentária para que priorize a destinação de recursos para uma melhor qualidade de vida dos catarinenses e atendimento a programas sociais.

Rejeitamos a emenda n.º 86 por entender que a mesma já está contemplada numa análise conjunta do art. 44 da LDO e do art. 7, I da Lei n.º 12.120/2002.

Rejeitamos as emendas n.º 83 e 84 por entendermos que devam ser priorizadas as demandas selecionadas nas audiências públicas pelas comunidades. A generalização não atende as demandas de todas as regiões. A descentralização das demandas na definição das ações devem prevalecer.

1.10) Do plano de fixação de metas anuais para redução da dívida ativa

Através da emenda aditiva n.º 92 foi sugerido pela Bancada dos Trabalhadores que o Governo deva num prazo de 30 dias enviar a ALESC um relatório detalhado da situação da dívida ativa do Estado e fixar um plano de metas anuais para sua diminuição.

Sobre o tema informamos que a responsável pela cobrança da dívida ativa do Estado é a PGE que desde outubro/2007 intensificou as atividades de cobrança através do Programa de Adimplência Geral (PAG) para cobrar os devedores do Estado.

O objetivo do Programa é mostrar as possibilidades legais da regularização da dívida, como parcelamento e Fundo Social. Para implantar o programa foram realizadas parcerias com o Poder Judiciário, FIESC e Ministério Público Estadual. Também a partir de 2008, os devedores serão inscritos na SERASA.

Quanto às informações pretendidas elas podem ser requeridas a qualquer momento por pedidos de informação aprovados em plenário. Não acatamos a presente emenda.

2. DAS EMENDAS DESTINADAS A MODIFICAR O ANEXO DE METAS E PRIORIDADES PARA 2008

Com o intuito de modificar o anexo de prioridades e metas para 2008 foram recebidas 147 emendas. Elaboramos Anexo II relacionando as emendas apresentadas.

Considerando o relevante trabalho realizado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em atenção a dispositivo da Constituição Estadual, e a participação da sociedade nas audiências públicas regionais acatamos todas as emendas, de números 001 a 079, que foram elencadas nestas audiências.

Informamos ainda que de acordo com o Chefe do Poder Executivo Estadual, serão priorizadas, em sua execução pelo Governo do Estado, tais emendas.

O Anexo III traz um quadro contemplando todas as emendas acatadas originadas das audiências públicas destinadas a modificar o Anexo de Metas e Prioridades.

As demais 68 emendas, originadas de parlamentares desta casa, constam do Anexo IV, todas rejeitadas por estarem originalmente previstas no projeto, por já constarem das prioridades elencadas nas audiências públicas do orçamento regionalizado ou em virtude de falta de recursos orçamentários em 2009, quando da elaboração da LOA.

Relembro que apenas 0,04% do valor arrecadado sobra para investimentos.

Sobre estas emendas sugiro que os nobres parlamentares que as subscreveram, as encaminhem ao Executivo, para que possam ser consideradas no momento da elaboração da LOA e revisão do Plano Plurianual.

Foram ainda recebidas ofícios da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul e da AMAVI para serem contempladas na LDO, anexados aos autos, contendo solicitações para serem incorporação aos anexos. Algumas constam do PPA e outras não.

Logo sugiro o encaminhamento destes ofícios pela Comissão de Finanças e Tributação para Secretaria de Planejamento, solicitando que se articule com as respectivas Secretarias envolvidas, quando da elaboração da LOA e do PPA para que avaliem a possibilidade de atender os pleitos devidos.

II - CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela APROVAÇÃO do projeto de Lei n.º 0102.6/2008, com o acatamento das emendas ao texto do Projeto de n.º 80, 81, 155, 158, 159 e 160 e ao Anexo de metas e prioridades de n.º 01 a 79.

Proponho também o envio, através de ofício desta Comissão a Secretaria de Estado de Planejamento para que analise em conjunto com as Secretarias respectivas as solicitações que chegaram a esta comissão especificadas nos itens 1.5, 1.6, 1.8 e 2 deste relatório.

É o parecer.

Sala da Comissão, em 23 de julho de 2008.

Deputado Renato Hinnig

Relator.

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1434, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

COLOCAR Á DISPOSIÇÃO do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, o servidor **SAULO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1138, no período compreendido entre os dias 15 de julho e 31 de outubro de 2008, bem como o veículo ASTRA, placas MEZ 8064, conforme solicitação do Excelentíssimo Senhor Juiz da 101ª Zona Eleitoral, Luiz Henrique Martins Portelinha, aprovado pela Mesa Diretora desta Assembleia, sem perda dos direitos funcionais.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1435, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MICHELLY ROSSI COUTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1436, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIANA SILVEIRA DOS SANTOS ROSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1437, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CARLOS EDUARDO SEVERINO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2008 (Deputado Cezar João Cim).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1438, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CARLOS EDUARDO GOULART DIAS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2008 (Deputado Cezar João Cim).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1439, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora MARIA TEREZINHA DUARTE MAY, matrícula nº 5775, nomeado pela Portaria nº 1289, de 01/07/08, fazendo constar como sendo **MARCIA TEREZINHA DUARTE MAY**.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1440, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0961	Noeli Terezinha Livi	60	04/07/08	1271/08
1818	Denise Videira Silva	10	08/07/08	1250/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1441, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1269	Sirlene Michels Zunino	120	11/07/08	1292/08
1994	Luciane Fadel Costa	30	08/07/08	1293/08
1301	Magda de Araujo Narciso	10	14/07/08	1294/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1442, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1888	Maria do Carmo Lopes dos Reis	30	30/06/08	1249/08
0889	Desio Muller	45	06/07/08	1272/08
1809	Simone Marçal Alves	30	17/07/08	1273/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1443, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1296/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, por 04 (quatro) dias, a contar de 08 de julho de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1444, de 23/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ZENAIR ESTEVAM, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 210/08**

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia São José, com sede no município de Massaranduba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia São José, com sede no município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

A Associação de Desenvolvimento da Microbacia São José, com sede no município de Massaranduba, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação, que é constituída das seguintes comunidades: Sagrada Família, São José, Braço Costa e Braço Seco.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 211/08

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Sete de Janeiro, com sede no município de Massaranduba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Sete de Janeiro, com sede no município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

A Associação de Desenvolvimento da Microbacia Sete de Janeiro, com sede no município de Massaranduba, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação, que é constituída das seguintes comunidades: Sete de Janeiro e Segundo Braço do Norte.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 212/08

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Gustavo, com sede no município de Massaranduba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Gustavo, com sede no município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

A Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Gustavo, com sede no município de Massaranduba, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação nas comunidades de: Ribeirão Gustavo, Tifas, Irma Voelz e Frida.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 213/08

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Santa Luzia, com sede no município de Massaranduba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Santa Luzia, com sede no município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

A Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão Santa Luzia, com sede no município de Massaranduba, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação, que é constituída das seguintes comunidades: Braço Direito de Santa Luzia, Rio Bonito, Ribeirão Bracinho, Braço Direito e Terceiro Braço do Norte.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 214/08

Declara de utilidade pública a Associação Barrasulense da Feliz-Idade, com sede no município de Balneário Barra do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Barrasulense da Feliz-Idade, com sede no município de Balneário Barra do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

A Associação Barrasulense da Feliz-Idade, com sede no município de Balneário Barra do Sul, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, que tem por finalidade precípua congregar e representar as pessoas da terceira idade junto ao Conselho Municipal da Assistência Social e outros órgãos, bem como promover palestras e encontros visando uma melhor qualidade de vida dos idosos daquela comunidade.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 215/08

Denomina "Nei Douglas Bello" o Ginásio Estadual de Esportes localizado no bairro Bello no município de Caçador.

Art. 1º O Ginásio Estadual de Esportes localizado no bairro Bello, no município de Caçador, passa a denominar-se "Nei Douglas Bello."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valdir Cobalchini

Lido no Expediente

Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

O Senhor Ney Douglas Bello chegou a Caçador na década de 30 junto com a família, onde cresceu e deu início a sua carreira como advogado. Seu pai, Manoel Siqueira Bello, destacou-se na política caçadorenses como prefeito, como vereador e como deputado estadual. Apesar de pertencer a uma família política, Ney nunca almejou se candidatar a um cargo público, porém, como cidadão comprometido com o desenvolvimento de Caçador, prestou vários e relevantes serviços àquela comunidade.

Ney foi assessor jurídico da prefeitura de Caçador por 10 anos, foi presidente do Mobral, integrou o Conselho Fundador da FEARPE, participou da criação do Colégio Marcos Olsen, onde também atuou como professor.

Entre as ações que contribuem com desenvolvimento do município estão a implantação do Loteamento Bello de onde foram doados lotes para a construção do Ginásio Estadual e do Colégio Graciosa Copetti Pereira.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 216/08

Denomina "Jorge Thomé" o Ginásio de Esportes anexo a Escola de Educação Básica Paulo Schiefler no município de Caçador.

Art. 1º O Ginásio de Esportes anexo a Escola de Educação Básica Paulo Schiefler, no município de Caçador, passa a denominar-se "Jorge Thomé."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valdir Cobalchini

Lido no Expediente

Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

Jorge Thomé, carinhosamente chamado de Jorginho, nasceu e cresceu no distrito de Taquara Verde, quando adulto mudou-se para Caçador onde constituiu família. As cinco filhas foram criadas de forma tradicional para ingressar na sociedade caçadorenses.

Jorginho pautou sua vida no amparo aos menos favorecidos, aos carentes, mesmo sem ocupar qualquer cargo público ou por qualquer pretensão política pessoal. Foi um político na arte de executar o bem comum, de granjear amigos, sempre pautando suas ações com muita lealdade e honestidade, guerreiro implacável na defesa dos interesses da cidade, cobrando dos governantes das mais altas esferas, melhorias no ensino, na saúde, na segurança, nas estradas e na igualdade social.

Apesar de bem sucedido em seus negócios, não suportava constatar que alguém estivesse com fome, frio ou sem condições de manter seus estudos.

Foi um político a moda antiga, que sempre priorizou a amada cidade de Caçador e o interesse de seus cidadãos acima de qualquer interesse particular.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 217/08

Declara de utilidade pública a Associação Movimento de Irmãos, com sede no município de Penha/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Movimento de Irmãos, com sede no município de Penha.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jandir Bellini

Lido no Expediente

Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

A Associação Movimento de Irmãos, entidade filantrópica, com sede no município de Penha, fundada em 16 de novembro de 1987, tem suas atividades voltadas para o laser e cultura de seus associados e população em geral, sem qualquer discriminação.

Tem como finalidade institucional estimular o desenvolvimento esportivo, cultural e espiritual entre seus associados e a comunidade, como também, proporcionar a seus associados, atividades desportistas amadoras e educativas.

A documentação anexada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial Lei nº. 14.182, de 2007.

Neste sentido, pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo aos Senhores Deputados, a aprovação da presente Declaração de Utilidade Pública por entender ser medida justa para com a Entidade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 218/08

Torna sem efeito todos os atos, processos ou iniciativas que tenham resultado qualquer tipo de punição a dirigentes ou representantes sindicais e demais servidores civis pertencentes à Administração Pública e dá outras providências.

Art. 1º Ficam sem efeito, todos os atos, processos ou iniciativas que tenham resultado qualquer tipo de punição a dirigentes ou representantes sindicais e demais servidores civis pertencentes à Administração Pública Direta Fundacional e Autárquica do Estado de Santa Catarina, que, no período compreendido entre os dias 05 a 19 de março de 2008, sofreram punições em virtude de participação em movimentos grevistas ou paralisações.

§ 1º. Dentre os atos previstos no *caput*, inclui-se o abono das faltas para fins de remuneração.

§ 2º. As anotações referentes às punições supracitadas serão expungidas das fichas funcionais dos servidores públicos atingidas por esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em Florianópolis, 23 de julho de 2008.

Pedro Uczai

Líder da Bancada Estadual do PT/SC

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

Decio Góes

Deputado Estadual

Jailson Lima da Silva

Deputado Estadual

Dirceu Dresch

Deputado Estadual

Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 23/07/08

JUSTIFICATIVA

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, o direito a greve foi elevado à condição de direito fundamental de caráter coletivo, assegurado, como legítimo instrumento de garantia de reivindicação por melhores condições de trabalho, nessa linha, o servidor público, quando do exercício do direito de greve, reivindica interesses, que não raras vezes, conflitam com o dos agentes políticos representantes do Estado.

Na prática, percebe-se uma disparidade abissal de forças quando o salário do empregado é cortado durante a greve, eis que o Estado possui mecanismos de sobrevivência durante o movimento reivindicatório, podendo, inclusive, postergar uma negociação até o ponto dos empregados públicos em greve não poderem mais manter o movimento grevista, em razão da perda de seus rendimentos em desfavor de seu sustento.

No que tange aos descontos aos servidores públicos dos dias sem trabalhar e suas desastrosas consequências, trazemos à colação as palavras do Ministro Marco Aurélio, quando da decisão na SS nº 2.061, *verbis*

Assentado o caráter de direito natural da greve, há de se impedir práticas que acabem por negá-lo. É de se concluir que, na supressão, embora temporária, da fonte do sustento do trabalhador e daqueles que dele dependem, tem-se feroz radicalização, com resultados previsíveis, porquanto, a partir da força, inviabiliza-se qualquer movimento, surgindo o paradoxo: de um lado, a Constituição republicana e democrática de 1988 assegura o direito à paralisação dos serviços como derradeiro recurso contra o arbítrio, a exploração do homem pelo homem, a exploração do homem pelo Estado; de outro, o detentor do poder o exacerba, desequilibrando, em nefasto procedimento, a frágil equação apanhada pela greve.

Por fim, cabe ressaltar que, como estamos num regime democrático, devem prevalecer a negociação, o equilíbrio de forças, e não a imposição da vontade pelo uso da força, quer física quer política, que é característica de um estado despótico, na esteira do pensamento de Bobbio, *in verbis*:

A diferença fundamental entre as duas formas antitéticas de regime político, entre a democracia e a ditadura, está no fato de que somente num regime democrático as relações de mera força que subsistem, e não podem deixar de subsistir onde não existe Estado ou existe um Estado despótico fundado sobre o direito do mais forte, são transformadas em relações de direito, ou seja, em relações reguladas por normas gerais, certas e constantes, e, o que mais conta, preestabelecidas, de tal forma que não podem valer nunca retroativamente. A consequência principal dessa transformação é que nas relações entre cidadãos e Estado, ou entre cidadãos entre si, o direito de guerra fundado sobre a autotutela e sobre a máxima 'Tem razão quem vence' é substituído pelo direito de paz fundado sobre a heterotutela e sobre a máxima 'Vence quem tem razão'; e o direito público externo, que se rege pela supremacia da força, é substituído pelo direito público interno, inspirado no princípio da 'supremacia da lei' (rule of law). (BOBBIO, Norberto. As Ideologias e o Poder em Crise, p.p. 97-98)

As punições decorrentes de participação em movimento reivindicatório foram objeto de anistia em diversas ocasiões. Os dirigentes ou representantes sindicais punidos no período compreendido entre 5 de outubro de 1988 e 5 de março de 1993 foram anistiados pela Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993. Os servidores públicos civis e os empregados da administração pública federal, direta ou indireta, punidos entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, foram anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Os empregados da Petrobrás punidos entre 10 de setembro de 1994 e 1º de setembro de 1996 foram anistiados pela Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003. Finalmente, os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT punidos entre 4 de março de 1997 e 23 de março de 1998 foram anistiados pela Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006.

Todo movimento reivindicatório constitui forma legítima de defesa dos direitos da classe trabalhadora, independente de quando ele ocorra, de modo que o desconto demissão e qualquer outro modo de perseguição aos empregados configura inaceitável mecanismo de repressão.

Neste sentido, oportuno salientar que o desconto efetuado dos trabalhadores do magistério estadual, no lapso temporal especificado nesta lei, decorrentes de efetiva participação em movimentos reivindicatórios, por melhores condições de trabalho, ocorreu de modo unilateral pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sem respaldo do Poder Judiciário.

Assim, em face da relevância da matéria, enfatizamos a necessidade de apoio dos nossos Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

*** X X X ***